



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DILEO/COLIC/SECOT

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a sociedade empresaria **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, registrada no CNPJ/MF sob o nº 00.801.587/0001-38, com sede no SOF/Sul, Quadra 18, Conjunto A, Lote 03, Brasília - DF, CEP: 71215-291, telefone nº (61) 3223-2022, correios eletrônicos: ironbr@ironbr.com, flashx@flashx.com.br, vem prestando o serviço de implantação e integração de solução *DATA CENTER* MODULAR SEGURO *OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, de acordo com o Contrato nº 15/2019 - Processo nº 0188771/18-00.07.

Informo que os engenheiros abaixo relacionados foram os responsáveis técnicos do serviço:

- Luiz Felipe Herrero Madureira – Engenheiro civil – Crea 6227/D – GO
- Ricardo Luis Cortes de Oliveira – Engenheiro mecânico – Crea 14597/D – CE
- Vanderlan Moreno Matos – Engenheiro mecânico – Crea 22542/D – GO
- Eduardo Jorge Silva Leite Junior – Engenheiro eletricista – Crea 23124/D – DF

Bens

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.
1	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 1.	1
4	Geradores DCMS tipo 1	1

Serviços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.
3	Adaptações civis.	1
5	Moving.	1
6	Treinamento	1
7	Garantia DCMS tipo 1	1


Atestamos, ainda, que a referida empresa cumpriu com todas as obrigações assumidas, nada havendo em nossos arquivos até a presente data, que possa desaboná-la.

Brasília, 29 de outubro de 2021.

Allana Caroline Cardoso Lima
Coordenadora de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALLANA CAROLINE CARDOSO LIMA, COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, em 29/10/2021, às 14:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2386402** e o código CRC **7F75DE3F**.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DILEO/COLIC/SECOT

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a sociedade empresaria **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, registrada no CNPJ/MF sob o nº 00.801.587/0001-38, com sede no SOF/Sul, Quadra 18, Conjunto A, Lote 03, Brasília - DF, CEP: 71215-291, telefone nº (61) 3223-2022, correios eletrônicos: ironbr@ironbr.com, flashx@flashx.com.br, vem prestando o serviço de implantação e integração de solução *DATA CENTER* MODULAR SEGURO *OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, de acordo com os Contratos nºs 15/2019 e 04/2020 - Processo nº 0188771/18-00.07.

Informo que os engenheiros abaixo relacionados foram os responsáveis técnicos do serviço:

- Luiz Felipe Herrero Madureira – Engenheiro civil – Crea 6227/D – GO
- Ricardo Luis Cortes de Oliveira – Engenheiro mecânico – Crea 14597/D – CE
- Vanderlan Moreno Matos – Engenheiro mecânico – Crea 22542/D – GO
- Eduardo Jorge Silva Leite Junior – Engenheiro eletricista – Crea 23124/D – DF

Bens		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.
1	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 1 - (Contrato nº 15/2019)	1
4	Geradores DCMS tipo 1 - (Contrato nº 15/2019)	1

Serviços		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.
2	Transformação - (Contrato nº 04/2020)	1
3	Adaptações civis - (Contrato nº 15/2019)	1
7	Garantia DCMS tipo 1 - (Contrato nº 15/2019)	1


Atestamos, ainda, que a referida empresa cumpriu com todas as obrigações assumidas, nada havendo em nossos arquivos até a presente data, que possa desaboná-la.

Brasília, 29 de outubro de 2021.

Allana Caroline Cardoso Lima
Coordenadora de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALLANA CAROLINE CARDOSO LIMA, COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, em 29/10/2021, às 14:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2386437** e o código CRC **30F8C75D**.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720190053743

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

LUIZ FELIPE HERRERO MADUREIRA

Título profissional: **Engenheiro Civil**

RNP: **1002811163**

Registro: **6227/D-GO**

Empresa contratada: **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** Registro: **9450-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Superior Tribunal Militar (STM)**

CPF/CNPJ: **00.497.560/0001-01**

Praça dos Tribunais

Superiores Bloco B

Número: 00

Bairro: Asa Sul

CEP: 70098-900

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento:

E-Mail: flashx@flashx.com.br

Fone: (61)32232022

Contrato: n. 015/2019

Celebrado em: 21/06/2019

Valor Obra/Serviço R\$:
1.825.012,00

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Órgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

Praça dos Tribunais
Superiores Bloco B

Número: 00

Bairro: Asa Sul

CEP: 70098-900

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento:

Data de Início: 21/06/2019

Previsão término: 18/12/2019

Coordenadas Geográficas: ,

Finalidade: **Comercial**

Código/Obra pública:

Proprietário: **Superior Tribunal Militar (STM)**

CPF/CNPJ: **00.497.560/0001-01**

E-Mail: flashx@flashx.com.br

Fone: (61) 32232022

4. Atividade Técnica

Realização

Projeto Edificação Metalica

Quantidade

Unidade

26,0000

metros quadrados

Execução Edificação Metalica

26,0000

metros quadrados

Execução Estrutura Concreto Armado

4,0000

metros quadrados

Execução Edificação Alvenaria

36,0000

metros quadrados

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Profissional

Contratante

Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

LUIZ FELIPE HERRERO MADUREIRA - CPF: 486.175.711-87

Superior Tribunal Militar (STM) - CPF/CNPJ: 00.497.560/0001-01

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site:
www.creadf.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.creadf.org.br

informacao@creadf.org.br

Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619



CREA-DF
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Valor da ART: R\$ 226,50

Registrada em: 08/08/2019

Valor Pago: R\$ 226,50

Nosso Número/Baixa: 0119043452



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720190053794

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

RICARDO LUIS CORTES DE OLIVEIRA

Título profissional: **Engenheiro Mecânico**

RNP: **0604992220**

Registro: **14597/D-CE**

Empresa contratada: **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** Registro: **9450-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Superior Tribunal Militar (STM)**

CPF/CNPJ: **00.497.560/0001-01**

Praça dos Tribunais

Superiores Bloco B

Número: 00

Bairro: Asa Sul

CEP: 70098-900

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento:

E-Mail: flashx@flashx.com.br

Fone: (61)32232022

Contrato:

Celebrado em: 21/06/2019

Valor Obra/Serviço R\$: 1.825.012,00

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Órgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

Praça dos Tribunais
Superiores Bloco B

Número: 00

Bairro: Asa Sul

CEP: 70098-900

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento:

Data de Início: 21/06/2019

Previsão término: 18/12/2019

Coordenadas Geográficas: ,

Finalidade: **Comercial**

Código/Obra pública:

Proprietário: **Superior Tribunal Militar (STM)**

CPF/CNPJ: **00.497.560/0001-01**

E-Mail: flashx@flashx.com.br

Fone: (61) 33139634

4. Atividade Técnica

Realização

Projeto Sistemas de climatização

Quantidade

Unidade

20,0000

tonelada refrigeração

Execução Sistemas de climatização

20,0000

tonelada refrigeração

Projeto Instalações Térmico (a)

114,0000

metros quadrados

Execução Instalações Térmico (a)

114,0000

metros quadrados

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Instalação de Datacenter Modular Seguro Outdoor, certificado de acordo com a norma ABNT/NBR 10636, com aderência à norma EIA/TIA 942.

6. Declarações

Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

ABEMEC-DF

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

Data

RICARDO LUIS CORTES DE OLIVEIRA - CPF: 610.129.801-97

Superior Tribunal Militar (STM) - CPF/CNPJ: 00.497.560/0001-01

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site: www.creadf.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.creadf.org.br

informacao@creadf.org.br

Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619



CREA-DF
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Valor da ART: R\$ 226,50

Registrada em: 08/08/2019

Valor Pago: R\$ 226,50

Nosso Número/Baixa: 0119043553



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720190054135

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

VANDERLAN MORENO MATOS

Título profissional: **Engenheiro Mecânico , Tecnólogo em Eletromecânica**

RNP: **1012778959**

Registro: **22542/D-GO**

Empresa contratada: **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** Registro: **9450-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Superior Tribunal Militar (STM)**

CPF/CNPJ: **00.497.560/0001-01**

Praça dos Tribunais

Superiores Bloco B

Número: 00

Bairro: Asa Sul

CEP: 70098-900

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento:

E-Mail: **flashx@flashx.com.br**

Fone: (61)32232022

Contrato:

Celebrado em: 21/06/2019

Valor Obra/Serviço R\$:
1.825.012,00

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Órgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

Praça dos Tribunais
Superiores Bloco B

Número: s/n

Bairro: Asa Sul

CEP: 70098-900

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento:

Data de Início: 21/06/2019

Previsão término: 18/12/2019

Coordenadas Geográficas: ,

Finalidade: **Comercial**

Código/Obra pública:

Proprietário: **Superior Tribunal Militar (STM)**

CPF/CNPJ: **00.497.560/0001-01**

E-Mail: **flashx@flashx.com.br**

Fone: (61) 32232022

4. Atividade Técnica

Realização

Projeto Sistemas de climatização

Quantidade

Unidade

Execução Sistemas de climatização

20,0000

tonelada refrigeração

Projeto Instalações Térmico (a)

20,0000

tonelada refrigeração

Execução Instalações Térmico (a)

114,0000

metros quadrados

114,0000

metros quadrados

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Instalação de Datacenter Modular Seguro Outdoor, certificado de acordo com a norma ABNT/NBR 10636, com aderência à norma EIA/TIA 942.

6. Declarações

Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

VANDERLAN MORENO MATOS - CPF: 734.631.161-20

Superior Tribunal Militar (STM) - CPF/CNPJ: 00.497.560/0001-01

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site:
www.creadf.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.creadf.org.br

informacao@creadf.org.br

Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619



CREA-DF
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Valor da ART: R\$ 226,50

Registrada em: 09/08/2019

Valor Pago: R\$ 226,50

Nosso Número/Baixa: 0119043837



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720190052867

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

EDUARDO JORGE SILVA LEITE JUNIOR

Título profissional: **Engenheiro Eletricista**

RNP: **0715031155**

Registro: **23124/D-DF**

Empresa contratada: **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** Registro: **9450-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Superior Tribunal Militar (STM)**

CPF/CNPJ: **00.497.560/0001-01**

Praça dos Tribunais

Superiores Bloco B

Número: 00

Bairro: Asa Sul

CEP: 70098-900

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento:

E-Mail: flashx@flashx.com.br

Fone: (61)33139634

Contrato: N 015/2019

Celebrado em: 21/06/2019

Valor Obra/Serviço R\$: 1.825.012,00

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Órgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

Praça dos Tribunais

Superiores Bloco B

Número: 00

Bairro: Asa Sul

CEP: 70098-900

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento:

Data de Início: 21/06/2019

Previsão término: 18/12/2019

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Comercial**

Código/Obra pública:

Proprietário: **Superior Tribunal Militar (STM)**

CPF/CNPJ: **00.497.560/0001-01**

E-Mail: flashx@flashx.com.br

Fone: (61) 33139634

4. Atividade Técnica

Coordenação

Execução Eletrocalhas

Quantidade Unidade

40,0000

metro

Execução Entrada de Energia Elétrica

90,0000

quilovolt-ampère

Execução Grupo-gerador

90,0000

quilovolt-ampère

Realização

Execução Eletrocalhas

Quantidade

Unidade

40,0000

metro

Projeto Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto Rede Elétrica de Baixa Tensão Industrial

90,0000

quilovolt-ampère

Instalação Disjuntor

2.000,0000

ampère

Instalação Grupo-gerador

90,0000

quilovolt-ampère

Instalação Painel Elétrico

90,0000

quilovolt-ampère

Instalação Proteção Eletroeletrônica

90,0000

quilovolt-ampère

Instalação Rede Elétrica de Baixa Tensão

90,0000

quilovolt-ampère

Instalação Sistema de Aterramento

90,0000

quilovolt-ampère

Instalação Iluminação

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto Sistema de Aterramento

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto Proteção Eletroeletrônica

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto Entrada de Energia Elétrica

90,0000

quilovolt-ampère

Execução Painel Elétrico

90,0000

quilovolt-ampère

Execução Entrada de Energia Elétrica

90,0000

quilovolt-ampère

Execução Tubulação Para Instalação Elétrica

40,0000

metro

Execução Rede Elétrica de Baixa Tensão Industrial

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto No-break

40,0000

quilovolt-ampère

Projeto Painel Elétrico

200,0000

ampère

Projeto Painel Elétrico

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto Quadro de Comando

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto Medição Elétrica

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto Modernização Elétrica

90,0000

quilovolt-ampère

Projeto Grupo-gerador

90,0000

quilovolt-ampère

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Instalação de Data Center Modular Seguro Outdoor, certificado de acordo com a Norma ABNT/NBR 10636, com aderência a Norma EIA/TIA 942. Projeto e execução de quadro elétrico de 200. Instalação de Grupo Gerador de 90kVA. Instalação de disjuntor geral de In=2000A/65kA para adequação da derivação.

6. Declarações

Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Profissional

Contratante

Acessibilidade: Sim: Declaro atendimento às regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____

EDUARDO JORGE SILVA LEITE JUNIOR - CPF: 027.020.851-80

Superior Tribunal Militar (STM) - CPF/CNPJ: 00.497.560/0001-01

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site: www.creadf.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.creadf.org.br
informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619

**CREA-DF**
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

Valor da ART: R\$ 226,50 Registrada em: 06/08/2019 Valor Pago: R\$ 226,50 Nosso Número/Baixa: 0119042837



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/DIREG/DIRAD/COLIC/SECOT

CONTRATO Nº 15/2019

Contrato n.º 15/2019 celebrado entre o **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a sociedade empresaria **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, para fornecimento, implantação e integração de solução **DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR**, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, de acordo com o Processo nº 272/2018 - SEI n.º 018771/18-00.07.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **Silvio Artur Meira Starling**, com fundamento no Manual de Organização do STM, aprovado pela Resolução nº 241, de 09 de maio de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Superior Tribunal Militar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresaria **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, registrada no CNPJ/MF sob o nº 00.801.587/0001-38, com sede no SOF/Sul, Quadra 18, Conjunto A, Lote 03, Brasília - DF, CEP: 71215-291, telefone nº (61) 3223-2022, correios eletrônicos: ironbr@ironbr.com, flashx@flashx.com.br, neste ato representada por seu Sócio, **Luiz Felipe Herrero Madureira**, portador da Carteira de Identidade nº 1.669.882 SSP/GO e do CPF nº 486.175.711-87, doravante denominada **CONTRATADA**, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e alterações posteriores, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Pregão Eletrônico nº 104/2018, têm entre si justo e contratado o fornecimento, implantação e integração de solução **DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR**, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fornecimento, implantação e integração de solução **DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR**, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, de acordo com o Projeto Básico DITIN/COTEC, proposta apresentada pela Contratada em 18/12/2018, e detalhamento abaixo:

Grupo 1 - Bens

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO
1	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 1.	1	R\$ 1.400.000,00
4	Geradores DCMS tipo 1	1	R\$ 91.461,00
TOTAL			R\$ 1.491.461,00

Grupo 1 - Serviços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO
3	Adaptações civis.	1	R\$ 182.114,00
5	Moving.	1	R\$ 71.893,00
6	Treinamento	1	R\$ 50.544,00
7	Garantia DCMS tipo 1	1	R\$ 29.000,00
Total			R\$ 333.551,00

Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Fornecer, implantar e integrar solução **DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR**, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942, nas condições, prazos e especificações contidas no Projeto Básico DITIN/COTEC, em especial:

- 1.1. Indicar preposto para representá-la, sendo este responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 1.2. Entregar a solução em local indicado pelo Contratante, se responsabilizando por seu transporte até os locais de instalação, sua movimentação dentro das instalações do Contratante e sua fixação no local onde será ativado.
- 1.3. Prover o transporte das soluções aos locais indicados pelo Contratante, bem como o(s) guindaste(s) necessário(s) para o içamento e colocação do DCMS sobre a plataforma de concreto.
- 1.4. Instalar a solução deixando-a totalmente funcional, incluindo a ativação de sua energização, aterramento, refrigeração, alarmes, dutos elétricos e hidráulicos, monitoramento e conectividade.

1.5. Cumprir os prazos estabelecidos no cronograma de execução (subitem 24 do Projeto Básico DITIN/COTEC).

1.6. Efetuar o recolhimento das Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART) do projeto e da execução dos serviços e registrar o projeto no Acervo Técnico do CREA em, no máximo de 120 dias após a ativação da unidade.

1.7. Fornecer todos os documentos necessários que comprovem a adequação do DCMS às Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), às leis de abrangência nacional e estadual no que diz respeito à segurança contra incêndio/pânico e iluminação de emergência, e como consequência a certeza da emissão do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (A.V.C.B.) pelo Corpo de Bombeiros do DF.

1.8. Dar garantia de continuidade da solução de, no mínimo, 10 anos, sendo que a Contratada deverá prover extensão de garantia durante todo este período, se o Contratante assim exigir.

1.9. Prestar garantia de 36 meses para todos os itens, incluindo todos os componentes e equipamentos que compõe a solução, sendo que a garantia deverá ser "on site", isto é, no local onde os itens estiverem instalados, contados a partir da emissão do termo de aceitação final do DCMS.

1.10. Observar as normas e procedimentos internos do Contratante no que se refere à segurança (Política de Segurança da Informação) e sigilo dos dados manuseados, bem como no que é pertinente à documentação (Termo de Confidencialidade, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que tiverem acesso às dependências do Contratante, e aos que possuírem acesso remoto).

1.11. Colocar profissionais à disposição do Contratante para execução dos serviços.

1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em caso de fiscalização e/ou acompanhamento pelo Contratante.

1.13. Manter garantia contra defeitos de hardware e software, inclusive atualização de versões dos programas instalados durante o período de 12 (doze) meses, sendo este determinado como garantia.

1.14. Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.

1.15. Fornecer ao Contratante, no ato da homologação dos serviços, os manuais de usuário, técnico e operacional (produção), contendo, no mínimo, os seguintes documentos (caso se aplique): diagrama entidade-relacionamento, dicionário de dados, diagrama de classes, diagrama de componentes, diagrama de atividades, diagrama de sequência, diagrama de casos de uso, descrição dos casos de uso, procedimentos para instalação, diagrama de implantação, interfaces utilizadas de outros sistemas, interfaces disponibilizadas para outros sistemas.

1.16. Manter durante o curso do contrato e após o seu término, o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda informação de qualquer natureza referente às atividades do Contratante, das quais venha a ter conhecimento ou às quais venha a ter acesso por força do cumprimento do contrato, não podendo sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, invocar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento da obrigação assumida por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais, nos termos da Lei nº 4.595, de 31/12/1964, e demais leis, permitindo ainda que o Contratante, a qualquer tempo, fiscalize o seu uso.

1.17. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos provocados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas na execução dos serviços objeto deste contrato, bem como nas instalações e demais bens de propriedade do Contratante.

1.18. Colaborar com o Contratante no desenvolvimento de qualquer procedimento de auditoria que o Contratante decida realizar na área de tecnologia, permitindo que auditores, sejam eles internos ou externos, a área de segurança de TI ou outros prepostos designados pelo Contratante tenham amplo acesso a dados, informações, equipamentos, instalações, profissionais e documentos que julguem necessários à conclusão de seu trabalho.

1.19. Efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para o Contratante, caso seja detectado qualquer problema na homologação do objeto do contrato, em qualquer uma das funcionalidades.

1.20. Não ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do Contratante.

1.21. Manter a guarda dos equipamentos e demais bens de propriedade do Contratante, quando utilizados, permitindo que este, a qualquer tempo, fiscalize o seu uso.

1.22. Apresentar Plano de Contingência atualizado (anualmente, no mínimo) para os casos de incidentes que prejudiquem o andamento normal dos serviços contratados, num prazo de 30 dias corridos da aprovação do Projeto de Implantação. O referido Plano será avaliado pela ótica da continuidade de negócio do cliente, e deverá ser mantido atualizado, sendo entregue, a cada nova versão, ao Contratante.

1.23. Criar plano para cobrir um incidente ainda não contemplado do Plano de Contingência da Contratada, caso seja solicitado pelo Contratante.

1.24. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.25. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Projeto Básico DITIN/COTEC, no prazo fixado pelo Contratante, contado da sua notificação.

1.26. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do Contratante.

1.27. Manter atualizados, junto à Coordenadoria de Segurança Institucional (COSEG), os dados pessoais de seus empregados em serviço nas dependências do Tribunal, que deverão usar os crachás fornecidos em lugar visível.

1.28. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação.

1.29. Manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Contratante e ao SICAF, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou se tornem desatualizados.

1.30. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o Contratante, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações:

1.30.1. Constatada qualquer irregularidade, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

1.30.2. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Efetuar o pagamento no prazo estipulado neste contrato.

2. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

3. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

4. Recusar o serviço que não estiver de acordo com as especificações.
5. Solicitar a substituição do material e/ou rejeição do serviço que apresentar vícios, defeitos ou incorreções ou que não estiver de acordo com o objeto.
6. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, no que diz respeito ao contrato.
7. Designar gestor que efetuará sua representação perante a Contratada para determinação, avaliação, acompanhamento e aprovação dos serviços por ela realizados.
8. Colocar à disposição da Contratada os equipamentos mínimos e documentação necessários para a realização das atividades quando estas forem executadas nas instalações do Contratante, com exceção das licenças de software necessárias para os serviços, tais como licenças de ferramentas de desenvolvimento e outras, as quais deverão ser providenciadas pela própria Contratada.
9. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
10. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

Cláusula Quarta - DO VALOR

O valor do contrato é de **R\$ 1.825.012,00 (um milhão, oitocentos e vinte e cinco reais e doze centavos).**

Cláusula Quinta - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

1. A critério do Contratante, o objeto deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% do valor inicial contratado atualizado, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.
2. O acréscimo ou supressão contratual não poderá exceder os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, salvo a supressão decorrente de acordo celebrado entre as partes.

Cláusula Sexta - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal, acompanhada das informações quanto aos seus dados bancários e de cópia da nota de empenho, para atestação pelo órgão responsável e posterior liquidação e pagamento da despesa pelo Contratante, em Brasília-DF, mediante ordem bancária creditada na conta corrente nº 767-0, Agência nº 4511, da Caixa Econômica Federal - CEF, no prazo máximo de trinta dias, a contar do recebimento definitivo do produto, pela atestação da respectiva nota fiscal, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993.

1.1. O pagamento será efetuado de acordo com as etapas indicadas no item 25 do Projeto Básico DITIN/COTEC, alterado pelo Memorando COTEC 1460610 e Anexo Cronograma Financeiro 1460663, nos seguintes percentuais, com relação ao valor total do contrato:

% ETAPAS	DESCRIÇÃO	ETAPA	VALOR
15%	Execução total etapa 1	Projeto executivo e cronograma físico	R\$ 280.000,00
10%	Execução total etapa 2	Obras civis	R\$ 182.114,00
5%	Execução total etapa 3	Entrega dos Geradores	R\$ 91.461,00
23%	Execução total etapa 4	Entrega do DCMS	R\$ 420.000,00
23%	Execução total etapa 5	Finalização da montagem do DCMS	R\$ 420.000,00
8%	Execução total etapa 6	Ativação do DCMS	R\$ 140.000,00
3%	Execução total etapa 7	Treinamento	R\$ 50.544,00
4%	Execução total etapa 8	Moving	R\$ 71.893,00
8%	Execução total etapa 9	Termo de entrega definitiva	R\$ 140.000,00
2%	Execução total etapa 10	Início dos serviços de garantia	R\$ 29.000,00
			R\$ 1.825.012,00

2. Informações sobre notas fiscais ou recibos encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) para pagamento somente serão prestadas por intermédio do correio eletrônico dorfi@stm.jus.br ou pelo telefone nº (61) 3313-9516:

2.1. na consulta, deverão ser informados o nome do interessado, com CNPJ ou CPF, o número da nota fiscal ou recibo e o número do protocolo no STM, com a respectiva data.

3. No caso de a Contratada ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

4. No ato da efetivação do pagamento será efetuado a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) e suas alterações.

5. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

6. Em atendimento ao artigo 55, XIII, da Lei 8.666/1993, juntamente com o documento fiscal, caberá à Contratada para si e para cada pessoa física e/ou jurídica que, vinculada por relação de trabalho e/ou por outra relação jurídica com a Contratada, tenha atuado diretamente na execução do Contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital/contrato, apresentar, conforme o caso, as comprovações atualizadas:

- a) das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS).
- b) da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) do Portal da Transparência;
- c) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ; e
- d) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.

7. O Contratante reserva-se o direito de se recusar ao pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, o objeto deste contrato não estiver de acordo com o licitado, proposto e contratado.

8. É vedado à Contratada, sob pena de rescisão contratual, negociar ou caucionar a nota de empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto deste contrato.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser

incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente.

$$AF = I \times N \times VP$$

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

10. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

10.1. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

Cláusula Sétima - DO REAJUSTE

Na forma da legislação vigente, não haverá reajuste de preços.

Cláusula Oitava - DA VIGÊNCIA

1. Para o objeto descrito no Grupo 1, o contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo **300 dias**:

1.1. Prazo para a elaboração do Projeto Executivo e do cronograma de trabalho de implantação da solução de até **30 dias**, contados da assinatura do contrato;

1.2. Prazo para execução das etapas 2 a 7 descritas no Projeto Básico de até **150 dias**, a contar da aprovação do Projeto de Implantação pelo Contratante;

1.3. Prazo para registro do projeto no CREA de, no máximo, **120 dias**, a partir da conclusão da etapa 7 descrita no Projeto Básico.

1.3.1 No prazo de 120 dias previsto no subitem 1.3 estão inclusos os prazos de treinamento (etapa 9) e *moving* (etapa 10), cujo prazo de execução é de, no máximo, 30 dias após o início da garantia (etapa 8).

Cláusula Nona - DA GARANTIA

1. A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do Contrato, no valor de **R\$ 91.250,60** (noventa e um mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

1.2. seguro-garantia; ou

1.3. fiança bancária.

2. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

3. O atraso superior a 30 dias autoriza o Contratante a promover, discricionariamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

3.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

4. A garantia prestada pela contratada terá validade de, no mínimo, três meses após o término do prazo de vigência contratual, somente sendo liberada após o esgotamento de tal prazo, observando ainda:

4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das obrigações nele previstas;

4.2. prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada;

4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

4.5. prejuízos indiretos causados ao CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5. A garantia prestada pela Contratada, seja na modalidade seguro-garantia ou na modalidade fiança bancária, deverá contemplar todos os eventos indicados nos subitens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5.

6. O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o Contratante e a Contratada.

7. Se a garantia for prestada na modalidade caução, a Contratada deverá:

7.1. caso a opção seja pela prestação em dinheiro, o respectivo depósito deverá ser feito na Caixa Econômica Federal (CEF), tendo como beneficiário o Contratante e como caucionário a Contratada; ou

7.2. caso a opção seja pela utilização de títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

9. Se a garantia for prestada na modalidade de Seguro-Garantia, deverá ser observada a forma prevista na Circular nº 477, de 30 de setembro de 2013, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

10. A Contratada obriga-se a apresentar garantia complementar ou substitutiva da original, nos seguintes casos:

10.1. alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, devendo ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, a contar da assinatura do Termo Aditivo; ou

10.2. utilização do valor da garantia, total ou parcialmente, por qualquer motivo, a contar da data em que foi notificada.

11. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 10 e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou repostado, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

12. O atraso superior a 30 dias, na prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 10, autoriza o Contratante a discricionariamente promover, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

12.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

13. Será considerada extinta a garantia:

13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante (Administração), mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso o Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

Cláusula Décima - DAS PENALIDADES

1. A Contratada, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, sem prejuízo da aplicação da penalidade de **multa** de 5% sobre o valor da contratação, da rescisão unilateral do contrato, das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos e prazos:

1.1. pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, quando:

1.1.1. apresentar documentação falsa;

1.1.2. fraudar a execução do contrato;

1.1.3. cometer fraude fiscal;

1.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

1.1.4.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

1.2. pelo período de **3 (três) meses**, quando:

1.2.1. deixar de prestar garantia prevista no termo de referência.

2. A Contratada, com fundamento nos arts. 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos casos de retardamento ou de falha na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades, além de implicar no descredenciamento no SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005):

2.1. **advertência**, nos casos em que ocorrerem:

2.1.1. irregularidades de pequena monta, para as quais tenha o Contratante concorrido;

2.1.2. descumprimentos das obrigações contratuais que não acarretem prejuízo para o Contratante;

2.1.3. execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa.

2.2. **impedimento** de licitar e contratar com a **União** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em casos, dentre outras situações, de inexecução total ou parcial das obrigações;

2.3. **suspensão temporária** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o **Superior Tribunal Militar**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir ao Superior Tribunal Militar os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 2.3;

2.4.1. Dão ensejo à aplicação de declaração de inidoneidade condutas graves da Contratada, bem como as descritas nos arts. 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 transcritas abaixo, e desde que devidamente comprovado o seu dolo ou a sua culpa grave no processo administrativo:

a) obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, de modificações ou prorrogações contratuais para as quais comprovadamente concorreu;

b) fraudar, em prejuízo do Superior Tribunal Militar, contrato para aquisição ou venda de bens ou mercadorias:

b.1) vendendo como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

b.2) entregando uma mercadoria por outra;

b.3) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

b.4) tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução do contrato.

c) celebrar contrato com o Superior Tribunal Militar mesmo tendo sido declarada inidônea.

2.5. **multas**:

2.5.1. **multa compensatória**:

a) de 15% sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total;

b) de 15% sobre o saldo contratual, em caso de inexecução parcial da contratação, que também estará configurada quando:

b.1) a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do subitem 2.5.7, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 do mesmo subitem, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente;

b.2) a Contratada deixar de regularizar as suas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, no prazo determinado pela Fiscalização, nos termos do item 1.30 da cláusula segunda deste contrato.

2.5.2. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na entrega do projeto executivo e/ou do cronograma de trabalho de implantação da solução, de:

a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 1, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;

b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 1, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

2.5.3. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na entrega da solução ou no saneamento de desconformidades verificadas pela Fiscalização, sem motivo de força maior ou alheio ao controle da Contratada, de:

a) 0,3% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o 30º dia;

b) 0,5% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, após o 31º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação, sendo que a aplicação desta multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

2.5.3.1. As multas acima tem um limite máximo de 10% sobre o valor total do contrato.

2.5.4. **multa**, nos casos de atraso na resolução de problemas no funcionamento da solução, no período de garantia, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MULTA	INCIDÊNCIA
1	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 1	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
2	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 1	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
3	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 2	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
4	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 2	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
5	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 3	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
6	Atraso na resolução de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 3	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
7	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 4	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
8	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 4	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
9	Atraso na resolução de problemas de funcionamento da solução, nos casos em que os defeitos, erros, deficiências e omissões não ocasionarem indisponibilidade	0,4% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.

2.5.4.1. A multa aplicada não poderá ultrapassar o percentual de 8% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"

2.5.5. A Contratada deverá manter um Service Level Agreement (SLA) para a disponibilidade da solução não inferior a 99,95% ao mês.

2.5.5.1. Se a Contratada, por problemas alheios a Contratante, ou considerados injustificáveis pela mesma, não cumprir o compromisso de disponibilidade estipulado, será aplicada multa proporcional, referente à parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota

24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas no termo de referência do edital, conforme tabela abaixo:

ÍNDICE EXIGIDO	FÓRMULA DE CÁLCULO ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE
Maior ou igual a 99,95	$\text{Índice de Disponibilidade} = 100 - ((\text{Minutos de indisponibilidade} / (\text{número de dias mês} \times 60 \times 24)) \times 100$

PENALIDADES

ÍNDICE DE INDISPONIBILIDADE	PRIMEIRA OCORRÊNCIA	SEGUNDA OCORRÊNCIA	TERCEIRA OCORRÊNCIA
Índice entre 99,94 e 99,00, redução de 50%	Multa de 10% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 20% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 50% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses
Índice menor de 99%, redução de 60%	Multa de 20% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 30% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 60% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses

2.5.6. A cada três advertências aplicadas em desfavor da Contratada, aplicação de **multa** com Grau 3, conforme Tabelas 1 e 2 do subitem 2.5.7.;

2.5.7. **multas**, conforme as infrações cometidas, o grau e os pontos respectivos, indicados nas tabelas abaixo:

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 50,00
2	R\$ 80,00
3	R\$ 200,00

4	R\$ 350,00
5	R\$ 800,00
6	R\$ 1.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Suspender ou interromper os serviços contratuais de plantão relacionados a garantia, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito. Obs. Cada dia será considerado uma ocorrência.	5	Por ocorrência
2	Atrasar para entregar à Fiscalização a ART/RRT e demais documentos pertinentes à execução do contrato. Obs. Cada dia será considerado uma ocorrência.	1	Por ocorrência
3	Obstaculizar o envio de representante da Contratada para acompanhar a realização dos testes e comprovar a efetiva funcionalidade do DCMS antes de seu embarque definitivo para as instalações da Contratada	4	Por ocorrência
4	Atrasar para transferir as licenças necessárias para o funcionamento dos recursos da solução, após o período de garantia. Obs. Cada período de até 05 dias será considerado uma ocorrência.	2	Por ocorrência
5	Obstaculizar procedimento de auditoria que o Contratante decida realizar na área de tecnologia	4	Por ocorrência
6	Atrasar, injustificadamente, o atendimento aos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de assinatura ou devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, se for o caso.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
8	Permitir situação que cause prejuízos ao STM ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.	5	Por empregado
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

10	Observar as normas e procedimentos internos do Contratante no que se refere à segurança e sigilo dos dados manuseados, bem como no que é pertinente à documentação (Termo de Confiabilidade, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que tiverem acesso às dependências do Contratante e aos que possuírem acesso remoto.	6	Por ocorrência
11	Apresentar, juntamente com o documento fiscal, as comprovações atualizadas das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS), da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS) do Portal da Transparência, da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.	1	Por ocorrência
12	Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.	2	Por ocorrência

13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização sobre quaisquer outras obrigações acessórias contratuais não previstas nesta tabela.	4	Por ocorrência
----	--	---	----------------

2.5.8. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na execução do treinamento, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 9, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;
- b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 9, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

2.5.9 **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na execução do moving, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 10, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;
- b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 10, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

3. Na aplicação das penalidades, serão observados os seguintes balizamentos:

- 3.1. os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- 3.2. a atuação da contratada em eliminar, minorar ou reparar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- 3.3. a execução satisfatória das demais obrigações contratuais;
- 3.4. a não existência de efetivo prejuízo material à Administração ou a terceiros; e/ou
- 3.5. a reincidência do descumprimento contratual, que, para ser determinada, serão considerados os últimos doze meses de antecedentes da Contratada, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

4. Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no subitem 3 e 8.

5. A Administração do Superior Tribunal Militar poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

5.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a:

- 5.1.1. R\$ 300,00, para obras e serviços de engenharia;
- 5.1.2. R\$ 160,00, para compras e serviços não referidos no inciso anterior.

5.2. Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

5.3. Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

5.4. Caso não ocorra a reincidência nos últimos doze meses, contados a partir da primeira ocorrência, ou a vigência contratual encerre antes desse período, a multa suspensa deve ser convertida na penalidade de advertência.

6. O valor da(s) multa(s) será(ão) descontado(s) das faturas devidas à Contratada.

6.1. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da(s) multa(s), a diferença será descontada da garantia contratual, se esta tiver sido prevista no contrato.

6.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes ou se os valores das faturas forem insuficientes e a Contratada tiver sido dispensada da apresentação da garantia, a(s) multa(s) deverá(ão) ser recolhida(s) como receita da União, no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.

7. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar com a União, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o STM e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8. Na apuração dos fatos, o Superior Tribunal Militar atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à Contratada a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

8.1. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia na forma do art. 87, § 2º e recurso nos termos do art. 109, ambos da Lei nº 8.666/1993.

8.2. O Superior Tribunal Militar deverá formar sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.

9. Na hipótese de atribuição de efeito suspensivo a recurso e posterior manutenção da penalidade pela Autoridade recursal, o novo registro da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Superior Tribunal Militar envolverá apenas o saldo do período de restrição imposto ao Contratado.

9.1. Será considerado para o cálculo do período residual que um mês possui 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira – DO RECEBIMENTO, FISCALIZAÇÃO E ATESTAÇÃO

1. O recebimento, a fiscalização e atestação do serviço caberão a servidor designado pelo Diretor-Geral do Contratante, nos termos do Ato Normativo nº 238, de 31 de outubro de 2017.

2. O servidor designado é responsável pelo fiel cumprimento do contrato, bem como pela anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas competentes.

Cláusula Décima Segunda - DA DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2018, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0001 0004 - MTGI*, mediante as notas de empenhos nºs 2019NE000927, 2019NE000928 e 2019NE000929, emitidas em 16/05/2019.

Cláusula Décima Terceira - DA COMUNICAÇÃO

Durante a vigência deste contrato, quaisquer comunicações entre as partes deverão ser feitas por escrito.

Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80, da Lei n.º 8.666/1993:
 - 1.1. os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
2. A rescisão do contrato poderá ser:
 - 2.1. determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n.º 8.666/1993;
 - 2.2. amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o Contratante; e
 - 2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Décima Quinta - DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se em Pregão realizado em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos Decretos nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis à espécie.

Cláusula Décima Sexta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Independentemente de sua transcrição, farão parte integrante deste contrato todas as condições estabelecidas no Edital, na proposta apresentada pela Contratada e nos documentos por ela juntados ao processo da licitação.
2. O presente contrato poderá sofrer alterações posteriores, totais ou parciais, decorrentes da adoção, pelo Governo Federal, de medidas e normas financeiras com força de lei.
3. Fica expressamente proibido à Contratada:
 - 3.1. subcontratar o objeto deste contrato, exceto a subcontratação parcial devidamente autorizada pelo Contratante, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais;
 - 3.2. veicular publicidade comercial acerca do objeto deste contrato, sem prévia autorização do Contratante.
4. Os casos omissos ocorridos durante a vigência deste contrato serão resolvidos pela Administração do Contratante, com base na legislação em vigor.

Cláusula Décima Sétima - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim de presente acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Brasília, de de 2019.

Silvio Artur Meira Starling

Diretor-Geral do Contratante

Luiz Felipe Herrero Madureira

Sócio da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Herrero Madureira**, Usuário Externo, em 21/06/2019, às 15:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ARTUR MEIRA STARLING**, DIRETOR-GERAL, em 21/06/2019, às 19:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1474253** e o código CRC **03703521**.

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>

1474253v1

018771/18-00.07



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/DIREG/DIRAD/COLIC/SECOT

CONTRATO Nº 04/2020

Contrato nº
04/2020 celebrado entre
o **SUPERIOR
TRIBUNAL
MILITAR** e
a sociedade
empresaria **FLASHX
CONSTRUTORA E
INCORPORADORA
LTDA**, para
fornecimento,
implantação e
integração de
solução **DATA
CENTER MODULAR
SEGURO OUTDOOR**,
em regime “turnkey”
(entrega da solução em
condições de pleno
funcionamento), com
garantia na modalidade
“on site” por 36 meses
e aderência à norma
TIA942, de acordo com
o Processo nº 272/2018
- SEI nº 018771/18-
00.07.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **Silvio Artur Meira Starling**, com fundamento no Manual de Organização do STM, aprovado pela Resolução nº 241, de 09 de maio de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Superior Tribunal Militar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresaria **FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, registrada no CNPJ/MF sob o nº 00.801.587/0001-38, com sede no SOF/Sul, Quadra 18, Conjunto A, Lote 03, Brasília - DF, CEP: 71215-291, telefone nº (61) 3223-2022, correios eletrônicos: ironbr@ironbr.com, flashx@flashx.com.br, neste ato representada por seu Sócio, **Luiz Felipe Herrero Madureira**, portador da Carteira de Identidade nº 1.669.882 SSP/GO e do CPF nº 486.175.711-87,

doravante denominada **CONTRATADA**, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e alterações posteriores, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Pregão Eletrônico nº 104/2018, têm entre si justo e contratado o fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, de acordo com o Projeto Básico DITIN/COTEC, com a Ata de Registro de Preços nº 7/2019, bem como, com o Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 7/2019, conforme especificado abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO
2	Transformação	1	R\$ 48.939,80
TOTAL			R\$ 48.939,80

Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Fornecer, implantar e integrar solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942, nas condições, prazos e especificações contidas no Projeto Básico DITIN/COTEC, em especial:

1.1. Indicar preposto para representá-la, sendo este responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

1.2. Entregar a solução em local indicado pelo Contratante, se responsabilizando por seu transporte até os locais de instalação, sua movimentação dentro das instalações do Contratante e sua fixação no local onde será ativado.

1.3. Instalar a solução deixando-a totalmente funcional, incluindo a ativação de sua energização, aterramento, refrigeração, alarmes, dutos elétricos e hidráulicos, monitoramento e conectividade.

1.4. Fornecer todos os documentos necessários que comprovem a adequação do DCMS às Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), às leis de abrangência nacional e estadual no que diz respeito à segurança contra incêndio/pânico e iluminação de emergência, e como consequência a certeza da emissão do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (A.V.C.B.) pelo Corpo de Bombeiros do DF.

1.5. Observar as normas e procedimentos internos do Contratante no que se refere à segurança (Política de Segurança da Informação) e sigilo dos dados manuseados, bem como no que é pertinente à documentação (Termo de Confidencialidade, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que tiverem acesso às dependências do Contratante, e aos que possuírem acesso

remoto).

1.6. Colocar profissionais à disposição do Contratante para execução dos serviços.

1.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em caso de fiscalização e/ou acompanhamento pelo Contratante.

1.8. Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.

1.9. Manter durante o curso do contrato e após o seu término, o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda informação de qualquer natureza referente às atividades do Contratante, das quais venha a ter conhecimento ou às quais venha a ter acesso por força do cumprimento do contrato, não podendo sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, invocar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento da obrigação assumida por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais, nos termos da Lei nº 4.595, de 31/12/1964, e demais leis, permitindo ainda que o Contratante, a qualquer tempo, fiscalize o seu uso.

1.10. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos provocados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas na execução dos serviços objeto deste contrato, bem como nas instalações e demais bens de propriedade do Contratante.

1.11. Efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para o Contratante, caso seja detectado qualquer problema na homologação do objeto do contrato, em qualquer uma das funcionalidades.

1.12. Não ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do Contratante.

1.13. Manter a guarda dos equipamentos e demais bens de propriedade do Contratante, quando utilizados, permitindo que este, a qualquer tempo, fiscalize o seu uso.

1.14. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.15. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Projeto Básico DITIN/COTEC, no prazo fixado pelo Contratante, contado da sua notificação.

1.16. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do Contratante.

1.17. Manter atualizados, junto à Coordenadoria de Segurança Institucional (COSEG), os dados pessoais de seus empregados em serviço nas dependências do Tribunal, que deverão usar os crachás fornecidos em lugar visível.

1.18. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação.

1.19. Manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Contratante e ao SICAF, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou se tornem desatualizados.

1.20. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o

Contratante, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações:

1.20.1. Constatada qualquer irregularidade, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

1.20.2. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Efetuar o pagamento no prazo estipulado neste contrato.
2. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
3. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
4. Recusar o serviço que não estiver de acordo com as especificações.
5. Solicitar a substituição do material e/ou rejeição do serviço que apresentar vícios, defeitos ou incorreções ou que não estiver de acordo com o objeto.
6. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, no que diz respeito ao contrato.
7. Designar gestor que efetuará sua representação perante a Contratada para determinação, avaliação, acompanhamento e aprovação dos serviços por ela realizados.
8. Colocar à disposição da Contratada os equipamentos mínimos e documentação necessários para a realização das atividades quando estas forem executadas nas instalações do Contratante, com exceção das licenças de software necessárias para os serviços, tais como licenças de ferramentas de desenvolvimento e outras, as quais deverão ser providenciadas pela própria Contratada.
9. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
10. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

Cláusula Quarta - DO VALOR

O valor do contrato é de **R\$ 48.939,80 (quarenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).**

Cláusula Quinta - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

1. A critério do Contratante, o objeto deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% do valor inicial contratado atualizado, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/1993.
2. O acréscimo ou supressão contratual não poderá exceder os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, salvo a supressão decorrente de acordo celebrado entre as partes.

Cláusula Sexta - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal, acompanhada das informações quanto aos seus dados bancários e de cópia da nota de empenho, para atestação pelo órgão responsável e posterior liquidação e pagamento da despesa pelo Contratante, em Brasília-DF, mediante ordem bancária creditada na conta corrente nº 767-0, Agência nº 4511, da Caixa Econômica Federal - CEF, no prazo máximo de trinta dias, a contar do recebimento definitivo do produto, pela atestação da respectiva nota fiscal, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.

1.1. O pagamento será efetuado após a etapa 6 indicada no item 25 do Projeto Básico DITIN/COTEC, alterado pelo Memorando COTEC 1460610 e Anexo Cronograma Financeiro 1460663.

DESCRIÇÃO	ETAPA
Execução total etapa 6	Ativação do DCMS

2. Informações sobre notas fiscais ou recibos encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) para pagamento somente serão prestadas por intermédio do correio eletrônico dorfi@stm.jus.br ou pelo telefone nº (61) 3313-9516:

2.1. na consulta, deverão ser informados o nome do interessado, com CNPJ ou CPF, o número da nota fiscal ou recibo e o número do protocolo no STM, com a respectiva data.

3. No caso de a Contratada ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

4. No ato da efetivação do pagamento será efetuado a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) e suas alterações.

5. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

6. Em atendimento ao artigo 55, XIII, da Lei 8.666/1993, juntamente com o documento fiscal, caberá à Contratada para si e para cada pessoa física e/ou jurídica que, vinculada por relação de trabalho e/ou por outra relação jurídica com a Contratada, tenha atuado diretamente na execução do Contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital/contrato, apresentar, conforme o caso, as comprovações atualizadas:

- a) das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS).
- b) da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) do Portal da Transparência;
- c) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ; e

d) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.

7. O Contratante reserva-se o direito de se recusar ao pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, o objeto deste contrato não estiver de acordo com o licitado, proposto e contratado.

8. É vedado à Contratada, sob pena de rescisão contratual, negociar ou caucionar a nota de empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto deste contrato.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente.

$$AF = I \times N \times VP$$

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

10. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

10.1. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

Cláusula Sétima - DO REAJUSTE

Na forma da legislação vigente, não haverá reajuste de preços.

Cláusula Oitava - DA VIGÊNCIA

O Contrato terá a vigência de 90 (noventa) dias, a contar de 30 de janeiro de 2020.

Cláusula Nona - DA GARANTIA

1. A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do Contrato, no valor de **R\$ 2.446,99** (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual, nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

1.2. seguro-garantia; ou

1.3. fiança bancária.

2. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

3. O atraso superior a 30 dias autoriza o Contratante a promover, discricionariamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

3.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

4. A garantia prestada pela contratada terá validade de, no mínimo, três meses após o término do prazo de vigência contratual, somente sendo liberada após o esgotamento de tal prazo, observando ainda:

4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das obrigações nele previstas;

4.2. prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada;

4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

4.5. prejuízos indiretos causados ao CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5. A garantia prestada pela Contratada, seja na modalidade seguro-garantia ou na modalidade fiança bancária, deverá contemplar todos os eventos indicados nos subitens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5.

6. O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o Contratante e a Contratada.

7. Se a garantia for prestada na modalidade caução, a Contratada deverá:

7.1. caso a opção seja pela prestação em dinheiro, o respectivo depósito deverá ser feito na Caixa Econômica Federal (CEF), tendo como beneficiário o Contratante e como caucionário a Contratada; ou

7.2. caso a opção seja pela utilização de títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

9. Se a garantia for prestada na modalidade de Seguro-Garantia, deverá ser observada a forma prevista na Circular nº 477, de 30 de setembro de 2013, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

10. A Contratada obriga-se a apresentar garantia complementar ou substitutiva da original, nos seguintes casos:

10.1. alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, devendo ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, a contar da assinatura do Termo Aditivo; ou

10.2. utilização do valor da garantia, total ou parcialmente, por qualquer motivo, a contar da data

em que foi notificada.

11. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 10 e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou reposto, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

12. O atraso superior a 30 dias, na prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 10, autoriza o Contratante a discricionariamente promover, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

12.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

13. Será considerada extinta a garantia:

13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante (Administração), mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso o Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

Cláusula Décima - DAS PENALIDADES

1. A Contratada, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, sem prejuízo da aplicação da penalidade de **multa** de 5% sobre o valor da contratação, da rescisão unilateral do contrato, das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos e prazos:

1.1. pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, quando:

1.1.1. apresentar documentação falsa;

1.1.2. fraudar a execução do contrato;

1.1.3. cometer fraude fiscal;

1.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

1.1.4.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

1.2. pelo período de **3 (três) meses**, quando:

1.2.1. deixar de prestar garantia prevista no termo de referência.

2. A Contratada, com fundamento nos arts. 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos casos de retardamento ou de falha na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades, além de implicar no descredenciamento no SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005):

2.1. **advertência**, nos casos em que ocorrerem:

2.1.1. irregularidades de pequena monta, para as quais tenha o Contratante concorrido;

2.1.2. descumprimentos das obrigações contratuais que não acarretem prejuízo para o Contratante;

2.1.3. execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa.

2.2. **impedimento** de licitar e contratar com a **União** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em casos, dentre outras situações, de inexecução total ou parcial das obrigações;

2.3. **suspensão temporária** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o **Superior Tribunal Militar**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir ao Superior Tribunal Militar os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 2.3;

2.4.1. Dão ensejo à aplicação de declaração de inidoneidade condutas graves da Contratada, bem como as descritas nos arts. 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 transcritas abaixo, e desde que devidamente comprovado o seu dolo ou a sua culpa grave no processo administrativo:

a) obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, de modificações ou prorrogações contratuais para as quais comprovadamente concorreu;

b) fraudar, em prejuízo do Superior Tribunal Militar, contrato para aquisição ou venda de bens ou mercadorias:

b.1) vendendo como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

b.2) entregando uma mercadoria por outra;

b.3) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

b.4) tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução do contrato.

c) celebrar contrato com o Superior Tribunal Militar mesmo tendo sido declarada inidônea.

2.5. multas:

2.5.1. multa compensatória:

a) de 15% sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total;

b) de 15% sobre o saldo contratual, em caso de inexecução parcial da contratação, que também estará configurada quando:

b.1) a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do subitem 2.5.7, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 do mesmo subitem, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente;

b.2) a Contratada deixar de regularizar as suas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, no prazo determinado pela Fiscalização, nos termos do item 1.30 da cláusula segunda deste contrato.

2.5.2. multa moratória, nos casos de atrasos injustificados na entrega do projeto executivo e/ou do cronograma de trabalho de implantação da solução, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 1, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;
- b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 1, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

2.5.3. multa moratória, nos casos de atrasos injustificados na entrega da solução ou no saneamento de desconformidades verificadas pela Fiscalização, sem motivo de força maior ou alheio ao controle da Contratada, de:

- a) 0,3% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o 30º dia;
- b) 0,5% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, após o 31º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação, sendo que a aplicação desta multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

2.5.3.1. As multas acima tem um limite máximo de 10% sobre o valor total do contrato.

2.5.4. multa, nos casos de atraso na resolução de problemas no funcionamento da solução, no período de garantia, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MULTA	INCIDÊNCIA
1	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 1	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
2	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 1	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
3	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 2	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
	Atraso na resolução definitiva de	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso

4	problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 2	o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
5	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 3	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
6	Atraso na resolução de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 3	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
7	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 4	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
8	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 4	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
9	Atraso na resolução de problemas de funcionamento da solução, nos casos em que os defeitos, erros, deficiências e omissões não ocasionarem indisponibilidade	0,4% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.

2.5.4.1. A multa aplicada não poderá ultrapassar o percentual de 8% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"

2.5.5. A Contratada deverá manter um Service Level Agreement (SLA) para a disponibilidade da solução não inferior a 99,95% ao mês.

2.5.5.1. Se a Contratada, por problemas alheios a Contratante, ou considerados

injustificáveis pela mesma, não cumprir o compromisso de disponibilidade estipulado, será aplicada multa proporcional, referente à parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas no termo de referência do edital, conforme tabela abaixo:

ÍNDICE EXIGIDO	FÓRMULA DE CÁLCULO ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE
Maior ou igual a 99,95	$\text{Índice de Disponibilidade} = 100 - ((\text{Minutos de indisponibilidade} / (\text{número de dias mês} \times 60 \times 24)) \times 100$

PENALIDADES

ÍNDICE DE INDISPONIBILIDADE	PRIMEIRA OCORRÊNCIA	SEGUNDA OCORRÊNCIA	TERCEIRA OCORRÊNCIA
Índice entre 99,94 e 99,00, redução de 50%	Multa de 10% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 20% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 50% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses
Índice menor de 99%, redução de 60%	Multa de 20% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 30% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 60% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses

2.5.6. A cada três advertências aplicadas em desfavor da Contratada, aplicação de **multa** com Grau 3, conforme Tabelas 1 e 2 do subitem 2.5.7.;

2.5.7. **multas**, conforme as infrações cometidas, o grau e os pontos respectivos, indicados nas tabelas abaixo:

Tabela 1

--	--

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 50,00
2	R\$ 80,00
3	R\$ 200,00
4	R\$ 350,00
5	R\$ 800,00
6	R\$ 1.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA

1	Suspender ou interromper os serviços contratuais de plantão relacionados a garantia, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito. Obs. Cada dia será considerado uma ocorrência.	5	Por ocorrência
2	Atrasar para entregar à Fiscalização a ART/RRT e demais documentos pertinentes à execução do contrato. Obs. Cada dia será considerado uma ocorrência.	1	Por ocorrência
3	Obstaculizar o envio de representante da Contratada para acompanhar a realização dos testes e comprovar a efetiva funcionalidade do DCMS antes de seu embarque definitivo para as instalações da Contratada	4	Por ocorrência
4	Atrasar para transferir as licenças necessárias para o funcionamento dos recursos da solução, após o período de garantia. Obs. Cada período de até 05 dias será considerado uma ocorrência.	2	Por ocorrência
5	Obstaculizar procedimento de auditoria que o Contratante decida realizar na área de tecnologia	4	Por ocorrência
6	Atrasar, injustificadamente, o atendimento aos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de assinatura ou devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, se for o caso.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
8	Permitir situação que cause prejuízos ao STM ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.	5	Por empregado
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

10	Observar as normas e procedimentos internos do Contratante no que se refere à segurança e sigilo dos dados manuseados, bem como no que é pertinente à documentação (Termo de Confiabilidade, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que tiverem acesso às dependências do Contratante e aos que possuírem acesso remoto.	6	Por ocorrência

11	Apresentar, juntamente com o documento fiscal, as comprovações atualizadas das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS), da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS) do Portal da Transparência, da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.	1	Por ocorrência
12	Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.	2	Por ocorrência
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização sobre quaisquer outras obrigações acessórias contratuais não previstas nesta tabela.	4	Por ocorrência

2.5.8. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na execução do treinamento, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 9, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;
- b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 9, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

2.5.9 **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na execução do moving, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 10, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;
- b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 10, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

3. Na aplicação das penalidades, serão observados os seguintes balizamentos:

- 3.1. os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- 3.2. a atuação da contratada em eliminar, minorar ou reparar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- 3.3. a execução satisfatória das demais obrigações contratuais;
- 3.4. a não existência de efetivo prejuízo material à Administração ou a terceiros; e/ou
- 3.5. a reincidência do descumprimento contratual, que, para ser determinada, serão considerados os últimos doze meses de antecedentes da Contratada, contados a partir da primeira ocorrência,

ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

4. Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no subitem 3 e 8.

5. A Administração do Superior Tribunal Militar poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

5.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a:

5.1.1. R\$ 300,00, para obras e serviços de engenharia;

5.1.2. R\$ 160,00, para compras e serviços não referidos no inciso anterior.

5.2. Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

5.3. Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

5.4. Caso não ocorra a reincidência nos últimos doze meses, contados a partir da primeira ocorrência, ou a vigência contratual encerre antes desse período, a multa suspensa deve ser convertida na penalidade de advertência.

6. O valor da(s) multa(s) será(ão) descontado(s) das faturas devidas à Contratada.

6.1. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da(s) multa(s), a diferença será descontada da garantia contratual, se esta tiver sido prevista no contrato.

6.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes ou se os valores das faturas forem insuficientes e a Contratada tiver sido dispensada da apresentação da garantia, a(s) multa(s) deverá(ão) ser recolhida(s) como receita da União, no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.

7. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar com a União, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o STM e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8. Na apuração dos fatos, o Superior Tribunal Militar atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à Contratada a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

8.1. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia na forma do art. 87, § 2º e recurso nos termos do art. 109, ambos da Lei nº 8.666/1993.

8.2. O Superior Tribunal Militar deverá formar sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.

9. Na hipótese de atribuição de efeito suspensivo a recurso e posterior manutenção da penalidade pela Autoridade recursal, o novo registro da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Superior Tribunal Militar envolverá apenas o saldo do período de restrição imposto ao Contratado.

9.1. Será considerado para o calculo do período residual que um mês possui 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira – DO RECEBIMENTO, FISCALIZAÇÃO E ATESTAÇÃO

1. O recebimento, a fiscalização e atestação do serviço caberão a servidor designado pelo Diretor-Geral do Contratante, nos termos do Ato Normativo nº 238, de 31 de outubro de 2017.
2. O servidor designado é responsável pelo fiel cumprimento do contrato, bem como pela anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas competentes.

Cláusula Décima Segunda - DA DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2020, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0001 0004 - MTGI*, mediante a emissão da Nota de Empenho nº 2020NE000152, de 30 de janeiro de 2020. emitida em 30/01/2020.

Cláusula Décima Terceira - DA COMUNICAÇÃO

Durante a vigência deste contrato, quaisquer comunicações entre as partes deverão ser feitas por escrito.

Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80, da Lei n.º 8.666/1993:
 - 1.1. os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
2. A rescisão do contrato poderá ser:
 - 2.1. determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n.º 8.666/1993;
 - 2.2. amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o Contratante; e
 - 2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Décima Quinta - DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se em Pregão realizado em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos Decretos nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e nº 8.538, de

6 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis à espécie.

Cláusula Décima Sexta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Independentemente de sua transcrição, farão parte integrante deste contrato todas as condições estabelecidas no Edital, na proposta apresentada pela Contratada e nos documentos por ela juntados ao processo da licitação.
2. O presente contrato poderá sofrer alterações posteriores, totais ou parciais, decorrentes da adoção, pelo Governo Federal, de medidas e normas financeiras com força de lei.
3. Fica expressamente proibido à Contratada:
 - 3.1. subcontratar o objeto deste contrato, exceto a subcontratação parcial devidamente autorizada pelo Contratante, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais;
 - 3.2. veicular publicidade comercial acerca do objeto deste contrato, sem prévia autorização do Contratante.
4. Os casos omissos ocorridos durante a vigência deste contrato serão resolvidos pela Administração do Contratante, com base na legislação em vigor.

Cláusula Décima Sétima - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim de presente acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Brasília, de de 2020.

Silvio Artur Meira Starling

Diretor-Geral do Contratante

Luiz Felipe Herrero Madureira

Sócio da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Herrero Madureira, Usuário Externo**, em 10/03/2020, às 15:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ARTUR MEIRA STARLING**,
DIRETOR-GERAL, em 10/03/2020, às 18:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
1771060 e o código CRC **01A7C461**.

1771060v4

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2018 para Registro de Preços

(Regido pelas Leis nº 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, Decretos nº 5.450/2005, nº 8.538/2015 e nº 7.892/2013 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993).

Órgão/CNPJ:	Superior Tribunal Militar (STM), CNPJ: 00.497.560/0001-01
UASG:	060001
Unidade:	Coordenadoria de Licitações e Contratos/Seção de Licitações (DIRAD/COLIC/SELIC).
Tipo:	Menor preço.
Objeto:	Contratação de sociedade empresária especializada para fornecimento, implantação e integração de solução <i>DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR</i> , em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).
Processo:	SEI nº 018771/18-00.07
Sessão Pública	
Dia:	18/12/2018
Hora:	14h
Local:	www.comprasgovernamentais.gov.br .
Obtenção do Edital	
Local:	SAS, Praça dos Tribunais Superiores, bloco “B”, edifício-sede do STM, 11º andar, DIRAD/SELIC, sala 1103, Brasília-DF, CEP 70098-900.
Dia:	De segunda a sexta-feira.
Horário:	Das 12h e 30 min às 18h e 30 min.
Telefones:	(61) 3313-9634 e (61) 3313-9209.
Valor:	R\$ 0,20 (vinte centavos) por folha.
Gratuitamente pelos sites:	www.stm.jus.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br .

Obs.: Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este edital deverão ser encaminhados por meio eletrônico, para o endereço selic@stm.jus.br, conforme os artigos 18 e 19 do Decreto nº 5.450/05. Os pedidos de esclarecimentos, as impugnações e as respectivas respostas serão disponibilizados a todos os interessados no *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES
(DIRAD/COLIC/SELIC)
PREGÃO ELETRÔNICO nº 104/2018

O **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** (STM) leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos nºs 5.450, de 31 de maio de 2005, 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e 8.538, de 6 de outubro 2015 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, realizará licitação na modalidade de **pregão eletrônico, tipo menor preço**, observadas as condições deste edital e seus anexos, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).

1. OBJETO

Contratação de sociedade empresária especializada para fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com o Projeto Básico DITIN/COTEC, apenso ao Termo de Referência – ANEXO I.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão eletrônico as interessadas especializadas no ramo do objeto e credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal (compras governamentais), no *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.1.2. Como requisito para participação do pregão eletrônico, a Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital.

2.1.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva da Licitante, não se responsabilizando o Superior Tribunal Militar por quaisquer custos, transações efetuadas pela Licitante ou eventual desconexão do sistema.

2.2. Não poderão participar do presente pregão eletrônico:

2.2.1. consórcio de sociedades empresárias, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.2. sociedades empresárias coligadas ou com a mesma composição societária;

2.2.3. sociedades empresárias punidas com suspensão temporária para licitar ou impedimento de contratar com este Tribunal, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei 8.666/993



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/1993, ou impedida de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.2.4. servidor ou dirigente do Superior Tribunal Militar.

2.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

2.3.1. inexistência de fato superveniente que a impeça de participar do certame;

2.3.2. ausência, em seu quadro, de empregado com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e com 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

2.3.3. elaboração independente de proposta;

2.3.4. concordância com as condições estabelecidas neste edital e atendimento aos requisitos de habilitação;

2.3.5. atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no caso de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. A Licitante deverá se credenciar no sistema “Pregão Eletrônico”, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico:

3.1.1. o credenciamento será efetivado pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2. o credenciamento da Licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

3.1.3. o credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Superior Tribunal Militar, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. O presente edital poderá ser impugnado nos termos do art. 18 do Decreto nº 5.450/05, por meio eletrônico, no endereço: selic@stm.jus.br.

4.2. Em até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.



4.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço eletrônico sobredito.

4.4. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica plena aceitação pelos interessados das condições nela estabelecidas.

5. ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta, **contendo todos os itens do grupo**, deverá ser formulada e encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados, devendo ser consignados nos campos apropriados do sistema os preços unitário e total, expressos em reais, incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.1.1. Durante a sessão pública, quando solicitada pelo Pregoeiro, a Licitante deverá apresentar toda documentação necessária para subsidiar o julgamento técnico das soluções ofertadas, incluindo manuais técnicos, laudos e outros documentos que julgar necessários.

5.1.2. A proposta deverá conter os seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados em papel e em mídia eletrônica:

5.1.2.1. **Declaração** do fabricante de que o DCMS não será descontinuado em 10 anos e possui vida útil de, no mínimo, 10 (dez) anos.

5.1.2.2. **Declaração** do fabricante de que o sistema de climatização não terá sua garantia descontinuada por pelo menos 10 anos.

5.1.2.3. **Declaração** do fabricante de garantia estrutural por, no mínimo, 10 anos.

5.1.2.4. **Comprovação** de que todas as colunas, travessas e demais componentes vazados serão revestidos do mesmo material de forma a evitar o colapso da estrutura em caso de fogo externo.

5.1.2.5. **Catálogo** do material a ser utilizado na proteção contra fogo das paredes.

5.1.2.6. **Catálogo** dos produtos que serão utilizados na proteção contra fogo dos dutos (dumpers e passagens blindadas de cabeamento) no nível mínimo CF60.

5.1.2.7. **Declaração** do fabricante que comprove resistência lateral contra deformidades causadas por tração, compressão e impactos juntamente com cálculo estrutural que demonstre este quesito, assinado pelo engenheiro responsável.

5.1.2.8. **Documentos** comprobatórios de requisitos técnicos, expedidos em seu nome ou do fabricante da solução, emitido(s) por **entidade acreditada no mercado**, para os itens descritos abaixo:

5.1.2.8.1. Corrosão por salinidade: A licitante deverá apresentar Laudo ou Relatório Técnico emitido por laboratório especializado em análises químicas, com conhecimento em pinturas especiais similares ao exigido no Projeto Básico e que explicitamente mencionem os termos “aplicação externa” e “atmosfera altamente agressivas”.

5.1.2.8.2. Fogo externo (CP120min) e (CF60), até 1100 graus Celsius, conforme



norma NBR10636. A LICITANTE deverá apresentar Relatório de Ensaio realizado pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) ou outro laboratório acreditado pelo INMETRO que comprove que sua parede corta fogo atende a esta norma e explicitando claramente atendimento ao nível mínimo de 120 minutos no quesito Para-Chama (PC120) e 60 minutos no quesito Corta Fogo (CF60) e ainda resistência estrutural de 120 minutos e estanqueidade aos efeitos do fogo por 120 minutos. Para este quesito, não serão aceitos certificações de materiais utilizados, uma vez que esta certificação não garante que os mesmos foram aplicados da forma correta.

5.1.2.8.3. IP (Ingress Protection ou International Protection), mínimo IP65 - Para resistência a intempéries: Poeira e Jatos de Água, a LICITANTE deverá apresentar Relatório de Ensaio realizado pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) ou outro laboratório acreditado pelo INMETRO, que comprove que seu Data Center Outdoor fornece proteção satisfatória contra poeira e jatos de água. Não serão aceitos ensaios técnicos que não mencionem explicitamente o Data Center Outdoor ou Container Data Center ou ainda realizados apenas com as paredes sanduiche ou similares pois estes não comprovam a estanqueidade do Data Center como um todo e sim apenas de suas paredes.

5.1.2.9. **Folders** e outros documentos de divulgação comercial dos equipamentos.

5.1.2.10. **Memorial Descritivo Completo** com detalhamento de todos os componentes da solução tais como, mas não se limitando as abaixo descritas:

- 5.1.2.10.1. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DO DCMS
- 5.1.2.10.2. NIVEIS DE PROTEÇÃO
- 5.1.2.10.3. CONSTRUÇÃO MECÂNICA
- 5.1.2.10.4. BASE E ESTRUTURA DO PISO
- 5.1.2.10.5. ESTRUTURA DAS PAREDES DIVISÓRIAS
- 5.1.2.10.6. ESTRUTURA DO TETO
- 5.1.2.10.7. PLACAS DE VEDAÇÃO VERTICAL - PISO E TETO
- 5.1.2.10.8. ÁREA DOS RACKS E ANTECÂMARA
- 5.1.2.10.9. PLACAS DE VEDAÇÃO HORIZONTAL INTERNAS E EXTERNAS
- 5.1.2.10.10. ESPECIFICAÇÃO DA MANTA DE ISOLAMENTO TÉRMICO
- 5.1.2.10.11. REVESTIMENTO E ACABAMENTO INTERNO
- 5.1.2.10.12. PINTURA E ACABAMENTO
- 5.1.2.10.13. PISO TÉCNICO
- 5.1.2.10.14. PORTAS DE ACESSO
- 5.1.2.10.15. SISTEMAS TRAVAMENTO
- 5.1.2.10.16. SISTEMA DE AR CONDICIONADO
- 5.1.2.10.17. RESUMO DAS ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA DE A/C
- 5.1.2.10.18. IMAGEM DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO SISTEMA DE A/C
- 5.1.2.10.19. TIPO DE CONTROLE MICROPROCESSADO



- 5.1.2.10.20. SISTEMA DE INSUFLAMENTO
- 5.1.2.10.21. ISOLAMENTO DE CORREDORES QUENTE E FRIO
- 5.1.2.10.22. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS DO SISTEMA ELÉTRICO
- 5.1.2.10.23. CONCEITO DO PROJETO ELÉTRICO
- 5.1.2.10.24. RESUMO DAS ESPECIFICAÇÕES ELÉTRICAS DO DCMS
- 5.1.2.10.25. DESCRIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ELÉTRICA
- 5.1.2.10.26. PAINÉIS ELÉTRICOS
- 5.1.2.10.27. ESPECIFICAÇÃO DOS CONDUTORES ELÉTRICOS
- 5.1.2.10.28. INFRAESTRUTURA MECÂNICA – INVÓLUCROS DE CIRCUITOS
- 5.1.2.10.29. SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA – NO BREAKS
- 5.1.2.10.30. RESUMO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS NO-BREAKS
- 5.1.2.10.31. GRUPO GERADOR DIESEL
- 5.1.2.10.32. SISTEMA DE ATERRAMENTO
- 5.1.2.10.33. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS
- 5.1.2.10.34. ESPECIFICAÇÕES DO CABEAMENTO ESTRUTURADO
- 5.1.2.10.35. DESCRIÇÃO DA REDE DE CABEAMENTO LÓGICO
- 5.1.2.10.36. ESPECIFICAÇÃO DOS RACKS
- 5.1.2.10.37. SISTEMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL
- 5.1.2.10.38. SISTEMA DE CFTV
- 5.1.2.10.39. SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO
- 5.1.2.10.40. SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
- 5.1.2.10.41. SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO
- 5.1.2.10.42. SISTEMAS DE DETECÇÃO DE ALTA SENSIBILIDADE A LASER
- 5.1.2.10.43. SISTEMAS DE SUPRESSÃO POR GÁS INERTE
- 5.1.2.10.44. OBRAS NO LOCAL DE INSTALAÇÃO
- 5.1.2.10.45. NORMAS TÉCNICAS ATENDIDAS

5.1.2.11. Desenhos Técnicos:

- 5.1.2.11.1. Diagrama Unifilar;
- 5.1.2.11.2. Diagrama Trifilar;
- 5.1.2.11.3. Layout do DCMS demonstrando claramente a antessala, a sala de servidores e a sala técnica;
- 5.1.2.11.4. Desenho técnico demonstrando o sistema de insuflação de Ar Frio e a disposição dos Ar Condicionados, Dutos e Grelhas e retorno.

5.2. A licitante vencedora deverá encaminhar a proposta completa, conforme itens 5.9 e 5.10, adequada ao último lance, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, que não será inferior a uma hora, por meio da opção “enviar anexo” do sistema *comprasnet*, preferencialmente em arquivo único compactado.

5.2.1. Eventual pedido de prorrogação do referido prazo será deferido, a critério do Pregoeiro, se apresentado tempestivamente.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

5.3. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances.

5.4. Excepcionalmente, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo devidamente comprovado pela Licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

5.4.1. Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem anterior, a Licitante desistente ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.4.2. O não encaminhamento da documentação afeta a proposta, após a convocação pelo Pregoeiro, conforme prazo estipulado no subitem 5.2, caracteriza desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

5.5. Em face do teor do Acórdão TCU n.º 754/2015 – Plenário, na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, a Administração do STM autuará processo administrativo para apuração da(s) conduta(s) da(s) Licitante(s) convocada(s) e aplicação das penalidades cabíveis, já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei n.º 10.520/2002.

5.6. Apenas os documentos exigidos para habilitação que **não estejam contemplados** no SICAF e **não** possam ser retirados/verificados nos sites oficiais deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, nos prazos estabelecidos pelo Pregoeiro. Também não será necessário o envio impresso da proposta, salvo por expressa solicitação do Pregoeiro.

5.7. A proposta deverá ainda especificar, nos campos apropriados do sistema, o fabricante, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado.

5.8. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser incluídas, obrigatoriamente, todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implicará a aceitação dos prazos indicados:

5.8.1. prazo de execução de, no máximo, 150 dias para o grupo 1 e 90 dias para o grupo 2, contados da aceitação do Projeto Executivo pelo Contratante.

5.8.2. prazo de garantia *on site* de, no mínimo, 36 meses, contados do recebimento definitivo da solução;

5.8.3. prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 dias.

5.9. **Da proposta deverão constar, ainda, as seguintes informações:**

5.9.1. **Identificação social, número de CNPJ, assinatura do representante da proponente com indicação do CPF e/ ou RG, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail).**

5.9.1.1. **A Licitante deverá declarar, na proposta, que está ciente da responsabilidade de manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Contratante, bem como se compromete a informar qualquer alteração que venha a ser realizada:**

5.9.1.1.1. **os dados constantes da proposta devem ser compatíveis com aqueles registrados no SICAF. Caso existam divergências, deverão ser apresentados os documentos legais que comprovem os novos registros.**

5.10. A Licitante deverá enviar **proposta para todos os itens do grupo**, sob pena de desclassificação



da proposta.

5.11. A Licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como seus lances inseridos durante a sessão pública.

5.12. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.13. A Licitante deverá enviar proposta para a totalidade do item que estiver cotando, sob pena de desclassificação da proposta.

5.14. Os preços constantes da proposta serão absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos, inerentes ao objeto (salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, etc.).

5.15. Os preços serão cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em algarismo e por extenso, prevalecendo o segundo no caso de divergência entre os dois.

5.16. O envio da proposta implica a aceitação plena deste edital e de seus termos, não cabendo qualquer alegação posterior quanto ao seu não entendimento, em qualquer fase do processo licitatório ou da execução contratual.

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

6.1. Dia: 18/12/2018.

6.2. Horário: 14 horas.

6.3. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no valor total para o item cotado, a partir da data da liberação do edital até o horário da abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.4. Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.5. Se no dia estabelecido não houver expediente, a data de abertura fica automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, mantidos o mesmo local, hora e endereço eletrônico.

7. ETAPA DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada, *on-line*, do seu recebimento e do valor consignado no registro:

7.1.1. os lances serão ofertados pelo **valor do item**:

7.1.1.1. **a classificação final será pelo valor global do grupo de itens.**

7.1.2. a cada lance ofertado por item, o sistema atualizará automaticamente o valor global do grupo;

7.1.3. o Pregoeiro ao abrir os itens para análise, abrirá o grupo e procederá à análise das propostas de cada item do grupo;

7.1.4. a desclassificação de um único item do grupo implicará a desclassificação da



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

proposta para todo o grupo;

7.1.5. as Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e suas regras de aceitação;

7.1.6. a Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico;

7.1.7. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.1.8. na fase de lances, a disputa será por item, embora a classificação final seja pelo valor global do grupo:

7.1.8.1. não se recomenda concentrar o esforço de redução em apenas um item que integra o grupo, pois os demais, se incompatíveis com o respectivo valor estimado, podem levar à desclassificação da respectiva Licitante proponente.

7.2. As Licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, durante a sessão pública do pregão eletrônico, sendo vedada a identificação do seu detentor.

7.3. A etapa de lances será encerrada automaticamente, após decisão do Pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente às Licitantes, por meio do sistema eletrônico.

7.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados:

7.4.1. quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, e, utilizando-se da funcionalidade de “Convocação de Anexos”, existente no sistema eletrônico, poderá convocá-la para enviar o demonstrativo da proposta ajustada à última oferta:

8.1.1. erros e omissões existentes no demonstrativo inicialmente enviado poderão ser retificados pela Licitante, após solicitação ou consentimento do Pregoeiro, desde que o preço ofertado não sofra acréscimo;

8.1.2. a negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes;

8.1.3. não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

8.1.4. não serão aceitas propostas com preços unitários ou valor global manifestamente inexeqüíveis;



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

8.1.4.1. considerar-se-á inexecutável a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os decorrentes da contratação pretendida;

8.1.5. será impossível aceitar parte dos itens integrantes do grupo;

8.1.6. **o preço ofertado final de cada item que integra o grupo de itens deve ser compatível com o valor estimado para a respectiva contratação.**

8.2. Quando houver participação nesta licitação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando sua proposta for igual ou até cinco por cento superior à proposta classificada em primeiro lugar:

8.2.1. em isso ocorrendo, e se a proposta classificada em primeiro lugar não tiver sido apresentada por microempresas ou empresas de pequeno porte, será procedido da seguinte forma:

8.2.1.1. classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista no subitem 8.2;

8.2.1.2. convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma do subitem 8.2.1.1 para que no prazo de cinco minutos, após o encerramento dos lances, apresente proposta de preço inferior à considerada vencedora, sob pena de preclusão e consequente adjudicação do objeto em favor daquela vencedora;

8.2.1.3. em não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação do subitem 8.2.1.2, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do subitem 8.2.1.1, para o exercício do mesmo direito.

8.2.2. caso não ocorra a contratação nos termos previstos neste subitem 8.2 e seguintes, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

8.3. Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito ou se a Licitante vencedora desatender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, **segundo o critério do menor preço**, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Nesta hipótese, o Pregoeiro, por meio eletrônico, poderá ainda negociar com a Licitante para obter preço melhor.

8.4. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

8.5. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. HABILITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

9.1. A **habilitação jurídica**, a **qualificação econômico-financeira** e as **regularidades fiscal e trabalhista** das licitantes serão verificadas por meio do SICAF ou por meio dos documentos a que se referem os artigos 28, 29 e 31 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº 1.793/2011 Plenário, também serão realizadas consultas:

- a) ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (Ceis) do Portal da Transparência;
- b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ ; e
- c) ao Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.

9.3. A licitante vencedora deverá encaminhar os documentos complementares de habilitação, no prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a), que não será inferior a duas horas, por meio da opção “enviar anexo” do sistema *comprasnet*, preferencialmente em arquivo único compactado.

9.3.1. Eventual pedido de prorrogação do referido prazo será deferido, a critério do(a) Pregoeiro(a), se apresentado tempestivamente.

9.4. A **qualificação econômico-financeira** deverá ser comprovada por meio de capital mínimo ou de patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1.

9.4.1. Não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais.

9.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante:

9.5.1. **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica**, em plena validade, na entidade profissional competente expedida pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculado a Licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto do Projeto Básico.

9.5.2. **Certidão de Registro de Pessoa Física**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços, devendo ser composto por pelo menos um engenheiro eletricista.

9.5.3. **Capacitação técnico-operacional** – Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da Licitante para atender de modo pertinente e compatível com o(s) objeto(s) licitado(s), conforme itens descritos abaixo:

9.5.3.1. Fornecimento de Data Center Modular Seguro Outdoor ou Container Data Center, compatível com classificação TIER 2 / Nível 2 da norma TIA-942, escalável em capacidade elétrica e de refrigeração, revestimento com proteção contra fogo por, no mínimo, 120 minutos, no quesito para-chama (PC120) e por, no mínimo, 60 minutos no quesito corta fogo (CF60) e ainda resistência estrutural de, no mínimo, 120 minutos e estanqueidade aos efeitos do fogo por, no mínimo, 120 minutos;



9.5.3.2. Implementação em DCMS ou Container Data Center a tecnologia Static Auto Tie ou equivalente em UPS redundantes e com instalação anterior e posterior ao UPS, com as seguintes características:

9.5.3.2.1. Esta tecnologia deve permitir o cruzamento das linhas de alimentação “X” e “Y” á “montante” (antes) dos No-breaks deverão ser com tipo “QTA” (quadro de transferência automático), e o cruzamento das linhas “X e “Y” á “jusante” (depois) dos No-breaks deverão ser feitas, com chave estática que garanta a transferência em menor ou igual a 4ms. Todos os no-breaks deverão possuir chaves mecânicas para manutenção de forma a isolar totalmente dos circuitos alimentadores e de fornecimentos.

9.5.3.2.2. Climatização 100% externa a área de Racks;

9.5.3.2.3. Sistema de Predição de Incêndio a Laser;

9.5.3.2.4. Sistema de Extinção de Incêndio por gás inerte;

9.5.3.2.5. Cabeamento Estruturado padrão CAT6a com pelo menos o número de pontos do Projeto Básico DITIN/COTEC.

9.5.3.2.6.01 (um) gerador de pelo menos 90 kVA;

9.5.3.2.7.01 (um) transformador de pelo menos 90kVA;

9.5.3.2.8.02 (dois) sistemas de UPS redundantes com pelo menos 60KVA;

9.5.3.3. Prestação de serviço de *moving* de equipamentos de informática compatíveis com a quantidade de ativos do Projeto Básico DITIN/COTEC e rede, identificando claramente que os serviços foram prestados “sem nada que os desabone” e “minimizando interrupções do serviço” e que citem pelo menos o MOVING de ativos de TI e rede tais como servidores, *storage*, *backup* e *switches*.

9.5.3.4. Execução de obras civis que contemplem pelo menos base de sustentação em concreto e encaminhamento elétrico e de fibra.

9.5.3.5. Prestação de serviço de monitoria de ambientes DCMS em Tier 2 pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses ininterruptos. Desta forma, este atestado deverá obrigatoriamente contemplar que o DCMS estava instalado atendendo todos os requisitos na norma TIA942 no Nível 2 / Tier 2 era mantido em caráter preventivo e corretivo em regime contínuo (24x7x365).

9.5.3.6. Fornecimento de sistemas de monitoria que usam o protocolo SNMP e permitem envio de mensagens locais, web, SMS e e-mail.

9.5.3.7. Instalação ao ar livre de DCMS ou Container Data Center.

9.5.4. **Capacitação técnico-profissional** – comprovação de que possui em seu quadro funcional, na data prevista para a entrega da proposta, **Responsável(is) Técnico(s)** detentor(es) de Atestado(s) devidamente registrado(s) no CREA, da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) tenham sido responsáveis pela execução de DCMS Tier 2 ou Nível 2, contemplando de forma explícita na instalação a redundância de Geradores, UPS, transformadores, QTAs, QGBTs e Quadros de Alimentação e que os UPS



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

além de redundantes possuíam Static Auto Tie ou sistema similar instalados antes e depois dos UPS, com características pertinentes e compatíveis, o(s) qual(is) será(ão) o(s) responsável(is) pela execução dos serviços.

9.5.4.1. A comprovação do vínculo contratual do profissional com a Licitante se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da Licitante em que conste o profissional como sócio, ou, ainda, registro ou inscrição da empresa no CREA da região pertinente em que conste o nome do profissional como responsável técnico, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

9.5.5. O(s) Responsável(is) Técnico(s) de que trata o subitem 9.5.5 deverá(ao) participar de todas as etapas desta contratação, admitindo-se a substituição, nos termos do art. 30, §10, da Lei nº 8.666/93, por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.6. **Termo de vistoria facultativa:** a Licitante poderá vistoriar o local a ser executado o serviço, até o dia útil anterior à abertura da sessão pública do pregão, com o objetivo de se inteirar das condições e do grau de dificuldade para a execução dos serviços, mediante prévio agendamento de horário com a Coordenadoria de Tecnologia da Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN), do Superior Tribunal Militar, situada no 7º andar do edifício-sede, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília-DF, no horário das 12 às 19 horas, pessoalmente, ou por meio do telefone (61) 3313-9422, ou do email: cotec@stm.jus.br.

9.6.1. **a Licitante vencedora não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas decorrentes da licitação;**

9.6.2. Da vistoria do local, será emitida Declaração de Vistoria (Anexo C do Projeto Básico DITIN/COTEC), ressaltando que a Licitante está ciente da situação e das condições físicas para realização dos trabalhos, que será assinada pelo representante da Licitante, e por servidor da DITIN.

9.7. Havendo a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte na fase de lances, serão observadas as prerrogativas constantes do artigo 44 e seguintes da Lei Complementar nº 123/06.

9.8. Para fins de habilitação das Licitantes, a verificação pelo Pregoeiro nos *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constituirá meio legal de prova, independente do envio por Licitante.

9.9. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da Licitante, com os respectivos CNPJ e endereço.

9.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos solicitados no presente edital e seus anexos.

9.11. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, regulamentados pelo artigo 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

9.12. Havendo alguma restrição em documentos relativos à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte, será concedido o prazo de cinco dias úteis para regularização, prorrogáveis por igual período, contado a partir do momento que for declarada vencedora a Licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

9.12.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções legalmente previstas, quando serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA E INABILITAÇÃO DE LICITANTE

A Licitante que não atender às exigências do item 5 poderá, com base nos incisos I e II do art. 48 combinados com os §§ 2º e 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/93, ter sua proposta desclassificada, bem como ser inabilitada se não atender às exigências do item 9.

11. RECURSO

11.1. Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da Licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo Pregoeiro.

11.2. A apresentação de memorial pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais Licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de três dias, contados a partir da data do encerramento da sessão pública, consignado pelo Pregoeiro na respectiva ata.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, até o prazo final estabelecido pelo Pregoeiro na sessão pública deste pregão eletrônico, implicará a decadência desse direito da Licitante, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

11.4. O recurso porventura interposto contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões, e ao Diretor-Geral do Superior Tribunal Militar, a decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro, a qual será registrada em campo específico no âmbito do sistema eletrônico.

11.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Diretor-Geral do Superior Tribunal Militar poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação.

11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Diretoria de Administração (DIRAD), 11º andar do edifício-sede do STM, Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, nos dias úteis, no horário das 13 às 18 horas.

12. ADJUDICAÇÃO

A adjudicação do objeto deste edital será o **menor preço por grupo de itens**.



13. CONVOCAÇÃO

13.1. A Administração do Superior Tribunal Militar convocará oficialmente a Licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para, no prazo máximo de cinco dias úteis, prorrogáveis por mais cinco a pedido da parte, devidamente justificado, e autorizado pela Administração, assinar o termo contratual e/ou retirar a nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, no art. 7º da Lei nº 10.520/2 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/05.

13.1. Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Ato Normativo nº 142, 1º/6/2015. Para tanto, **o representante da Licitante vencedora**, após a publicação do resultado do julgamento do certame no Diário Oficial da União, **deverá obrigatoriamente**, se cadastrar, **no prazo de cinco dias úteis**, prorrogável por igual período, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: https://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar senha&id_orgao_acesso_externo=0 **para assinatura digital do contrato ou da ata de registro de preços ou para acusar o recebimento da nota de empenho.**

13.1.1. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste edital.

13.2. É facultado à Administração, quando a Convocada não assinar o contrato e/ou retirar a nota de empenho no prazo e condições estabelecidos, chamar as Licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e pelo preço ofertado.

14. CONTRATO

14.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

14.2. Para o Grupo 1 do Termo de Referência, o contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de até **300 dias**:

14.2.1. Prazo para a elaboração do Projeto Executivo e do cronograma de trabalho de implantação da solução de até **30 dias**, contados da assinatura do contrato;

14.2.2. Prazo para execução das etapas 2 a 7 descritas no Projeto Básico de até **150 dias**, a contar da aprovação do Projeto de Implantação pelo Contratante;

14.2.3. Prazo para registro do projeto no CREA de, no máximo, **120 dias**, a partir da conclusão da etapa 7 descrita no Projeto Básico.

14.2.3.1. No prazo de 120 dias previsto no subitem 14.2.3 estão inclusos os prazos de treinamento (etapa 9) e *moving* (etapa 10), cujo prazo de execução é de, no máximo, 30 dias após o início da garantia (etapa 8).

14.3. Para o Grupo 2 do Termo de Referência, o contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de até **240 dias**:

14.3.1. Prazo para a elaboração do Projeto Executivo e do cronograma de trabalho de implantação da solução de até **30 dias**, contados da assinatura do contrato;

14.3.2. Prazo para execução das etapas 2 a 7 descritas no Projeto Básico de até **90 dias**, a contar da aprovação do Projeto de Implantação pelo Contratante;

14.3.3. Prazo para registro do projeto no CREA de, no máximo, **120 dias**, a partir da conclusão



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

da etapa 7 descrita no Projeto Básico.

14.3.3.1. No prazo de 120 dias previsto no subitem 14.3.3 estão inclusos os prazos de treinamento (etapa 9) e *moving* (etapa 10), cujo prazo de execução é de, no máximo, 30 dias após o início da garantia (etapa 8).

15. VIGÊNCIA

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

16. GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual, nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

16.1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

16.1.2. seguro-garantia; ou

16.1.3. fiança bancária.

16.2. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

16.3. O atraso superior a 30 dias autoriza o STM a promover, discricionariamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

16.3.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

16.4. A garantia prestada pela contratada terá validade de, no mínimo, três meses após o término do prazo de vigência contratual, somente sendo liberada após o esgotamento de tal prazo, observando ainda:

16.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das obrigações nele previstas;

16.4.2. prejuízos diretos causados ao STM decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo STM à Contratada;

16.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

16.4.5. prejuízos indiretos causados ao STM e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

16.5. A garantia prestada pela Contratada, seja na modalidade seguro-garantia ou na modalidade fiança bancária, deverá contemplar todos os eventos indicados nos subitens 16.4.1, 16.4.2, 16.4.3, 16.4.4 e 16.4.5.

16.6. O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o STM e a Contratada.

16.7. Se a garantia for prestada na modalidade caução, a Contratada deverá:

16.7.1. caso a opção seja pela prestação em dinheiro, o respectivo depósito deverá ser feito na Caixa Econômica Federal (CEF), tendo como beneficiário o STM e como caucionário a Contratada; ou

16.7.2. caso a opção seja pela utilização de títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

16.9. Se a garantia for prestada na modalidade de Seguro-Garantia, deverá ser observada a forma prevista na Circular nº 477, de 30 de setembro de 2013, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

16.10.A Contratada obriga-se a apresentar garantia complementar ou substitutiva da original, nos seguintes casos:

16.10.1. alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, devendo ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, a contar da assinatura do Termo Aditivo; ou

16.10.2. utilização do valor da garantia, total ou parcialmente, por qualquer motivo, a contar da data em que foi notificada.

16.11.A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 16.10 e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou reposto, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

16.12.O atraso superior a 30 dias, na prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 16.10, autoriza o STM a discricionariamente promover, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

16.12.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

16.13. Será considerada extinta a garantia:

16.13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante (Administração), mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

16.13.2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso o STM não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

17. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As obrigações da Contratada e do Contratante estão previstas nas Cláusulas Segunda e Terceira, respectivamente, da minuta do contrato, ANEXO III, que integra este edital.

18. PENALIDADES APLICÁVEIS NO CURSO DA LICITAÇÃO

18.1. A Licitante, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, assegurada a prévia e ampla defesa, pelos seguintes prazos:

18.1.1. pelo período de **24 (vinte e quatro) meses** quando:

18.1.1.1. apresentar documentação falsa;

18.1.1.2. cometer fraude fiscal;

18.1.1.3. comportar-se de modo inidôneo:

18.1.1.3.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

18.1.2. pelo período de **1 (um) mês** quando:

18.1.2.1. ensejar o retardamento da execução do certame;

18.1.2.1.1. Considera-se retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão da Licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.

18.1.2.2. não celebrar a ata de registro de preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, nas hipóteses previstas nas alíneas do subitem 18.6.

18.1.2.2.1 **Considera-se não celebrar a ata de registro de preços a recusa injustificada da Licitante remanescente constante de cadastro de reserva, quando convocada pela Administração.**

18.1.2.3. não celebrar o contrato, quando convocada dentro do prazo de vigência da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas nas alíneas do subitem 18.7;

18.1.2.4. não manter a proposta:

18.1.2.4.1. Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pela Licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

18.1.3. pelo período de **15 (quinze) dias** quando deixar de entregar documentação exigida para o certame.

18.2. As penalidades previstas poderão ser agravadas em 25% (vinte e cinco por cento) de sua pena-base, para cada agravante, em decorrência do seguinte:

18.2.1 quando restar comprovado que a Licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

18.2.2. quando a Licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; e/ou

18.2.3. quando restar comprovado que a Licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

18.3. As penalidades previstas nos subitens 18.1.1.1, 18.1.2.1., 18.1.2.4. e 18.1.3. serão reduzidas em 50%, apenas uma vez, após o cálculo da incidência prevista no subitem 18.2, quando não tenha havido nenhum dano ao Superior Tribunal Militar, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

18.3.1. a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável da Licitante ou Contratada;

18.3.2. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

18.3.3. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

18.4. A penalidade prevista no subitem 18.1.3. será afastada quando tenha ocorrido a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos ao Superior Tribunal Militar, observando-se, ainda, cumulativamente:

18.4.1. a ausência de dolo na conduta;

18.4.2. que a documentação seja entregue e esteja correta e adequada ao que foi solicitado;

18.4.3. que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

18.4.4. que não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

18.4.5. que a penalidade esteja estabelecida em prazo não superior a 2 (dois) meses; e

18.4.6. que a Licitante faltosa não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

18.5. Quando a ação ou omissão da Licitante ensejar o enquadramento da conduta em penalidades distintas, prevalecerá a sanção mais grave.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

18.6. A Licitante, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de **multa moratória** no importe de R\$ 50,00 ao dia, até o limite de R\$ 500,00, na hipótese de atraso na assinatura da ata de registro de preços, bem como no cadastramento no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme previsto no item 13. CONVOCAÇÃO do edital.

18.6.1. A Administração poderá, no caso de atraso superior a 15 dias, perder o interesse na celebração da ata de registro de preços com a Licitante inadimplente, chamando, nos termos do item 13.3. deste edital, as licitantes remanescentes.

a) Caso a Administração consiga uma licitante remanescente que aceite celebrar a ata de registro de preços, aplicar-se-á à Licitante inadimplente o impedimento de licitar e contratar com a União previsto no subitem 18.1.2.2. deste edital.

b) Caso a Administração não consiga uma licitante remanescente que aceite celebrar a ata de registro de preços, aplicar-se-á à Licitante inadimplente o impedimento de licitar e contratar com a União previsto no subitem 18.1.2.2. deste edital, bem como multa compensatória no importe de R\$ 1.000,00.

18.7. O Fornecedor Beneficiário, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeito à penalidade de **multa moratória** no importe de R\$ 50,00 ao dia, até o limite de R\$ 500,00, na hipótese de atraso na assinatura do termo contratual.

18.7.1. A Administração poderá, no caso de atraso superior a 15 dias, perder o interesse na contratação com o Fornecedor Beneficiário, iniciando, nos termos do item 13.3. deste edital, procedimento de cancelamento da ata de registro de preços.

a) Caso a ata de registro de preços possua cadastro reserva, aplicar-se-á ao Fornecedor Beneficiário:

a.1) o impedimento de licitar e contratar com a União previsto no subitem 18.1.2.3. deste edital, se a Administração conseguir uma Licitante remanescente que aceite celebrar a ata de registro de preços;

a.2) o impedimento de licitar e contratar com a União previsto no subitem 18.1.2.3. do edital, bem como multa compensatória no importe de R\$ 1.000,00, se a Administração não conseguir uma Licitante remanescente que aceite celebrar a ata de registro de preços, aplicar-se-á à Licitante inadimplente.

b) Caso a ata de registro de preços não possua cadastro reserva, aplicar-se-á ao Fornecedor Beneficiário o impedimento de licitar e contratar com a União previsto no subitem 18.1.2.3. deste edital, bem como multa compensatória no importe de R\$ 1.000,00.

18.8. As multas previstas nos itens 18.6 e 18.7 serão recolhidas como receita da União, no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do crédito na dívida ativa

18.9. Na apuração dos fatos, o Superior Tribunal Militar atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à Licitante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.



18.9.1. O Superior Tribunal Militar deverá formar sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.

18.10. Na hipótese de atribuição de efeito suspensivo a recurso e posterior manutenção da penalidade pela Autoridade recursal, o novo registro da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União envolverá apenas o saldo do período de restrição imposto ao Licitante.

18.10.1. Será considerado para o cálculo do período residual que um mês possui trinta dias.

19. PENALIDADES APLICÁVEIS NO CURSO DA CONTRATAÇÃO

19.1. A Contratada, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, sem prejuízo da aplicação da penalidade de **multa** de 5% sobre o valor da contratação, da rescisão unilateral do contrato, das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos e prazos:

19.1.1. pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, quando:

19.1.1.1. apresentar documentação falsa;

19.1.1.2. fraudar a execução do contrato;

19.1.1.3. cometer fraude fiscal;

19.1.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.1.4.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

19.1.2. pelo período de **3 (três) meses**, quando:

19.1.2.1. deixar de prestar garantia prevista no termo de referência.

19.2. A Contratada, com fundamento nos arts. 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos casos de retardamento ou de falha na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades, além de implicar no descredenciamento no SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005):

19.2.1. **advertência**, nos casos em que ocorrerem:

19.2.1.1. irregularidades de pequena monta, para as quais tenha o Contratante concorrido;

19.2.1.2. descumprimentos das obrigações contratuais que não acarretem prejuízo para o Contratante;

19.2.1.3. execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa.

19.2.2. **impedimento** de licitar e contratar com a **União** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em casos, dentre outras situações, de inexecução total ou parcial das obrigações;



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

19.2.3. **suspensão temporária** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o **Superior Tribunal Militar**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

19.2.4. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir ao Superior Tribunal Militar os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 19.2.3;

19.2.4.1. Dão ensejo à aplicação de declaração de inidoneidade condutas graves da Contratada, bem como as descritas nos arts. 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 transcritas abaixo, e desde que devidamente comprovado o seu dolo ou a sua culpa grave no processo administrativo:

- a) obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, de modificações ou prorrogações contratuais para as quais comprovadamente concorreu;
- b) fraudar, em prejuízo do Superior Tribunal Militar, contrato para aquisição ou venda de bens ou mercadorias:
 - b.1) vendendo como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;
 - b.2) entregando uma mercadoria por outra;
 - b.3) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - b.4) tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução do contrato.
- c) celebrar contrato com o Superior Tribunal Militar mesmo tendo sido declarada inidônea.

19.2.5. **multas:**

19.2.5.1. **multa compensatória:**

- a) de 15% sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total;
- b) de 15% sobre o saldo contratual, em caso de inexecução parcial da contratação, que também estará configurada quando:
 - b.1) a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do subitem 19.2.5.7, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 do mesmo subitem, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente;
 - b.2) a Contratada deixar de regularizar as suas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, no prazo determinado pela Fiscalização, nos termos do item 1.30 da cláusula segunda do contrato.

19.2.5.2. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na entrega do projeto executivo e/ou do cronograma de trabalho de implantação da solução, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 1, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 1, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

19.2.5.3. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na entrega da solução ou no saneamento de desconformidades verificadas pela Fiscalização, sem motivo de força maior ou alheio ao controle da Contratada, de:

a) 0,3% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o 30º dia;

b) 0,5% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, após o 31º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação, sendo que a aplicação desta multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

19.2.5.3.1. As multas acima tem um limite máximo de 10% sobre o valor total do contrato.

19.2.5.4. **multa**, nos casos de atraso na resolução de problemas no funcionamento da solução, no período de garantia, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MULTA	INCIDÊNCIA
1	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 1	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
2	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 1	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
3	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 2	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
4	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 2	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

			ocorrência.
5	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 3	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
6	Atraso na resolução de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 3	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
7	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 4	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
8	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 4	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
9	Atraso na resolução de problemas de funcionamento da solução, nos casos em que os defeitos, erros, deficiências e omissões não ocasionarem indisponibilidade	0,4% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.

19.2.5.4.1. A multa aplicada não poderá ultrapassar o percentual de 8% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"

19.2.5.5. A Contratada deverá manter um Service Level Agreement (SLA) para a disponibilidade da solução não inferior a 99,95% ao mês.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

19.2.5.5.1. Se a Contratada, por problemas alheios a Contratante, ou considerados injustificáveis pela mesma, não cumprir o compromisso de disponibilidade estipulado, será aplicada multa proporcional, referente à parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas no termo de referência do edital, conforme tabela abaixo:

ÍNDICE EXIGIDO	FÓRMULA DE CÁLCULO ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE
Maior ou igual a 99,95	$\text{Índice de Disponibilidade} = 100 - ((\text{Minutos de indisponibilidade} / (\text{número de dias mês} \times 60 \times 24)) \times 100$

PENALIDADES

ÍNDICE DE INDISPONIBILIDADE	PRIMEIRA OCORRÊNCIA	SEGUNDA OCORRÊNCIA	TERCEIRA OCORRÊNCIA
Índice entre 99,94 e 99,00, redução de 50%	Multa de 10% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 20% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 50% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses
Índice menor de 99%, redução de 60%	Multa de 20% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 30% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 60% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses

19.2.5.6. A cada três advertências aplicadas em desfavor da Contratada, aplicação de **multa** com Grau 3, conforme Tabelas 1 e 2 do subitem 19.2.5.7.;

19.2.5.7. **multas**, conforme as infrações cometidas, o grau e os pontos respectivos, indicados nas tabelas abaixo:

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

3	4
4	5
5	8
6	10

Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 50,00
2	R\$ 80,00
3	R\$ 200,00
4	R\$ 350,00
5	R\$ 800,00
6	R\$ 1.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Suspender ou interromper os serviços contratuais de plantão relacionados a garantia, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito. Obs. Cada dia será considerado uma ocorrência.	5	Por ocorrência
2	Atrasar para entregar à Fiscalização a ART/RRT e demais documentos pertinentes à execução do contrato. Obs. Cada dia será considerado uma ocorrência.	1	Por ocorrência
3	Obstaculizar o envio de representante da Contratada para acompanhar a realização dos testes e comprovar a efetiva funcionalidade do DCMS antes de seu embarque definitivo para as instalações da Contratada	4	Por ocorrência
4	Atrasar para transferir as licenças necessárias para o funcionamento dos recursos da solução, após o período de garantia. Obs. Cada período de até 05 dias será considerado uma ocorrência.	2	Por ocorrência
5	Obstaculizar procedimento de auditoria que o Contratante decida realizar na área de tecnologia	4	Por ocorrência
6	Atrasar, injustificadamente, o atendimento aos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de assinatura ou devolução de instrumentos contratuais e seus	3	Por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

	aditivos, se for o caso.		
7	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
8	Permitir situação que cause prejuízos ao STM ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.	5	Por empregado
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

10	Observar as normas e procedimentos internos do Contratante no que se refere à segurança e sigilo dos dados manuseados, bem como no que é pertinente à documentação (Termo de Confiabilidade, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que tiverem acesso às dependências do Contratante e aos que possuem acesso remoto.	6	Por ocorrência
11	Apresentar, juntamente com o documento fiscal, as comprovações atualizadas das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS), da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS) do Portal da Transparência, da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.	1	Por ocorrência
12	Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.	2	Por ocorrência
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização sobre quaisquer outras obrigações acessórias contratuais não previstas nesta tabela.	4	Por ocorrência

19.2.5.8. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na execução do treinamento, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 9, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 9, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

19.2.5.9 **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na execução do moving, de:

a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 10, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;

b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 10, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

19.3. Na aplicação das penalidades, serão observados os seguintes balizamentos:

19.3.1. os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

19.3.2. a atuação da contratada em eliminar, minorar ou reparar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

19.3.3. a execução satisfatória das demais obrigações contratuais;

19.3.4. a não existência de efetivo prejuízo material à Administração ou a terceiros; e/ou

19.3.5. a reincidência do descumprimento contratual, que, para ser determinada, serão considerados os últimos doze meses de antecedentes da Contratada, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

19.4. Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no subitem 19.3 e 19.8.

19.5. A Administração do Superior Tribunal Militar poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

19.5.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a:

19.5.1.1. R\$ 300,00, para obras e serviços de engenharia;

19.5.1.2. R\$ 160,00, para compras e serviços não referidos no inciso anterior.

19.5.2. Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

19.5.3. Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

19.5.4. Caso não ocorra a reincidência nos últimos doze meses, contados a partir da primeira ocorrência, ou a vigência contratual encerre antes desse período, a multa suspensa deve ser convertida na penalidade de advertência.

19.6. O valor da(s) multa(s) será(ão) descontado(s) das faturas devidas à Contratada.

19.6.1. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da(s) multa(s), a diferença será descontada da garantia contratual, se esta tiver sido prevista no contrato.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

19.6.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes ou se os valores das faturas forem insuficientes e a Contratada tiver sido dispensada da apresentação da garantia, a(s) multa(s) deverá(ão) ser recolhida(s) como receita da União, no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.

19.7. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar com a União, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o STM e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.8. Na apuração dos fatos, o Superior Tribunal Militar atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à Contratada a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

19.8.1. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia na forma do art. 87, § 2º e recurso nos termos do art. 109, ambos da Lei nº 8.666/1993.

19.8.2. O Superior Tribunal Militar deverá formar sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.

19.9. Na hipótese de atribuição de efeito suspensivo a recurso e posterior manutenção da penalidade pela Autoridade recursal, o novo registro da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Superior Tribunal Militar envolverá apenas o saldo do período de restrição imposto ao Contratado.

19.9.1. Será considerado para o cálculo do período residual que um mês possui 30 (trinta) dias.

20. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

Nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 12 do Decreto nº 7.892/12, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sendo vedada, contudo, a realização de acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

21. DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2018, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0001 0004 - MTGI*, mediante emissão de nota de empenho.

22. PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal, acompanhada das informações quanto aos seus dados bancários e de cópia da nota de empenho, para atestação e posterior liquidação e pagamento da despesa pelo Contratante, em Brasília-DF, mediante ordem



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

bancária creditada em conta corrente, no prazo máximo de trinta dias, contados do recebimento definitivo do produto, pela atestação da respectiva nota fiscal, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

22.1.1. O pagamento será efetuado de acordo com as etapas indicadas no item 25 do Projeto Básico DITIN/COTEC, nos seguintes percentuais, com relação ao valor total do contrato:

- a) 15% (quinze por cento) após a execução total da Etapa 1;
- b) 10% (dez por cento) após a execução total da Etapa 2;
- c) 10% (dez por cento) após a execução total da etapa 3;
- d) 5% (cinco por cento) após a execução total da Etapa 4;
- e) 15% (vinte por cento) após a execução total da Etapa 5;
- f) 10% (dez por cento) após a execução total da Etapa 6.
- g) 5% (cinco por cento) após a execução total da Etapa 7.
- h) 20% (vinte e cinco por cento) após início da Etapa 8.
- i) 1% (um por cento) após a execução total da Etapa 9.
- j) 2% (dois por cento) após a execução total da Etapa 10.
- k) 7% (sete por cento) após a execução total da Etapa 11.

22.2. Informações sobre notas fiscais ou recibos encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) para pagamento somente serão prestadas por intermédio do correio eletrônico dorfi@stm.jus.br ou pelo telefone nº (61) 3313-9516:

22.2.1. Na consulta, deverão ser informados o nome do interessado, com CNPJ ou CPF, o número da nota fiscal ou recibo e o número do protocolo no STM, com a respectiva data.

22.3. No caso de a Contratada ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), ela deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

22.4. No ato da efetivação do pagamento será efetuado a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) e suas alterações.

22.5. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

22.6. Em atendimento ao artigo 55, XIII, da Lei 8.666/1993, juntamente com o documento fiscal, caberá à Contratada para si e para cada pessoa física e/ou jurídica que, vinculada por relação de trabalho e/ou por outra relação jurídica com a Contratada, tenha atuado diretamente na execução do Contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital/contrato, apresentar, conforme o caso, as comprovações atualizadas.

- a) das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS).



- b) da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) do Portal da Transparência;
- c) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ; e
- d) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.

22.7. O Superior Tribunal Militar reserva-se o direito de se recusar ao pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, o objeto deste edital não estiver de acordo com o licitado, proposto e contratado.

22.8. É vedado à Licitante vencedora, sob pena de rescisão contratual, negociar ou caucionar a nota de empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto deste edital.

22.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente:

$$AF = I \times N \times VP$$

, onde:

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

22.10. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

22.10.1. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

23. RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

23.1. O recebimento, a fiscalização e atestação caberão a comissão ou servidor designado pelo Diretor-Geral do STM, nos termos do Ato Normativo nº 238, de 31 de outubro de 2017.

23.2. O servidor designado é responsável pelo fiel cumprimento do contrato, bem como pela anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, cumprindo-lhe determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

23.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas competentes.



24. RESCISÃO CONTRATUAL

24.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93:

24.1.1. os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.2. A rescisão do contrato poderá ser:

24.2.1. determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

24.2.2. amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o Contratante;

24.2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

24.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

25. ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

A licitação poderá ser revogada, em face de razões de interesse público, ou anulada por ilegalidade, na forma do disposto no art. 29 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, ou remarcada de acordo com a conveniência do Superior Tribunal Militar.

26. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1. Homologado o resultado deste pregão, o STM, Órgão Gerenciador, convocará a Licitante vencedora para, no prazo de até cinco dias úteis da convocação, assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair o direito à contratação e de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste edital.

26.1.1. O prazo para comparecimento poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a pedido da Licitante, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo STM.

26.2. Ao assinar a ata de registro de preços, a Contratada se obriga a entregar os produtos, conforme especificações e condições contidas neste edital e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

26.2.1. Cumpridos os requisitos de publicidade, a ata de registro de preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

26.3. No caso de a Licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com a Licitante seguinte antes de efetuar seu registro.

26.4. A existência de preços registrados não obriga o STM a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao Fornecedor Beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

27. PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

27.1. O Superior Tribunal Militar, localizado na Praça dos Tribunais Superiores, Bloco B, Asa Sul, CEP



70098-900, Brasília-DF é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos deste certame para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

27.1.1. A unidade gestora será a responsável pelos atos de controle e administração da ata de registro de preços decorrentes desta licitação.

27.2. Não se admitirá adesões à ata de registro de preços decorrente desta licitação por órgão ou entidade, com fundamento no artigo 22º do Decreto nº 7.892/2013.

28. CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

28.1. Durante a vigência da ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

28.2. Será realizada periodicamente pesquisa de mercado visando à comprovação da vantagem dos preços registrados, exigência contida no inciso XI, do art. 9º, do Decreto nº 7.892/13.

28.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

28.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

28.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

28.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

28.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

28.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

28.5. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

29. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

29.1. O Fornecedor Beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ata, por intermédio de procedimento administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

29.1.1. a pedido, quando:

29.1.1.1. comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

29.1.1.2. o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

29.1.2. por iniciativa do STM, quando:

29.1.2.1. o fornecedor:

- a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;
- c) não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;
- d) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da ata de registro de preços;
- e) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável, como previsto no inciso II, do art.20 do Decreto nº 7.892/13;
- f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

29.1.3. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ata de registro de preços ou nos pedidos dela decorrentes;

29.1.4. houver razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

29.2. A ata de registro de preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

25.1.1. por decurso do prazo de vigência;

25.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

25.1.3. quando a totalidade de seus itens for fornecida ao Órgão Gerenciador, esgotando-se, assim, seu objeto.

30. FUNDAMENTO LEGAL

A presente licitação fundamenta-se no disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos Decretos nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cujos inteiros teores integram o presente edital.

31. CONSIDERAÇÕES FINAIS

31.1. As comunicações entre o Contratante e a Contratada serão feitas por escrito e juntadas aos autos pela fiscalização.

31.2. É expressamente proibido à Contratada:

31.2.1. subcontratar o objeto deste pregão, exceto a subcontratação parcial devidamente autorizada pelo Contratante, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais;

31.2.2. veicular publicidade comercial acerca do objeto deste edital, salvo se houver prévia autorização da Administração do Superior Tribunal Militar.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

31.3. Até a assinatura do contrato e/ou o recebimento da nota de empenho, a autoridade superior poderá desclassificar a Licitante vencedora, mediante despacho fundamentado, caso tenha conhecimento de qualquer fato anterior ou posterior ao julgamento deste edital que venha a desaboná-la técnica, financeira ou administrativamente, não cabendo à Licitante desclassificada reclamação, indenização ou ressarcimento.

31.4. **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA** - Em atendimento ao disposto no Decreto nº 7.892/13, por ocasião da homologação do pregão no sistema compras governamentais, havendo fornecedores com proposta(s) NÃO RECUSADA(S), estes serão convocados, a partir de e-mail enviado pelo sistema, para aderirem ao Cadastro de Reserva pelo preço do licitante vencedor.

31.4.1. O registro da intenção de participar do cadastro será feito em funcionalidade disponibilizada pelo sistema;

31.4.2. A data/hora final para o cadastro de reserva não será inferior a 24 horas, contadas da convocação;

31.4.3. O cadastro de reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas;

31.4.4. Findo o prazo para manifestação dos interessados, será gerada a correspondente ata pelo sistema.

31.5. As informações sobre o andamento do processo não serão dadas por telefone, mas afixadas no quadro de avisos localizado na Diretoria de Administração (DIRAD), no 11º andar do edifício-sede do STM, ou publicadas no Diário Oficial da União, quando for o caso.

31.6. Considerando a possibilidade de retirada eletrônica deste edital, disponível nos *sites* www.stm.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, prevalecerá, em caso de divergência, o edital adquirido neste Tribunal, com as respectivas assinaturas.

31.7. Em caso de divergência entre a descrição do item constante do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br e a descrição do item constante deste edital, prevalecerá a última.

31.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração do Superior Tribunal Militar, com base na legislação vigente.

31.9. – **ATENÇÃO:** Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Ato Normativo nº 142, 1º/6/2015. Para tanto, **o representante da Licitante vencedora**, após a publicação do resultado do julgamento do certame no Diário Oficial da União, **deverá obrigatoriamente**, se cadastrar, **no prazo de cinco dias úteis**, prorrogável por igual período, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço:

https://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0 **para assinatura digital do contrato.**

31.10. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste edital.

32. FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

que seja.

Pregoeira



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de sociedade empresária especializada para fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com o Projeto Básico DITIN/COTEC apenso a este Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÕES

GRUPO 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 1.	un	1
2	Transformação.	un	1
3	Adaptações civis.	un	1
4	Geradores DCMS tipo 1.	un	1
5	Moving.	un	1
6	Treinamento.	un	1
7	Garantia DCMS tipo 1.	un	1
GRUPO 2			
8	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 2.	un	1
9	Transformação.	un	1
10	Adaptações civis.	un	1
11	Geradores DCMS tipo 2.	un	1
12	Moving.	un	1
13	Treinamento.	un	1
14	Garantia DCMS tipo 2.	un	1



Apenso ao Termo de Referência

PROJETO BÁSICO DITIN/COTEC

1. OBJETO

Registro de preços para fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER* MODULAR SEGURO OUTDOOR, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

As condições físicas, acesso e monitoramento do *Data Center* do Superior Tribunal Militar, atualmente, não estão ajustadas com as melhores práticas de mercado no que corresponde aos recursos e ativos de tecnologia da informação. A perda de dados e de investimento em equipamentos na incidência de um desastre necessitaria de um tempo significativo para o retorno das atividades. A JMU adotou o processo eletrônico judicial (e-proc/JMU) bem como o processo eletrônico administrativo (SEI) para tramitação de seus processos. A interrupção, por período longo, desses sistemas; ou ainda, a perda de dados trariam consequências às atividades e imagem do Tribunal.

Como já mencionado, o *Data Center* do STM não atende os requisitos de segurança necessários, tais como:

1) A rede elétrica

É essencial para a proteção e bom desempenho dos equipamentos. Deve ser realizado o dimensionamento das tomadas, cabos e fios, disjuntores de proteção, quadros e painéis elétricos, no-breaks e afins. O sistema deve obedecer aos padrões ABNT, bem como aterramento com laudo técnico e aprovação dos órgãos competentes.

2) Segurança física

Algumas soluções como paredes de concreto ou *drywalls* são paliativas, pois apesar de barrarem o fogo, não protegem o ambiente contra outros fatores de risco, dentre eles podemos citar: calor, umidade, gases corrosivos (gerados por incêndios), água (devido a vazamento de tubulações, alagamentos etc.), impactos (provocados por desabamentos), poeira (uma ameaça grave a este tipo de ambiente), campos eletromagnéticos (que podem afetar os equipamentos e apagar informações), etc.

3) Controle de acesso

É importante saber qual a real necessidade de segurança do *data center*, que deverá ser proporcional ao investimento. Como o *data center* reúne equipamentos caros e principalmente, informações sensíveis, o projeto deve prever políticas para controle de acesso das pessoas, que pode ser feito via código de acesso, biometria, sensor de presença, entre outros. Além disso, as políticas devem englobar todo o perímetro externo e interno do local onde o *data center* está localizado, podendo ser monitorado via CFTV, alarmes contra invasão e outros.

4) Refrigeração



Os equipamentos de *data center* aquecem, e isso pode oferecer vários riscos – de uma parada que pode prejudicar a disponibilidade dos serviços, até um incêndio que pode destruir tudo. Para isso, é necessário que exista todo um projeto de refrigeração, capaz de garantir que os equipamentos funcionem na temperatura estipulada por seus fabricantes. Ainda assim, é pertinente considerar termômetros que alerte os responsáveis no caso de um desvio na temperatura, para que, diante disso, possam tomar medidas imediatas.

Assim, faz-se necessário uma total adequação desse ambiente para garantir a boa e segura vida dos equipamentos, serviços e dados do STM.

A presente demanda tem como objetivo implantar a estrutura do *data center* principal e de *Backup* do Superior Tribunal Militar - STM, a melhoria dos processos internos, adequação da capacidade de Tecnologia da Informação ao crescimento das demandas da instituição, adequação da infraestrutura de hardware e de telecomunicações, e assim, garantir níveis de serviços de segurança da informação satisfatórios mantendo um alto grau de desempenho, gerenciamento, disponibilidade, robustez e segurança.

Para alinhar esses objetivos com os requisitos da infraestrutura de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), a Diretoria de Tecnologia da Informação pretende atualizar a infraestrutura de seu *Data Center* e do site backup através da implantação de tecnologia de ponta, que seja escalar, móvel e modular, doravante chamado de *Data Center* Modular.

Buscando assim, com melhor custo/benefício atender as necessidades atuais e futuras do STM que vem crescendo gradativamente, tanto em seu parque tecnológico quanto na crescente diversidade de projetos em suas Unidades.

Assim, pretende-se que a aquisição de solução de *Data Center* Modular, de forma integrada, completa e pronta (*turnkey*) conforme as especificações constantes do presente Projeto Básico, possa em curto espaço de tempo atender as demandas de atualização da infraestrutura computacional do STM.

3. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS POR MEIO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Elevar o nível de proteção das informações armazenadas e do investimento em tecnologia da informação contra acessos indevidos às áreas do *Data Center*, inundação, incêndio, superaquecimento e interrupção do fornecimento de energia elétrica, adequando a infraestrutura computacional do STM às melhores práticas e recomendações da indústria de TI;
- 3.2. Prover infraestrutura para possibilitar a monitoração eficiente e ininterrupta do comportamento da rede e dos equipamentos de TI;
- 3.3. Prover uma infraestrutura segura para o processo eletrônico e demais sistemas disponibilizados pelo Tribunal;
- 3.4. Reduzir a probabilidade de ocorrência de sinistros que possam gerar indisponibilidade dos serviços de rede ou de circuitos de comunicação essenciais ao funcionamento do STM;
- 3.5. Permitir a expansão da rede e dos serviços de TI;



3.6. Aperfeiçoar a gestão de serviços de TI;

3.7. Permitir a atuação proativa e preventiva na identificação, diagnóstico e resolução de falhas e indisponibilidade

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO e JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A modalidade licitatória para a aquisição dos serviços objeto deste Projeto Básico será Pregão Eletrônico, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e com os Decretos nºs 5.450/2005 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993.

A adoção do sistema de registro de preço justifica-se com base no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 7.892/2013.

O objeto deste Projeto Básico está dividido em dois lotes com seus respectivos itens. Um dos lotes só será contratado após a implantação e validação do outro lote.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO E ADJUDICAÇÃO

Respeitando os princípios da economicidade e da ampliação da competitividade, o objeto desta contratação será parcelado em itens agrupados em lotes, sendo que cada lote representará uma licitação isolada ou em separado.

A adjudicação do objeto deste Projeto Básico será o menor preço global por lote

6. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JMU

A análise, está em consonância com a necessidade de prover uma solução capaz de atender as demandas da JMU, de forma a atingir os objetivos propostos por este projeto, em especial elevar o nível de proteção das informações armazenadas e do investimento em tecnologia da informação contra acessos indevidos às áreas do *Data Center*, inundação, incêndio, superaquecimento e interrupção do fornecimento de energia elétrica, adequando a infraestrutura computacional do STM às melhores práticas e recomendações da indústria de TI

A Contratação de empresa para fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942, está em conformidade com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União:

Objetivo 7: aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

Descrição: garantia do desenvolvimento e da disponibilidade de infraestrutura e sistemas, essenciais à execução da estratégia, por meio do aperfeiçoamento e da estruturação da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de sua gestão;

Estratégia 7.4: aprimorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para suporte às atividades administrativas e judiciais;

Iniciativa 7.4.1: elaborar e implementar programa para aprimorar a rede de dados e voz.



7. ESTUDOS

Os Estudos Técnicos Preliminares (Documento de Oficialização da Demanda – DOD, a Análise de Viabilidade da Contratação, a Sustentação do Contrato, a Estratégia para a Contratação e a Análise de Riscos) foram realizados pela equipe de Planejamento de conforme determinado o art. 12, § 1º, da Resolução nº 182/13, do CNJ

8. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

A relação da demanda e a quantidade de bens e serviços a serem contratados tiveram como base a estrutura hoje existente e a análise das necessidades locais.

LOTE 01 – SOLUÇÃO DE DATA CENTER MODULAR SEGURO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD
01	DATA CENTER MODULAR SEGURO (DCMS) Tipo 1: Fornecimento e Instalação completa uma de SOLUÇÃO (DCMS), modular, escalável e móvel para implantação de infraestrutura de DATA CENTER, incluindo SALA DE REFRIGERAÇÃO com Ar-Condicionados de Precisão e demais componentes, Antessala com 02 Racks (Rack de Telecom, Rack de UPS, No-Breaks e Baterias), Quadros Elétricos e demais componentes, SALA DE RACKS com espaço para no mínimo 05 (cinco) racks padrão para equipamentos de TI e Rede, Proteções contra fogo diversas, Controle de Acesso, Iluminação, Sistema de CFTV e Rede Estruturada, incluindo todos os materiais necessários para a instalação, de forma a garantir o funcionamento e proteção dos equipamentos de TIC da CONTRATANTE, projetado para missões críticas, totalmente aderente a Tier / Nível 2 da norma TIA942, transportável sem desmonte, com capacidade energética e de refrigeração para TI e Telecom de no mínimo 30KVA redundantes, incluindo serviços de instalação e operação inicial assistida.	UN	01
02	TRANSFORMAÇÃO: Adequação da Subestação existente e instalação Transformadores com pelo menos o triplo da capacidade total em kVA dos racks de TI e Rede de cada DCMS, Chaves de Transferência e demais componentes.	UN	01
03	ADAPTAÇÕES CIVIS: Interligação elétrica de média e baixa tensão, interligação lógica, Base de concreto para o DCMS, Geradores, Aterramento e demais adaptações.	UN	01
04	GERADORES DCMS TIPO 1: Grupos Motor Geradores com 90KVA de capacidade total.	UN	01
05	MOVING: Serviço de migração (movimentação) física e lógica de equipamentos de rede, de conectividade e servidores do atual DATA	UN	01



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

	CENTER para o DCMS.		
06	TREINAMENTO: Serviço de Treinamento com carga horária mínima 16 (dezesesseis) horas para uma turma de 10 alunos, e materiais didáticos em língua portuguesa abrangendo todas as funcionalidades, impressos e com cópia em meio magnético.	UN	01
07	GARANTIA DCMS TIPO 1: Garantia integral de todos os componentes do DCMS tipo 1 e respectivo funcionamento pelo período de 36 (trinta e seis) meses, monitoria, garantia e manutenção inclusa por 36 meses, operação inicial assistida.	UN	01

LOTE 02 – SOLUÇÃO DE DATA CENTER MODULAR SEGURO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD
01	DATA CENTER MODULAR SEGURO Tipo 2: Fornecimento e Instalação completa uma de SOLUÇÃO (DCMS-O), modular e móvel para implantação de infraestrutura de DATA CENTER, incluindo SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO com Ar-Condicionados de Precisão e demais componentes, Rack de Telecom (ns), e de UPS (No-Breaks e Baterias), Quadros Elétricos e demais componentes , quantidade de, no mínimo 2(dois) racks padrão para equipamentos de TI, Rede e UPS. Proteções contra fogo diversas, Controle de Acesso, Iluminação, Sistema de CFTV e Rede Estruturada, incluindo todos os materiais necessários para a instalação, de forma a garantir o funcionamento e proteção dos equipamentos de TIC da CONTRATANTE, projetado para missões críticas, totalmente aderente a norma TIA942 no Nível 2, transportável sem desmonte, com capacidade energética e de refrigeração para TI e Telecom de no mínimo 10KVA redundantes, incluindo serviços de instalação Externa no Nível 2 da norma TIA 942.	UN	01
02	TRANSFORMAÇÃO: Adequação da Subestação existente e instalação Transformadores com pelo menos o triplo da capacidade total em kVA dos racks de TI e Rede de cada DCMS, Chaves de Transferência e demais componentes.	UN	01
03	ADAPTAÇÕES CIVIS: Interligação elétrica de média e baixa tensão, interligação lógica, Base de concreto para o DCMS, Geradores, Aterramento e demais adaptações.	UN	01
04	GERADORES DCMS TIPO 2: Grupos Motor Geradores com 40KVA de capacidade total.	UN	01
05	MOVING: Serviço de migração (movimentação) física e lógica de	UN	01



	equipamentos de rede, de conectividade e servidores do atual DATA CENTER para o DCMS.		
06	TREINAMENTO: Serviço de Treinamento com carga horária mínima 16 (dezesesseis) horas para uma turma de 10 alunos, e materiais didáticos em língua portuguesa abrangendo todas as funcionalidades, impressos e com cópia em meio magnético.	UN	01
07	GARANTIA DCMS TIPO 2: Garantia integral de todos os componentes do DCMS tipo 2 e respectivo funcionamento pelo período de 36 (trinta e seis) meses, monitoria, garantia e manutenção inclusa por 36 meses, operação inicial assistida.	UN	01

9. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Aquisição de dois *containers* preparado para receber o *Data Center* e o site de *backup* (redundância).

Cada unidade deverá ser composta de 1 (uma) solução completa, escalar, móvel e com garantia, suporte e movimentação física de equipamentos (*moving*), servidores e ativos de rede do atual *Data Center* do STM.

Não serão aceitas soluções baseadas em *container* marítimo adaptado.

10. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. DATA CENTER MODULAR SEGURO (DCMS)

10.1.1. DATA CENTER MODULAR TIPO 1

Compartimento seguro para os equipamentos de TIC.

10.1.1.1. Todos os componentes da solução deverão ser novos e sem uso, não sendo aceitos equipamentos ou materiais que se apresentarem danificados ou que não atendam as especificações mínimas exigidas neste Projeto;

10.1.1.2. Sistema de Energia Ininterrupta (Nobreak ou UPS).

10.1.1.3. Sistema de Aterramento.

10.1.1.4. Posto de Transformação (adequação da subestação de energia existente);

10.1.1.5. Ar Condicionados de precisão.

10.1.1.6. Antessala isolando o acesso externo a sala de racks de TI com entrada independente em compartimento isolado da sala de Racks, aonde deverão ser alocados os quadros elétricos, UPS, sistemas de controle dos sensores e automação, objetivando a realização de manutenções e controles, sem acesso a sala dos racks.

10.1.1.7. Sala de Refrigeração com entrada independente em compartimento isolado da sala de Racks, aonde deverão ser alocados as evaporadoras e condensadoras, Dutos, Dumpers Corta Fogo, Caixa de Mistura de Ar Frio e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento do sistema de climatização, objetivando a realização de



manutenções e controles, sem acesso a sala dos racks.

10.1.1.8. Sala de Racks com 05 racks de 44U para equipamentos de TI e uma Antessala com 02 racks de 44U para Equipamentos de Telecom e UPS.

10.1.1.9. Sistema de iluminação interna em LED.

10.1.1.10. Sistema de cabeamento UTP Cat6a Topo de Rack com Path Panel Central e usando tecnologia Angular para maximizar número de pontos por U.

10.1.1.11. Sistema de cabeamento estruturado Óptico SAN, contemplando 12 pontos de fibra óptica multimodo OM4 para cada Rack de TI/Telecom.

10.1.1.12. Circuito fechado de TV (CFTV/IP) de alta definição com sistema de gravação do tipo NVR.

10.1.1.13. Sistema de controle de acesso na Antessala e desta para Sala de Racks.

10.1.1.14. Sistema de monitoração ambiental, controle, prevenção e combate a incêndio;

10.1.1.15. Serviços de instalação, garantia de peças e consumíveis, assistência técnica 24 horas por 36 (trinta e seis) meses e Operação Assistida pelos primeiros 15 dias.

10.1.1.16. Transformadores de média para baixa tensão, Chaves de transferência, quadros de energia e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento do DCMS.

10.1.1.17. Grupos Motor Geradores (GMG) silenciados no mínimo a 84 db e monitorados;

10.1.1.18. Interligação do DCMS com as redes elétricas e de dados da CONTRATANTE em até 100 metros de distância.

10.1.1.19. Obra civil para construção de plataformas de concreto para assentamento do DCMS. Será necessário também à construção de uma plataforma de concreto para assentamento dos Grupos Motor Gerador (GMG).

10.1.1.20. Em conformidade com a Política de Responsabilidade Socioambiental, o DCMS deverá ser ecologicamente responsável. As características técnicas deverão ser projetadas para reduzir o consumo de energia elétrica, através de equipamentos de alta eficiência energética, sistema de climatização com gás que não danifica a camada de ozônio, confinamento de corredores quentes e frios, que diminuem a utilização do equipamento de ar-condicionado, gás do sistema de combate a incêndio que não agride a natureza e baterias com emissão mínima de gases.

10.1.1.21. Visando uma maior vida útil do projeto, e prevendo a futura mudança da sede do STM, o *Data Center* deverá ser móvel sem desmonte dos ativos de TI e Rede possuído dispositivo anti vibração na base dos racks e características construtivas de robustez que permitam tal transporte a plena carga

10.1.2. REQUISITOS MÍNIMOS DO DCMS TIPO 1

10.1.2.1. O DCMS deverá ser compatível com os requerimentos definidos pela norma TIA-942, para ambientes do NÍVEL-2 (Tier 2), no que se referem à arquitetura, telecomunicações, elétricas e mecânicas, além de possuir capacidade para evoluir para o NÍVEL-3 (Tier 3) sem parada do ambiente.

10.1.2.2. Ser autoportante em módulo único.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

10.1.2.3. Ser adaptável.

10.1.2.4. Permitir futura expansão lateral.

10.1.2.5. Produção pré-fabricada de entrega rápida.

10.1.2.6. De fabricação limpa e livre de poeira e resíduos.

10.1.2.7. Alta resistência mecânica e segurança contra vandalismo.

10.1.2.8. Resistência e segurança contra incêndios.

10.1.2.9. Resistência contra alagamentos, garantida por base elevada do solo em no mínimo 30 (trinta) centímetros.

10.1.2.10. O DCMS deverá ser composto por 03 (três) ambientes independentes, mas acoplados sendo: uma antessala com 03 (três) racks para Telecom e UPS e demais componentes de elétrica e automação, com acesso independente para a sala de Racks; uma sala de racks com 05 (sete) racks de TI e uma sala técnica de climatização, onde deverão ficar as condensadoras, evaporadoras, dumpers corta fogo, caixa de mistura de ar frio, dutos e demais componentes de refrigeração.

10.1.2.11. O DCMS deverá ser montado em fábrica, não sendo permitidos soldas ou pinturas no local a não ser as relacionadas as obras de interligação e da base de concreto do DCMS e dos Geradores e afins.

10.1.2.12. A CONTRATADA deverá executar testes funcionais no DCMS ainda em fábrica. Estes testes deverão contemplar pelo menos ativação e funcionamento integral por 72 horas do sistema de refrigeração, UPS e sensores de detecção de incêndio e líquidos. A CONTRATANTE se reserva o direito de enviar um representante sob as expensas da CONTRATADA para acompanhar a realização dos testes e comprovar a efetiva funcionalidade do DCMS antes de seu embarque definitivo para as instalações da CONTRATANTE

10.1.2.13. A estrutura do DCMS deverá ser rígida, estanque, alta resistência mecânica e características especiais para operação de equipamentos eletrônicos e de informática, que garanta proteção contra fogo, água, umidade, gases corrosivos, intempéries e acesso indevido e que seja transportável sem desmonte dos equipamentos de TI e Comunicação.

10.1.2.14. Montada através de vigas e colunas metálicas de alta resistência, formando um monobloco, devendo sustentar, por si só, todo o peso do módulo, mesmo lotado com carga máxima, permitindo que seja içado e transportado sem risco de comprometimento da estrutura e da integridade de seus componentes.

10.1.2.15. Caso seja necessário, novas unidades poderão ser adicionadas à unidade original, de forma que possam atuar de modo interconectado, expandindo o DCMS, ou seja, deverá permitir pelo menos que mais 01 (uma) unidade similar, do mesmo tamanho, alinhada horizontalmente, seguindo as recomendações da CONTRATADA.

10.1.2.16. Todos os materiais e equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, e acompanhados de todos os serviços necessários à sua implantação, incluindo, no que couber, projetos executivos (engenharia, elétrico, lógico, etc.), planejamento técnico e



operacional, obras civis, transporte, içamentos e seguros, com preços que englobem os custos de suas instalações.

10.1.2.17. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento das Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART) do projeto e da execução dos serviços e registrar o projeto no Acervo Técnico do CREA em no máximo 120 dias após a ativação da unidade.

10.1.2.18. A CONTRATADA fornecerá todos os documentos necessários que comprovem a adequação do DCMS às Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), as Leis de abrangência Nacional e Estadual no que diz respeito à segurança contra incêndio/pânico e iluminação de emergência, e como consequência a certeza da emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (A.V.C.B.) pelo Corpo de Bombeiros do Estado.

10.1.2.19. Todas as conexões externas ao DCMS deverão ser concentradas em painéis protegidos de intempéries. Nestes painéis deverão ser conectadas as interfaces para o fornecimento de energia elétrica, os dutos de água para controle de umidade e as interfaces para a conectividade de dados.

10.1.2.20. O DCMS deverá ser projetado para funcionar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ou 366 (trezentos e sessenta e seis) por ano, 07 (sete) dias por semana, 24 horas por dia e prover alta disponibilidade e suportar serviços de TIC de missão crítica.

10.1.2.21. O DCMS deverá possuir características que permitam sua instalação ao ar livre.

10.1.2.22. O DCMS deverá ser autoportante e transportável sem a necessidade de desmontagem da unidade, nem mesmo das Condensadoras.

10.1.2.23. O DCMS deverá ser adequado para o transporte, cumprindo todas as normas de transporte rodoviário brasileiro sem batedores.

10.1.2.24. A SOLUÇÃO deverá ser compatível com as normas e padrões de referências descritas abaixo:

10.1.2.24.1. ANSI/TIA 942.

10.1.2.24.2. IP (Ingress Protection ou International Protection), mínimo IP65 - Para resistência a intempéries: Poeira e Jatos de Água,

10.1.2.24.3. **NBR 10636 – Contenção de Fogo externo nos níveis mínimos (PC120min) e (CF60), até 1100 graus Celsius, conforme norma NBR10636. Em nenhuma hipótese serão aceitos o uso de materiais combustíveis ou propagantes de chama na construção do DCMS como, por exemplo: Revestimento térmico em poliuretano expandido, piso em compensado naval, entre outros. Materiais e componentes internos não deverão ser propagantes de chama e auto extingüíveis, no padrão UL94 na classificação V0 (VÊ ZERO).**

10.1.2.25. Seu funcionamento deverá ser tal que não atue com ociosidade, acarretando prejuízo financeiro a CONTRATANTE devido à baixa eficiência energética.

10.12.26. Os equipamentos de refrigeração deverão ser controlados por tecnologia que permita adequar o ambiente do DCMS de acordo com as características e porte do ambiente, promovendo economia e otimização dos recursos utilizados.



10.1.2.27. A CONTRATADA deverá disponibilizar as conexões elétricas, hidráulicas e de conectividade TIC (em fibra óptica e elétrica) para uma distância de até 100 (cem) metros (entre o ponto de distribuição principal de elétrica, hidráulica e TIC). Dessa forma, os equipamentos, sistemas e soluções, objetos deste Projeto Básico, deverão ser entregues instalados e operacionais, incluindo, todos os acessórios necessários para funcionamento e instalação.

10.1.2.28. O DCMS deverá ser projetado para, no mínimo, 10 (dez) anos de continuidade sendo que a CONTRATADA deverá prover extensão de garantia durante todo este período caso assim lhe seja solicitado.

10.1.3 DATA CENTER MODULAR TIPO 2

10.1.3.1. Todos os componentes da solução deverão ser novos e sem uso, não sendo aceitos equipamentos ou materiais que se apresentarem danificados ou que não atendam as especificações mínimas exigidas neste Projeto.

10.1.3.2. Sistema de Energia Ininterrupta (Nobreak ou UPS).

10.1.3.3. Sistema de Aterramento.

10.1.3.4. Posto de Transformação (adequação da subestação de energia existente).

10.1.3.5. Ar condicionado de precisão.

10.1.3.6. Ambiente interno onde deverão ser alocados os quadros elétricos, UPS, sistemas de controle dos sensores e automação com espaço para até 2(Dois) racks de 44U, para equipamentos de TI, refrigeração com precisão,

10.1.3.7. Sistema de iluminação interna em LED.

10.1.3.8. Sistema de cabeamento UTP Cat6a Topo de Rack com Path Panel Central e usando tecnologia Angular para maximizar número de pontos por U.

10.1.3.9. Sistema de cabeamento estruturado Óptico SAN com 12 pontos de fibra óptica multimodo OM4 para cada Rack de TI/Telecom.

10.1.3.10. Circuito fechado de TV (CFTV/IP) de alta definição com sistema de gravação do tipo NVR.

10.1.3.11. Sistema de controle de acesso para acesso ao DCMS.

10.1.3.12. Sistema de monitoração ambiental, controle, prevenção e combate a incêndio;

10.1.3.13. Serviços de instalação, garantia de peças e consumíveis, assistência técnica 24 horas por 36(trinta e seis) meses e Operação Assistida pelos primeiros 15(quinze) dias.

10.1.3.14. Transformadores de média para baixa tensão, Chaves de transferência, quadros de energia e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento do DCMS-O.

10.1.3.15. Grupos Motor Geradores (GMG) silenciados no mínimo a 84 db e monitorados;

10.1.3.16. Interligação do DCMS com as redes elétricas e de dados da CONTRATANTE em até 100(cem) metros de distância.

10.1.3.17. Obra civil para construção de plataformas de concreto para assentamento do DCMS. Será necessário também à construção de uma plataforma de concreto para



assentamento dos Grupos Motor Gerador (GMG).

10.1.3.18. Em conformidade com a Política de Responsabilidade Socioambiental, o DCMS deverá ser ecologicamente responsável. As características técnicas deverão ser projetadas para reduzir o consumo de energia elétrica, através de equipamentos de alta eficiência energética, sistema de climatização com gás que não danifica a camada de ozônio, confinamento de corredores quentes e frios, que diminuem a utilização do equipamento de ar-condicionado, gás do sistema de combate a incêndio que não agride a natureza e baterias com emissão mínima de gases.

10.1.3.19. Visando uma maior vida útil do projeto, e prevendo a futura mudança da sede do STM, o *Data Center* deverá ser móvel sem desmonte dos ativos de TI e Rede possuído dispositivo anti vibração na base dos racks e características construtivas de robustez que permitam tal transporte a plena carga.

10.1.4. REQUISITOS MÍNIMOS DO DCMS TIPO 2

10.1.4.1. O DCMS-O deverá ser compatível com os requerimentos definidos pela norma TIA-942, para ambientes do NÍVEL-2 (Tier 2), no que se referem à arquitetura, telecomunicações, elétricas e mecânicas.

10.1.4.2. Ser autoportante em módulo único.

10.1.4.3. Ser adaptável.

10.1.4.4. Produção pré-fabricada de entrega rápida.

10.1.4.5. De fabricação limpa e livre de poeira e resíduos.

10.1.4.6. Alta resistência mecânica e segurança contra vandalismo.

10.1.4.7. Resistência e segurança contra incêndios.

10.1.4.8. Resistência contra alagamentos, garantida por base elevada do solo em no mínimo 20 centímetros.

10.1.4.9. O DCMS-O deverá ser composto por 01 (um) ambiente sendo: uma sala com 02 racks para Telecom, UPS e TI, demais componentes de elétrica e automação, com climatização de precisão Wall Mounted, onde deverão ficar as condensadoras, evaporadoras, dumpers corta fogo, caixa de mistura de ar frio, dutos e demais componentes de refrigeração fixada na parede.

10.1.4.10. O DCMS-O deverá ser montado em fábrica, não sendo permitidos soldas ou pinturas no local a não ser as relacionadas as obras de interligação e da base de concreto do DCMS e dos Geradores e afins.

10.1.4.11. A CONTRATADA deverá executar testes funcionais no DCMS ainda em fábrica. Estes testes deverão contemplar pelo menos ativação e funcionamento integral por 72(setenta e duas) horas do sistema de refrigeração, UPS e sensores de detecção de incêndio e líquidos. A CONTRATANTE se reserva o direito de enviar um representante sob as expensas da CONTRATADA para acompanhar a realização dos testes e comprovar a efetiva funcionalidade do DCMS antes de seu embarque definitivo para as instalações do



STM;

10.1.4.12. A estrutura do DCMS deverá ser rígida, estanque, alta resistência mecânica e características especiais para operação de equipamentos eletrônicos e de informática, que garanta proteção contra fogo, água, umidade, gases corrosivos, intempéries e acesso indevido e que seja transportável sem desmonte dos equipamentos de TI e Comunicação.

10.1.4.13. Montada através de vigas e colunas metálicas de alta resistência, formando um monobloco, devendo sustentar, por si só, todo o peso do módulo, mesmo lotado com carga máxima, permitindo que seja içado e transportado sem risco de comprometimento da estrutura e da integridade de seus componentes.

10.1.4.14. Todos os materiais e equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, e acompanhados de todos os serviços necessários à sua implantação, incluindo, no que couber, projetos executivos (engenharia, elétrico, lógico, etc.), planejamento técnico e operacional, obras civis, transporte, içamentos e seguros, com preços que englobem os custos de suas instalações.

10.1.4.15. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento das Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART) do projeto e da execução dos serviços e registrar o projeto no Acervo Técnico do CREA em no máximo 120 dias após a ativação da unidade.

10.1.4.16. A CONTRATADA fornecerá todos os documentos necessários que comprovem à adequação do DCMS-O às Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), as Leis de abrangência Nacional e Estadual no que diz respeito à segurança contra incêndio/pânico e iluminação de emergência, e como consequência a certeza da emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (A.V.C.B.) pelo Corpo de Bombeiros do Estado.

10.1.4.17. Todas as conexões externas ao DCMS-O deverão ser concentradas em painéis protegidos de intempéries. Nestes painéis deverão ser conectadas as interfaces para o fornecimento de energia elétrica, os dutos de água para controle de umidade e as interfaces para a conectividade de dados.

10.1.4.18. O DCMS-O deverá ser projetado para funcionar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ou 366 (trezentos e sessenta e seis) por ano, 07 (sete) dias por semana, 24 horas por dia e prover alta disponibilidade e suportar serviços de TIC de missão crítica.

10.1.4.19. O DCMS-O deverá possuir características que permitam sua instalação ao ar livre.

10.1.4.20. O DCMS-O deverá ser autoportante e transportável sem a necessidade de desmontagem da unidade, nem mesmo das Condensadoras.

10.1.4.21. O DCMS-O deverá ser adequado para o transporte, cumprindo todas as normas de transporte rodoviário brasileiro sem batedores.

10.1.4.22. A SOLUÇÃO deverá ser compatível com as normas e padrões de referências descritas abaixo:

10.1.4.22.1. ANSI/TIA 942.

10.1.4.22.2. IP (Ingress Protection ou International Protection), mínimo IP65 - Para



resistência a intempéries: Poeira e Jatos de Água,

10.1.4.22.3. NBR 10636 – Contenção de Fogo externo nos níveis mínimos (PC60min) e (CF30), até 1100 graus Celsius, conforme norma NBR10636. Em nenhuma hipótese serão aceitos o uso de materiais combustíveis ou propagantes de chama na construção do DCMS-O como, por exemplo: Revestimento térmico em poliuretano expandido, piso em compensado naval, entre outros. Materiais e componentes internos não deverão ser propagantes de chama e auto extingüíveis, no padrão UL94 na classificação V0 (VÊ ZERO).

10.1.4.23. Seu funcionamento deverá ser tal que não atue com ociosidade, acarretando prejuízo financeiro a CONTRATANTE devido à baixa eficiência energética.

10.1.4.24. Os equipamentos de refrigeração deverão ser controlados por tecnologia que permita adequar o ambiente do DCMS-O de acordo com as características e porte do ambiente, promovendo economia e otimização dos recursos utilizados.

10.1.4.25. A CONTRATADA deverá disponibilizar as conexões elétricas, hidráulicas e de conectividade TIC (em fibra óptica e elétrica) para uma distância de até 100 (cem) metros (entre o ponto de distribuição principal de elétrica, hidráulica e TIC). Dessa forma, os equipamentos, sistemas e soluções, objetos desse Projeto Básico, deverão ser entregues instalados e operacionais, incluindo, todos os acessórios necessários para funcionamento e instalação.

10.1.4.26. O DCMS-O deverá ser projetado para, no mínimo, 10 (dez) anos de continuidade sendo que a CONTRATADA deverá prover extensão de garantia durante todo este período caso assim lhe seja solicitado.

10.1.5. CARACTERÍSTICAS DAS PAREDES EXTERNAS DO DCMS

10.1.5.1. Compartimento com características especiais para proteção de equipamentos eletrônicos e mídias magnéticas contra fogo, umidade, campos magnéticos, roubo e acesso indevido.

10.1.5.2. Em chapa de aço na face interna e externa, as quais deverão receber tratamento na superfície por eletroforese, ou SIMILAR, com pinturas e tratamentos tais de modo que estejam totalmente protegidas contra ferrugem e bolor, mesmo quando próximos a ambientes com taxa elevada de salinidade. A união de todos os componentes metálicos deverá ser efetuada por processo de solda contínua do tipo MIG (Metal InertGas) ou SIMILAR;

10.1.5.3. Deverá possuir reforços (travamento por pinos de sustentação vertical) para estruturação e para compartimentação do material incombustível, isolante térmico e de contenção de chamas certificado: a) DCMS TIPO 1 para no mínimo 120 minutos para fogo externo (PC120), e 60 minutos para temperatura interna (CF60); b) DCMS TIPO2 Para no mínimo 60 minutos para fogo externo (PC60) e 30 minutos para temperatura interna (CF30). Ambos a 1.100 graus centígrados em 100% da área, incluindo colunas e travessas;



10.1.5.4. Na montagem dos elementos não será admitido o uso de solda no local da instalação ou aplicação de argamassa ou material semelhante e pintura no local. Esta restrição não se aplica a envelopamento, rejuntas corta fogo e demais materiais usados para unir os módulos um ao outro.

10.1.5.5. DCMS deve possuir capacidade de ampliação via acoplamento lateral de no mínimo 01 (uma) unidade.

10.1.5.6. Deverá garantir proteções contra:

10.1.5.6.1. Água (jatos d'água, chuva, alagamento) devendo atender a classe IP65.

10.1.5.6.2. Corrosão por salinidade, conforme ISO-6346.

10.1.5.6.3. Fogo externo (PC120) e (CF60min), até 1100 graus Celsius, conforme a curva de aquecimento (teste de incêndio) da norma NBR10636 para o DCMS TIPO 1.

10.1.5.6.4. Fogo externo (PC60) e (CF30min), até 1100 graus Celsius, conforme a curva de aquecimento (teste de incêndio) da norma NBR10636 para o DCMS TIPO 2.

10.1.5.6.5. O DCMS deverá possuir resistência lateral contra deformidades causadas por tração, compressão e impactos.

10.1.5.6.6. Deverá possuir Blindagem contra Interferência Eletromagnética (EMI) / Interferência de Rádio Frequência (RFI) com nível mínimo compatível ao uso de equipamentos de TIC e de Rede.

10.1.5.7. A adesivagem externa deverá ser feita a partir de um padrão estabelecido pela CONTRATANTE, com proteção especial para resistir às condições descritas no conjunto de SINISTROS TOTAIS, no glossário deste Projeto Básico, pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. A CONTRATADA deverá fornecer um layout para aprovação pela CONTRATANTE. A CONTRATANTE se reserva o direito de aprovar, previamente, o design, as cores e os logotipos que serão fornecidos na “adesivagem” externa do DCMS;

10.1.6. CARACTERÍSTICAS DAS PORTAS DE ACESSO DO DCMS (não aplicável as portas da sala de refrigeração).

10.1.6.1. O acesso ao DCMS deverá ser realizado através de portas compostas pelo mesmo material das paredes e sempre através de uma antessala no caso do DCMS TIPO 1 e 2.

10.1.6.2. Deverá possuir pelo menos duas portas de acesso externo a unidade para o Tipo 1 e possuir no mínimo uma porta para o Tipo 2, atendendo todos os requisitos constantes neste Projeto Básico.

10.1.6.3. No DCMS TIPO 1 e 2, o corredor de ar quente, corredor de ar frio e ante sala deverão ser separados por portas internas.

10.1.6.4. Para ambos os tipos, as portas externas deverão possuir batentes com vedação em toda a volta e abertura para o lado de fora do compartimento.

10.1.6.5. As portas externas deverão ser estanques, de modo a evitar a entrada de gases e vapores do ambiente externo.



10.1.6.6. As portas externas deverão ter dimensões mínimas livres de 90 cm de largura e 210 cm de altura para o tipo 1 e 2.

10.1.6.7. As portas internas do DCMS TIPO 1 deverão ter dimensões mínimas livres de: largura de 85 cm para o corredor frio e 60 cm para o corredor quente, sendo ambas com 210 cm de altura e para TIPO 2 as dimensões mínimas livres são: a largura do corredor frio 57cm e para o corredor quente é 39cm.

10.1.6.8. A sala de climatização do DCMS TIPO 1 deverá ter a quantidades de portas necessárias, sendo que todas elas deverão ser acessadas via área externa e com ventilação adequada ao projeto e a estas portas não se aplicam as características de proteção das portas de acesso a unidade e para o TIPO 2 somente 1 porta externa com as mesmas características de proteção das paredes do DCMS do tipo 2.

10.1.6.9. As fechaduras das portas de acesso externo deverão possuir travamento automático e o acionamento deverá ser eletromecânico para controle de acesso, mas totalmente livre para saída, sem botão, mas com barra anti-pânico que permite as pessoas saírem da sala mesmo com a porta trancada, por essa razão a abertura da porta deverá ser para fora, para TIPOS 1 e 2.

10.1.6.10. Caso houver porta exclusiva para saída de emergência, deverá possuir travamento automático, mas totalmente livre para saída, sem botão, mas com barra anti-pânico que permite as pessoas saírem da sala mesmo com a porta trancada, por essa razão a abertura da porta deverá ser para fora para o TIPOS 1 e 2.

10.1.6.11. Todas as portas de acesso ao DCMS deverão possuir “by-pass” mecânico por chave para acesso em caso de contingência.

10.1.6.12. As portas de acesso externas deverão possuir resistência nominal ao fogo com, pelo menos, classe PC120 e CF60 para o DCMS TIPO 1, e classe PC60 e CF30 para o DCMS TIPO 2, segundo a norma NBR 10636.

10.1.6.13. As portas de acesso externo deverão possuir mecanismos que impeçam que permaneçam abertas (mola que permita o fechamento automático), para que não haja troca de calor com o ambiente externo e entre os corredores, de ar quente e ar frio.

10.1.6.14. Todas as portas e componentes de acesso à área externa do DCMS, incluindo a sala de equipamentos, ar condicionado, ventiladores, exaustores, conectividade, alimentação, deverão possuir dispositivo de proteção e isolamento contra SINISTROS TOTAIS, conforme Glossário deste Projeto Básico.

10.1.6.15. Os requisitos de segurança contra fogo e arrombamento não se aplicam as portas da sala de refrigeração, uma vez que as mesmas devem possuir venezianas para tomada e expurgo de ar.

10.1.7. CARACTERÍSTICAS DAS PASSAGENS BLINDADAS PARA CABOS E TUBULAÇÕES

10.1.7.1. A constituição do DCMS deverá permitir que alterações necessárias, em cabos e tubulações, possam ser feitas futuramente, sem perdas de características de proteção ou



necessidade de alteração do projeto.

10.1.7.1.1. As caixas de passagem deverão garantir a vedação de isolamento térmico TIPO ROXTEC, ou SIMILAR, mesmo no caso de cabos com capas plásticas.

10.1.7.2. O sistema de blindagens deverá ser modular e permitir o remanejamento de cabos sempre que necessário, sem interferência na operação, garantindo também a proteção do ambiente do DCMS.

10.1.8. CARACTERÍSTICAS DOS CORREDORES E ANTESSALA (DCMS TIPO 1)

10.1.8.1. O DCMS deverá ser entregue com uma antessala que dará acesso a sala de Racks e evitará a entrada de poeira, gases e vapores do ambiente externo, uma vez que sua porta sempre deverá ficar fechada.

10.1.8.2. O acesso a sala de racks somente será permitido quando a porta da antessala (externa) estiver fechada e travada.

10.1.9. CARACTERÍSTICAS DIMENSIONAIS

10.1.9.1 – DCMS TIPO 1

10.1.9.1.1. O DCMS deverá ser transportável, utilizando dimensões padronizadas para cada módulo, conforme definido abaixo:

10.1.9.1.2. Dimensões Externas por módulo.

10.1.9.1.3. Comprimento (C) = até 15 metros.

10.1.9.1.4. Largura (L) = no máximo 3,10 metros (de forma a permitir transporte rodoviário sem necessidade AET - Autorização Especial de Trânsito do DENIT).

10.1.9.1.5. Altura (A) = até 3,15 metros.

10.1.9.1.6. O DCMS deverá possuir corredores operacionais, de ar frio e de manutenção, de ar quente, conforme definido abaixo:

10.1.9.1.6.1. Dimensões Internas Mínimas.

10.1.9.1.6.2. Corredor Frio: Largura (L) = 0,90 metros.

10.1.9.1.6.3. Corredor Quente = Largura (L) = 0,60 metros.

10.1.9.1.6.4. O DCMS deverá ser capaz de suportar uma carga de equipamentos de TIC de no mínimo 1.000Kg por rack populado.

10.1.9.2 – DCMS TIPO 2

10.1.9.2.1. O DCMS deverá ser transportável, utilizando dimensões padronizadas para cada módulo, conforme definido abaixo:

10.1.9.2.2. Dimensões Externas por módulo.

10.1.9.2.3. Comprimento (C) = até 2,50 metros aproximados.

10.1.9.2.4. Largura (L) = no máximo 2,00 metros (de forma a permitir transporte rodoviário sem necessidade AET - Autorização Especial de Trânsito do DENIT).

10.1.9.2.5. Altura (A) = até 3,15 metros.



10.1.9.2.6. O DCMS deverá possuir corredores operacionais, de ar frio e de manutenção, de ar quente, conforme definido abaixo:

10.1.9.2.7. Dimensões Internas Mínimas.

Corredor Frio: Largura (L) = 0,57 metros.

Corredor Quente = Largura (L) = 0,39 metros.

10.1.9.2.8. O DCMS deverá ser capaz de suportar uma carga de equipamentos de TIC de no mínimo 1.000Kg por rack populado.

10.1.10. CARACTERÍSTICAS DO LANÇAMENTO DE CABEAMENTO ELÉTRICO E DE DADOS

10.1.10.1. O cabeamento elétrico e de dados deverá ser suportado por eletro-calhas separadas para cabos de energia, cabeamento lógico metálico e cabos ópticos instalados de forma a facilitar a passagem dos cabos e evitando sobreposições.

10.1.10.2. O lançamento dos cabos elétricos deverá ser por sistema de piso elevado e o de cabos de lógica deverão ser por via aérea.

10.1.10.3. Piso elevado:

10.1.10.3.1. O piso deverá ser composto por placas removíveis e antiderrapantes;

10.1.10.3.2. Com altura mínima de 10 cm livres;

10.1.10.3.3. Possuir mecanismos e/ou vedações adicionais para evitar que possam ingressar animais ou insetos;

10.1.10.3.4. Possuir resistência estrutural para conter o desalinhamento e desnivelamento do piso.

10.1.10.4. Calhas de Lógica

10.1.10.4.1. As calhas deverão ser aterradas;

10.1.10.4.2. Com fácil acesso à manutenção;

10.1.10.4.3. A instalação de calhas e estirantes deverão estar em conformidade com as normas TIA/EIA 569-A/B e TIA-942.

10.1.10.5. A CONTRATADA deverá executar o lançamento de cabos ópticos através de dutos ou calhas, interligando o DCMS à rede de dados da CONTRATANTE, devendo para isso, fornecer cabos, caixas, blocos, DIO ou DGOs para a terminação dos cabos instalados, executar a terminação dos cabos ópticos instalados de maneira apropriada, além dos testes de desempenho para aceitação do serviço, considerando-se que:

10.1.10.6. Serão lançados 02 (dois) cabos óticos, que juntos tem o comprimento de até 100 metros, já com reserva técnica, sendo:

10.1.10.7. Os cabos ópticos instalados deverão ser do tipo CFOI (CABO ÓPTICO INTERNO) de 24 fibras e, as fibras ópticas, deverão ser do tipo mono-modo.

10.1.10.8. A certificação deverá ser feita para 100% dos pontos, não sendo admitida certificação por amostragem. Deverá ser executada assim que concluído todo o cabeamento estruturado.



10.1.10.9. Tratando-se de cabo óptico, a terminação de suas fibras deverá incluir a fusão nas duas pontas do cabo lançado e, é imprescindível que estejam identificados de acordo com as normas técnicas vigentes.

10.1.10.9.1. As fusões em fibras ópticas deverão ser do tipo E-2000.

10.1.10.9.2. As terminações ópticas deverão utilizar o padrão de polimento LC/PC. Caso seja necessário outro tipo de terminação ou polimento, por exemplo LC/PC, SC/PC, SC/APC, LC/APC ou E-2000, a CONTRATANTE deverá informar a CONTRATADA antes da elaboração do projeto.

- A CONTRATADA deverá fornecer no mínimo 48 (quarenta e oito) cordões ópticos nos padrões de polimento das terminações.

10.1.10.9.3. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes insumos para instalação dos cabos ópticos:

10.1.10.9.3.1. Unidades de bastidor de 19" 44U com capacidade mínima para 48 (quarenta e oito) portas;

10.1.10.9.3.2. O Bay Face dos bastidores deverá ser apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE e deverá abranger espelhamento nos SDGs.

10.1.10.9.3.3. Realizar testes de homologação e Certificação das fibras ópticas.

10.1.10.9.3.4. A CONTRATADA deverá executar as obras civis que forem necessárias para o lançamento dos cabos nos modos subterrâneo ou aéreo, bem como, recompor a parte civil (parede ou solo) alteradas durante o lançamento dos cabos de interligação.

10.1.10.9.4. A CONTRATADA deverá fornecer e executar o lançamento de cabeamento de energia através de dutos ou preferencialmente calhas, interligando o DCMS aos sistemas Grupo Motor Gerador e respectivos Quadros de Transferência Automáticos (QTA) e Quadros Gerais de Baixa Tensão (QGBT) e transformadores rebaixadores a ser instalados em subestação a ser construída pela CONTRATADA, devidamente conectados ao barramento de saída em média tensão da cabine primária existente.

10.1.10.9.5 Dimensionando de forma adequada os cabos e componentes utilizados.

10.1.11. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

10.1.11.1. Em todos os corredores deverão ser instaladas iluminação normal e iluminação de emergência. Em ambos, as lâmpadas deverão ser de LED de baixo consumo de energia que deverão ser instaladas para iluminação normal e de emergência;

10.1.11.2. O sistema deverá possuir autonomia de pelo menos 10 minutos mesmo sem alimentação externa.



10.1.12. CARACTERÍSTICAS DOS RACK

10.1.12.1. O DCMS TIPO 1 deverá ser preparado para receber, no mínimo 05(cinco) racks para equipamentos de TI que ficarão na Sala de Racks e 02 (dois) racks para UPS e Telecom, que ficarão na Antessala.

10.1.12.2. O DCMS TIPO 2 deverá ser preparado para receber, no mínimo 2 (Dois) racks para equipamentos de TI UPS e Telecom, que ficarão na no ambiente protegido.

Altura Interna	Norma EIA-310	Altura Externa	Largura Externa	Profundidade Externa	Capacidade Peso Estático
44U	19"	2.100(mm)	600(mm)	1.000(mm)	1.000Kg

10.1.12.3. Altura de 44U;

10.1.12.4. Rack padrão 19" com largura e profundidade mínimas de 600mm e 1000mm, respectivamente;

10.1.12.5. Capacidade mínima de carga instalável de 1.000kg;

10.1.12.6. Racks com perfil para servidor e espaços em "Us" livres para instalação de equipamentos de TIC.

10.1.12.7. O espaço entre o topo dos Rack's e o teto deverá ser preenchido de modo a isolar os corredores de ar quente e ar frio.

10.1.12.8. A profundidade dos Racks deverá ser de no mínimo 1.000 mm permitindo a instalação de qualquer servidor atual da CONTRATANTE que seja padrão "U".

10.1.12.9. A largura de cada Rack deverá acomodar equipamentos de 19 polegadas, de modo a acomodar os servidores padrão de mercado.

10.1.12.10. As prateleiras deverão ser deslizantes e permitir a acomodação de servidores de tamanho e altura padrão "U", de profundidades diversas.

10.1.12.11. Cada Rack deverá ser fornecido com portas frontais e traseiras, com alimentação frontal ou traseira.

10.1.12.12. Os Racks deverão ser suportados por uma base de inércia ou sistema de amortecimento de vibrações, independente da estrutura do DCMS através de amortecedores em sua base de modo a absorverem vibrações advindas de possíveis transportes e vibrações externas.

10.1.12.13. Os Racks deverão ser instalados de tal forma que exista um espaçamento mínimo de 10 (dez) centímetros entre eles aonde deverá ser instalado um sistema de passagem de cabos lógicos de forma que estes ocupem a parte traseira dos Racks.

10.1.12.14. Os Racks deverão possuir sistema de proteção contra desligamento indevido de energia, através de disjuntores ou chaves independentes. No mínimo dois conjuntos de disjuntores e circuitos deverão ser instalados por Rack. No mínimo 02 (duas) PDU's de 32A com 16 (dezesseis) tomadas padrão NBR14136 (20A) na traseira e respectivos organizadores de cabo de energia por rack.

10.1.12.15. PDU's (Unidade de Distribuição de Energia) monitoráveis.



10.1.12.15.1. Deverão ser numerados os espaços de porcas gaiola, tanto na parte frontal quanto traseira, facilitando a instalação de equipamentos.

10.1.12.15.2. Deverão ser fornecidas as porcas gaiolas e respectivos parafusos na quantidade mínimas necessárias para o uso inicial e finalização do moving e sobressalentes suficientes para instalação de 44U de equipamentos.

10.1.12.15.3. Todos os Racks deverão estar aterrados.

10.1.12.15.4. Os Racks deverão possuir aberturas frontais e traseiras com capacidade suficiente para atender a uma carga plena de instalação.

10.1.12.15.5. Deverá prover segurança ao usuário referente às partes mecânicas (arestas, dimensões, estabilidade mecânica, entre outras).

10.1.12.15.6. Para perfeita instalação e imediata ativação, deverão ser fornecidos todos os componentes, conexões e cabos que sejam necessários para sua instalação física e perfeito funcionamento dos sistemas especificados.

10.1.12.15.6.1. Trilhos, parafusos, cabos, conversores, tomadas e demais componentes necessários para fixação e operacionalização dos Racks deverão ser entregues pela CONTRATADA.

10.1.12.15.7. A CONTRATADA deverá corrigir no prazo máximo de até 03 (três) dias corridos, a partir da comunicação que lhe for feita pelo CONTRATANTE, os defeitos, erros, deficiências e omissões eventualmente constatadas no período de garantia subsequente à homologação dos racks de T.I, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, as quais poderão ser acompanhadas/homologadas pelo(s) representante(s) do CONTRATANTE. Caso os citados defeitos, erros, deficiências e omissões ocasionem algum nível de indisponibilidade, a TABELA DE SEVERIDADE E TEMPO DE ATENDIMENTO deverá prevalecer.

10.1.13. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA (UPS)

10.1.13.1. Os equipamentos a serem instalados no interior do DCMS deverão ser alimentados por fonte de energia limpa e ininterrupta, em dois circuitos distintos (X e Y).

10.1.13.2. As fontes deverão ser constituídas por unidades de UPS de dupla conversão, totalmente redundantes (N+N), com capacidade mínimo de 40kVA cada no DCMS TIPO 1 e 20KVA no DCMS TIPO 2, a serem instalados em Racks dedicados a este fim no DCMS TIPO 1 e em racks compartilhados no DCMS TIPO 2. Deverá garantir no mínimo 8 (oito) minutos de duração das baterias a plena carga.

10.1.13.3. Os equipamentos UPS deverão permitir a expansão de sua capacidade, seja de forma modular ou acrescido de novas unidades em até 100%.

10.1.13.4. O sistema de UPS deverá ser trifásico 380V na entrada e 230V na saída e deverá ter capacidade mínima de 20kVA + 20kVA no DCMS TIPO 1 e 10KVA+10KVA no DCMS TIPO 2.

10.1.13.5. Todos os módulos deverão ser capazes de operar simultaneamente dividindo



carga igualmente.

10.1.13.6. O sistema deverá contemplar o uso da tecnologia Static Auto Tie ou similar para UPS redundantes e com instalação anterior e posterior aos UPS, esta tecnologia permite que em caso de falha de uma das linhas de alimentação a carga total de um dos UPS seja transferida para o outro em menos de 4 ms (milissegundos). O sistema deve permitir o cruzamento das linhas de alimentação “X” e “Y” á “montante” (antes) dos No-breaks deverão ser com tipo “QTA” (quadro de transferência automático), e o cruzamento das linhas “X e “Y” á “jusante” (depois) dos No-breaks deverão ser feitas, com chave estática que garanta a transferência em menor ou igual a 4ms. Todos os no-breaks deverão possuir chaves mecânicas para manutenção de forma a isolar totalmente dos circuitos alimentadores e de fornecimentos.

10.1.13.7. O Sistema de UPS deverá ter disponibilidade de dupla alimentação de energia, isto é, uma alimentação via entrada retificadora e outra via entrada de ramo Bypass (estático/manual).

10.1.13.8. O UPS deverá ter eficiência energética de no mínimo 95% e bateria para suportar no mínimo 8 (oito) minutos de operação a plena carga.

10.1.13.9. As baterias deverão ser do tipo selada com expectativa de ciclo de vida de 01 (um) ano.

10.1.13.10. O UPS deverá ter sistema de gerenciamento SNMP pela rede IP, permitindo o acesso remoto ao seu histórico de alarmes e status de operação.

10.1.13.11. O sistema deverá ser instalado, testado e entregue funcionando, incluindo quadro de entrada de energia, circuito de alimentação elétrica e proteção para a entrada do UPS.

10.1.13.12. O fator de utilização considerado deverá ser de 90% a fim de manter a segurança da carga em seu carregamento efetivo.

10.1.13.13. Os disjuntores de proteção das cargas parciais deverão ser termomagnéticos.

10.1.14. QUADROS INTERNOS DE DISTRIBUIÇÃO (QDs).

As características dos componentes internos dos quadros deverão ser:

10.1.14.1. Interruptores de carga (chaves seccionadoras) na entrada dos quadros;

10.1.14.2. Os interruptores deverão permitir abertura em carga e montagem fixa;

10.1.14.3. Disjuntores parciais, conforme IEC 947-2 e NBR IEC 60947-2. Os disjuntores deverão ser montados em bases especiais tipo PLUGIN que permitam a instalação e retirada dos disjuntores com o quadro energizado;

10.1.14.4. Medidor de energia digital, multi-função, com no mínimo os seguintes recursos de medição/indicação:

10.1.14.4.1. Indicação de correntes monofásica e de neutro;

10.1.14.4.2. Indicações de tensões fase-fase e fase-neutro;

10.1.14.4.3. Medições de energia ativa, reativa e aparente;



10.1.14.4.4. Indicações de potências ativa, reativa e aparente;

10.1.14.4.5. Indicação de fator de potência;

10.1.14.4.6. Indicação de frequência.

10.1.14.5. Transformadores de corrente, classe de isolamento 600V, isolação de epóxi, classe de exatidão 0,3C25, fator térmico 1,2;

10.1.14.6. Blocos de aferição para circuito de corrente, classe de isolamento 600V;

10.1.14.7. Barramento de terra único para equipotencializar o DCMS à rede elétrica da instalação predial;

10.1.14.8. Os cabos para alimentação de quadros deverão ser constituídos de condutores flexíveis, singelos, com isolação e capa externa de PVC, classe de isolamento 1.000V.

10.1.14.9. O quadro elétrico deverá ser construído de acordo com os padrões da norma NBR 5410;

10.1.14.10. O quadro elétrico deverá estar localizado na antessala, objetivando a realização de manutenções e controles, sem acesso a sala dos racks;

10.1.14.11. Os eletrodutos no interior do DCMS, caso necessário, deverão ser flexíveis, fabricados com fita contínua de aço zincado, com revestimento externo depolivinyl clorídrico extrudado;

10.1.14.12. Fornecer todos os cabos para interligação dos equipamentos a serem instalados no interior do DCMS (circuitos terminais), que deverão ser constituídos de condutores flexíveis, multipolares com classe de isolamento 1.000V aderentes a NBR14136 20A / IEC C19;

10.1.14.13. As tomadas e régua de tomadas para ligação dos equipamentos não deverão possuir interruptores e serem aderentes à norma NBR14136 20A.

10.1.15. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE ATERRAMENTO

10.1.15.1. Deverá ser feito o aterramento do DCMS e das unidades de Grupo Motor Gerador, garantindo o mesmo potencial de aterramento do site.

10.1.15.2. Deverá ser equipado com para-raios ou equivalente, para proteger não só sua estrutura principal como seus equipamentos internos, anexo, complementos e conectores externos.

10.1.15.3. O sistema de aterramento compreende a instalação elétrica para proteção contra falha de isolação elétrica e descargas atmosféricas, com fornecimento de material, composto por mínimo de hastes de aterramento 5/8" X 3m tipo Copeld, cordoalha de cobre nu na bitola no mínimo de 16 mm² interligando todas as hastes eletricamente através de conectores reforçado de latão para hastes de aterramento, de modo a apresentar uma resistência ôhmica de terra igual ou inferior a 5Ω.

10.1.15.4. Todos os cabos e terminais deverão ter certificação, conforme Norma NBR5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão).

10.1.15.5. Os Racks também deverão ser conectados no formato da rede, de modo que



cada Rack se conecte com a barra de junção de terra. Uma conexão equipotencial, com um cabo de cobre de no mínimo 16mm², será necessária para ligação entre os Racks e os equipamentos internos deverão ser isolados.

10.1.15.6. Uma estrutura independente deverá se conectar à rede de aterramento externo, apoiando a pilha de aterramento, sendo que as especificações de aterramento deverão ser certificadas por laudo técnico expedido por engenheiro habilitado e entregues ao CONTRATANTE, após a implantação do DCMS.

10.1.15.7. A fim de garantir o alcance do imprescindível padrão de segurança, as especificações de aterramento devem ser certificadas por laudo técnico expedido por engenheiro habilitado, junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) por meio de ART (Anotação de Responsabilidade Profissional) e entregues ao CONTRATANTE, após a implantação do DCMS.

10.1.16. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO (EQUIPAMENTOS DE ALTA PRECISÃO)

10.1.16.1. O DCMS deverá possuir capacidade para carga térmica de, no mínimo, 30 (trinta) KVA para o DCMS TIPO 1 e 20 (vinte) KVA para o DCMS TIPO 2, de calor sensível e com redundância de no mínimo N+1

10.1.16.2. O sistema de climatização deverá ser de empresa com fábrica ou representação no Brasil, com atendimento em território brasileiro e totalmente possível de ser mantido em serviço quanto à reposição de peças. Na fase de Habilitação a LICITANTE deverá fornecer declaração fabricante dos mesmos, garantindo que estes não terão sua garantia descontinuada por pelo menos 10 anos.

10.1.16.3. Os equipamentos deverão ser projetados visando todos os equipamentos de TIC hospedados no DCMS além das outras fontes de energia constantes no DCMS;

10.1.16.4. Circuito fechado de circulação de ar;

10.1.16.5. Controlador independente incorporado a cada unidade de refrigeração;

10.1.16.6. A fim de evitar manutenções de risco no ambiente de TIC, os evaporadores e os condensadores deverão ser instalados em sala técnica segregada não sendo permitida sua instalação dentro da sala de racks ou antessala do DCMS no DCMS TIPO 1; ou ainda acoplados diretamente a parede do DCMS (tipo wall mounted).

10.1.16.7. O funcionamento das unidades de refrigeração deverá ser garantido independentemente de falhas na unidade de controle externo;

10.1.16.8. O sistema de climatização deverá possibilitar que a manutenção de unidades condensadoras e evaporadoras, e seus componentes, possa ser realizada sem a interrupção de todo o sistema;

10.1.16.9. A climatização deverá ser feita com ar refrigerado com alta vazão, com mecanismo que possua alta sensibilidade às variações de calor;

10.1.16.10. Os equipamentos deverão possuir controle de umidade e realizar a filtragem do



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ar;

10.1.16.11. Todos os componentes de refrigeração deverão fazer parte da SOLUÇÃO sem que seja necessário o CONTRATANTE adquirir nenhum outro elemento externo ou complementar, incluindo componentes, filtros, tomadas, conectores, e outros para a ativação da refrigeração;

10.1.16.12. O sistema de refrigeração deverá ser modular e redundante. A redundância de operação deverá permitir que manutenções, preventivas ou corretivas, possam ser realizadas sem o comprometimento da climatização;

10.1.16.13. A contingência será feita pelo automatismo entre as máquinas de refrigeração, que deverão se comunicar entre si para escalonar a operação conforme a necessidade, tendo um equipamento de reserva no caso de avaria de uma das máquinas;

10.1.16.14. As unidades de ar condicionado deverão possuir controles microprocessados autônomos incorporados na própria máquina, interligados em rede;

10.1.16.15. O sistema deverá manter pelo menos uma das unidades em "Stand-by", alternando sua operação em períodos programáveis e sempre que um alarme requerer;

10.1.16.16. Quando o consumo de energia dos dispositivos em Racks for baixo e a temperatura do corredor de ar frio for baixa, os ventiladores deverão funcionar a uma baixa velocidade visando o menor consumo de energia;

10.1.16.17. De precisão;

10.1.16.18. Utilizar gás refrigerante ecológico R410A;

10.1.16.19. Tipo VRV (Volume de Refrigerante Variável);

10.1.16.20. Ter alimentação redundante por equipamento;

10.1.16.21. Estar interligados por MODBUS ou Rede;

10.1.16.22. O circuito frigorígeno deverá ser entregue com a carga de refrigerante;

10.1.16.23. Compressor Inverter;

10.1.16.24. Válvula de expansão variável eletrônica;

10.1.16.25. Controle de umidade

10.1.16.26. Pelo menos um ventilador eletrônico DC por evaporador e dois por condensador.

10.1.16.27. Gabinete: Estrutura externa feita de aço galvanizado com pintura eletroestática.

10.1.16.28. Filtro: Classe G4.

10.1.16.29. Ventilador DC de alta performance:

10.1.16.30. Ventilador radial (evaporador) acoplado diretamente ao eixo (mínimo 01 unidade por condensador);

10.1.16.31. Ventilador axial (condensador) acoplado diretamente ao eixo (mínimo 02 unidade por condensador);

10.1.16.32. Os ventiladores deverão ser eletronicamente controlados (EC);

10.1.16.33. Proteção contra superaquecimento integrada;

10.1.16.34. Fabricados de acordo com a norma EN60335-1 ou EN60034;



- 10.1.16.35. Isolamento classe B;
- 10.1.16.36. O motor deverá possuir, no mínimo, classe de proteção IP42 de acordo com a norma EN60034-5;
- 10.1.16.37. Resistentes ao desgaste;
- 10.1.16.38. Livres de manutenção.
- 10.1.16.39. Painel elétrico:
- 10.1.16.40. Design do gabinete de acordo com norma NBR 5410;
- 10.1.16.41. Acomodação de componentes de alta potência e controle;
- 10.1.16.42. Chave seccionadora integrada;
- 10.1.16.43. Toda a fiação por dentro de eletrocalhas.
- 10.1.16.44. Alimentação: Tensão: 380V, 3F+N+T, 60 Hz.
- 10.1.16.45. Manutenção: Deverá ser realizada exclusivamente externamente a Sala de Racks.
- 10.1.16.46. As unidades de climatização deverão ser fornecidas com os seguintes documentos:
 - 10.1.16.46.1. Manual de instruções de operação;
 - 10.1.16.46.2. Diagrama elétrico e de ligação;
 - 10.1.16.46.3. Lista de peças de reposição
- 10.1.16.47. A CONTRATADA deverá corrigir em no máximo 02 (dois) dias corridos, à partir da comunicação que lhe for feita pelo CONTRATANTE, os defeitos, erros, deficiências e omissões eventualmente constatadas no período de garantia subsequente à homologação do sistema de climatização, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, as quais poderão ser acompanhadas/homologadas pelo(s) representante(s) do CONTRATANTE. Caso os citados defeitos, erros, deficiências e omissões ocasionem algum nível de indisponibilidade, a TABELA DE SEVERIDADE E TEMPO DE ATENDIMENTO deverá prevalecer.

10.1.17. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

- 10.1.17.1. O DCMS deverá utilizar como forma de extinção de incêndio, dispositivo que emita gás com baixo índice de intoxicação e com extinção eficiente.
- 10.1.17.2. O sistema deverá utilizar (agente limpo) gás FM200, NOVEC ou SIMILAR e deverá ser planejado para atuar e proteger todas as áreas internas do DCMS em tanques redundantes e que permitam pelo menos 01 (um) disparo em mais de um ambiente.
- 10.1.17.3. O agente de dispositivo de controle de liberação do gás deverá ser colocado diretamente em um ambiente protegido dentro do DCMS que não a sala de Racks, sem a necessidade de aloca-lo em outro compartimento adicional e externo.
- 10.1.17.4. O sistema de controle e prevenção de incêndio deverá ativar os alarmes do painel de controle quando for identificado um problema e reinicializá-lo automaticamente quando o problema for resolvido.
- 10.1.17.5. Para evitar “falsos positivos”, o painel de controle de extinção de fogo deverá



enviar um sinal para a descarga de gás somente quando no mínimo 02 (dois) dos detectores inteligentes de fumaça e temperatura configurados em enlaces cruzados forem ativados.

10.1.17.6. O sistema de combate a incêndio deverá distinguir, monitorar e controlar alarmes de problemas, alarme de incêndio, atraso de liberação de gás e lançamento de gás, permitindo a programação do tempo de atraso do primeiro e do segundo alarme de incêndio.

10.1.17.7. A pré-deteção de incêndio deverá ser via HSSD (Deteção de fumaça de alta sensibilidade), homologado e com referências de mercado, de modo que seja possível detectar com antecedência um princípio de incêndio.

10.1.17.8. O sinal de alerta deverá ser integrado ao sistema de supervisão remota.

10.1.17.9. Além da descarga automática deverá haver possibilidade de acionamento manual.

10.1.17.10. O sistema deve ser acionado automaticamente por um laço de detectores de fumaça interligados a um Paine Central

10.1.17.11. A CONTRATADA deverá corrigir no prazo máximo de até 01 (um) dia corrido, a partir da comunicação que lhe for feita pelo CONTRATANTE, os defeitos, erros, deficiências e omissões eventualmente constatadas no período de garantia subsequente à homologação do sistema de combate à incêndio, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, as quais poderão ser acompanhadas/homologadas pelo(s) representante(s) do CONTRATANTE. Caso os citados defeitos, erros, deficiências e omissões ocasionem algum nível de indisponibilidade, a TABELA DE SEVERIDADE E TEMPO DE ATENDIMENTO, deverá prevalecer.

10.1.18. CARACTERÍSTICAS DO CONTROLE DE ACESSO

10.1.18.1. Deverá ser fornecido e instalado um sistema de controle de acesso ao interior do DCMS. O sistema de controle de acesso deverá suportar no mínimo 02 (dois) tipos distintos de verificação de acesso: digitação de senhas, uso de cartão de acesso e identificação por biometria. Sendo que um deles deverá ser biométrico.

10.1.18.2. Deverão ser contemplados controles de acesso biométrico para todos os ambientes do DCMS e entre estes, tais como, acesso a antessala, passagem da antessala para a sala de racks e para a sala de Telecom, acesso a salas técnica de refrigeração e acesso a sala de elétrica.

10.1.18.3. As portas de emergência somente poderão ser abertas de dentro para fora por barra ante pânico e por fora por acesso fechadura.

10.1.18.4. O controle de acesso deverá ser integrado ao banco de dados utilizado na solução de biometria de Contêiner Datacenter.

10.1.18.5. Identificação deverá ser 1:N, 1:1 ou ID + senha.

10.1.18.6. Deverá possibilitar detecção de dedo vivo que permite identificar tentativas de



fraude como a utilização de digitais falsas de silicone e gelatina.

10.1.18.7. O sistema deverá suportar de forma stand-alone ou em rede pelo menos 50 usuários.

10.1.18.8. Deverá informar ao sistema de controle se o uso foi autorizado ou não ao DCMS.

10.1.18.9. Deverá notificar, pelo menos, nome do usuário, data e a hora de acesso autorizado, ou para tentativa de acesso não autorizado, data e hora da tentativa do acesso.

10.1.18.10. A CONTRATADA deverá corrigir no prazo máximo de até 03 (três) dias corridos, a partir da comunicação que lhe for feita pelo CONTRATANTE, os defeitos, erros, deficiências e omissões eventualmente constatadas no período de garantia subsequente à homologação do sistema de Controle de Acesso, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, as quais poderão ser acompanhadas/homologadas pelo(s) representante(s) do CONTRATANTE. Caso os citados defeitos, erros, deficiências e omissões ocasionem algum nível de indisponibilidade, a TABELA DE SEVERIDADE E TEMPO DE ATENDIMENTO deverá prevalecer.

10.1.19. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE CFTV

10.1.19.1. A SOLUÇÃO deverá ser fornecida com sistema de vigilância (CFTV). As câmeras deverão ser instaladas de modo que seja possível cobrir toda a área interna e externa da SOLUÇÃO e o CONTRATANTE deverá ter acesso ao sistema de CFTV.

10.1.19.2. O sistema de CFTV de cada DCMS deverá contemplar:

10.1.19.2.1. DCMS TIPO 1: no mínimo, 06 (Seis) câmeras, sendo: 01 (uma) unidade em cada corredor (total de duas), 01 (uma) unidade na antessala, 01 (uma) unidade na sala de refrigeração, 01 (uma) unidade para o grupo motor gerador, e 02 (duas) unidade para as áreas externas ao DCMS.

10.1.19.2.2. DCMT TIPO 2: O sistema de CFTV de cada DCMS-O deverá contemplar, no mínimo, 3 (três) câmeras, sendo: 01 unidade interna e 02 para as áreas externas ao DCMS.

10.1.19.3. O sistema de CFTV fornecido pela CONTRATADA deverá contemplar:

10.1.19.3.1. Sistema de gerenciamento e gravação de até 16 (dezesesseis) câmeras IP resolução 1080p 20 fps para o DCMS TIPO 1 e 08 (Oito) câmeras IP resolução 1080p 20 fps para o DCMS TIPO 2;

10.1.19.3.2. Possuir resolução de saídas de vídeo de 1920 x 1080;

10.1.19.3.3. Possuir as saídas de vídeo: 1 de HDMI e 1 VGA;

10.1.19.3.4. Suportar compressão de vídeo H.264 e MJPEG;

10.1.19.3.5. 2 portas USB;

10.1.19.3.6. Suportar divisão de tela para visualização de várias câmeras ao mesmo tempo;

10.1.19.3.7. Armazenamento de vídeos em resolução de 1080p a 12 fps por câmera, por pelo menos 60 (sessenta) dias e capacidade de gravação remota por rede das



imagens em um servidor ou storage da CONTRATANTE externo ao DCMS.

10.1.19.3.8. Buscar gravação por data/hora com precisão por segundos, por tipo de evento, regular e ou detecção de movimento;

10.1.19.3.9. Possibilitar reprodução rápida, pausa, parar, retrocesso, reprodução lenta, tela cheia, e seleção do arquivo para backup;

10.1.19.4. O sistema de circuito fechado de TV – CFTV tem como principal objetivo possibilitar o monitoramento de vários locais em um único ponto, centralizando o gerenciamento e facilitando a tomada de decisões.

10.1.19.5. As câmeras IP de captura deverão ser coloridas (tipo infravermelho) e possuir as seguintes características mínimas:

10.1.19.5.1. Resolução de 2mp colorida;

10.1.19.5.2. Sensor de movimento;

10.1.19.5.3. Lente varifocal 2,8 ~12 mm;

10.1.19.5.4. Iluminação mínima: 0,1 lux;

10.1.19.5.5. Codec H.264 e MJPEG;

10.1.19.5.6. Pixel efetivo 1920x1080p / 30fps;

10.1.19.5.7. IR inteligente de 20m;

10.1.19.5.8. Proteção IP66;

10.1.19.5.9. Função WDR;

10.1.19.5.10. Distância focal mínima de 30m;

10.1.19.5.11. Foco automático;

10.1.19.5.12. Deverá possibilitar a atualização de software e firmware através de software do fabricante da câmera, com disponibilização das versões de firmware pelo fabricante dos equipamentos via web se possível.

10.1.19.6. O sistema de monitoramento deverá ser visualizado através de navegador web recente.

10.1.19.7. A CONTRATADA deverá corrigir no prazo máximo de até 03 (três) dias corridos, a partir da comunicação que lhe for feita pelo CONTRATANTE, os defeitos, erros, deficiências e omissões eventualmente constatadas no período de garantia subsequente à homologação do sistema de CFTV, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, as quais poderão ser acompanhadas/homologadas pelo(s) representante(s) do CONTRATANTE. Caso os citados defeitos, erros, deficiências e omissões ocasionem algum nível de indisponibilidade, a TABELA DE SEVERIDADE E TEMPO DE ATENDIMENTO deverá prevalecer.

10.1.20. CARACTERÍSTICAS DO CABEAMENTO ESTRUTURADO E ÓTICO

10.1.20.1. O cabeamento de rede a ser utilizado para a migração do *DATA CENTER* atual para o DCMS deverá ser provido pela CONTRATADA. A infraestrutura que irá receber o “Cabling” deverá estar presente na SOLUÇÃO.



10.1.20.2. O cabeamento estruturado deverá ser suportado por eletrocalhas separadas dos cabos ópticos e devem ser instalados de forma a facilitar a passagem dos cabos e evitando sobreposições;

10.1.20.3. O cabeamento lógico deverá fazer parte da SOLUÇÃO, não sendo necessários materiais adicionais para sua implementação e utilização.

10.1.20.4. O projeto de cabeamento deverá prever a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica e o AS-BUILT, o qual deverá apresentar toda a documentação do projeto (plantas, planilhas, relatórios, etc.) atualizada com todas as alterações realizadas no decorrer dos serviços.

10.1.20.5. Deverá estar previsto a instalação de no mínimo 24 pontos de rede por rack de TI, certificados CAT6a Blindado no DCMS, para conexão dos equipamentos de TI da CONTRATANTE a serem hospedados no mesmo.

10.1.20.6. Deverá estar previsto a instalação de 12 pontos FO multimodo OM4 para cada rack de TI, para conexão dos equipamentos de TI da CONTRATANTE a serem hospedados no mesmo.

10.1.20.7. A CONTRATADA deverá prover todo o cabeamento estruturado CAT6a Blindado ou superior, conforme normas EIA/TIA 568-B e ABNT NBR-14565, incluindo infraestrutura, cabeamento, conexões, painéis conforme especificações de projeto, a fim de atender a instalação e funcionamento dos equipamentos a serem hospedados no DCMS.

10.1.20.8. O cabeamento horizontal deverá ser composto por cabos UTP ou superior, Tomadas RJ-45, Patch Panel, Patch Cord e Line Cord.

10.1.20.9. Como o objetivo de economizar espaço sobre nos racks, o projeto deverá contemplar cabeamento do tipo “topo de rack” se utilizando dos 2 (dois) Us superiores dos racks, que para tanto deverão ser de 44U. Os Patch Panel deverão ser instalados em rack centralizado em local que melhor atender a solução e deverão ser do tipo “angular” uma vez que estes ocupam um espaço menor por porta ativa.

10.1.20.10. A certificação deverá ser feita para 100% dos pontos, não sendo admitida certificação por amostragem. Deverá ser executada assim que concluído todo o cabeamento estruturado.

10.1.20.11. A certificação deverá ser realizada com equipamento compatível com a categoria do cabeamento instalado, de acordo com as normas ANSI/TIA/EIA 568 B.2-1, no padrão Permanent Link.

10.1.20.12. Todos os materiais utilizados deverão estar em conformidade com as normas nacionais e internacionais pertinentes e serem compatíveis com as aplicações especificadas em projeto. As especificações apresentadas nesta secção poderão ser complementadas por planilhas e documentos anexos.

10.1.20.13. Com o objetivo de garantir a qualidade e desempenho de toda rede, todos os componentes passivos da rede (cabos UTP, Patch-Cord, Line Cord, Conectores, patch panel) deverão ser do mesmo fabricante, visto que nenhum fabricante certifica e fornece



garantia estendida para soluções de cabeamento com componentes que não sejam os de sua linha de produtos.

10.1.20.14. Todos os componentes deverão ser de qualidade assegurada e fabricantes reconhecidos.

10.1.20.15. Todas as conexões deverão ser realizadas com acessórios apropriados, não sendo permitida a realização de adaptações.

10.1.20.16. Deverá ser considerado o fornecimento de patch cords em número suficiente para interligação de elementos à rede no momento do moving dos equipamentos de TI e Rede da CONTRATADA.

10.1.20.17. Deverá ser fornecido sistema de cabeamento estruturado para todos os racks do DCMS.

10.1.20.18. A CONTRATADA deverá corrigir no prazo máximo em 24 (vinte e quatro) horas corridas, a partir da comunicação que lhe for feita pelo CONTRATANTE, os defeitos, erros, deficiências e omissões eventualmente constatadas no período de garantia subsequente à homologação das instalações, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, as quais poderão ser acompanhadas/homologadas pelo(s) representante(s). Caso os citados defeitos, erros, deficiências e omissões ocasionem algum nível de indisponibilidade, a TABELA DE SEVERIDADE E TEMPO DE ATENDIMENTO deverá prevalecer.

10.1.21. LICENÇAS DE SOFTWARES

10.1.21.1. Fazem parte dos entregáveis, quaisquer licenças de software necessárias para o funcionamento dos recursos da SOLUÇÃO tais como licenças de módulos de softwares embarcados nos equipamentos tais como sistema de CFTV, sistemas de monitoramento remoto, sistema de detecção e combate a incêndio, sistemas de medição de energia e de alerta de falhas, excetuando qualquer licença de Software referente ao funcionamento de equipamentos de TI (como servidores, storages, switches, etc) que possam vir a ser instalados no ambiente de DCMS, incluindo sistemas operacionais, sistemas de gerenciamento de bancos de dados, etc.

10.1.21.2. As licenças de software que sejam compostas na SOLUÇÃO deverão ser fornecidas em caráter perpétuo e definitivo.

10.1.21.3. Durante o período de garantia, estas licenças poderão ficar em posse da CONTRATADA, porém ao final deste período as licenças necessárias para o funcionamento dos recursos da SOLUÇÃO deverão ter sua posse transferida e deverão ser disponibilizadas em perfeito funcionamento operacional.

10.2. POSTO DE TRANSFORMAÇÃO

10.2.1. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA

10.2.1.1. Deverá ser entregue instalado e operacional um conjunto de 01 (Um) transformador do tipo seco de media tensão, trifásico, potência capaz de atender a toda a



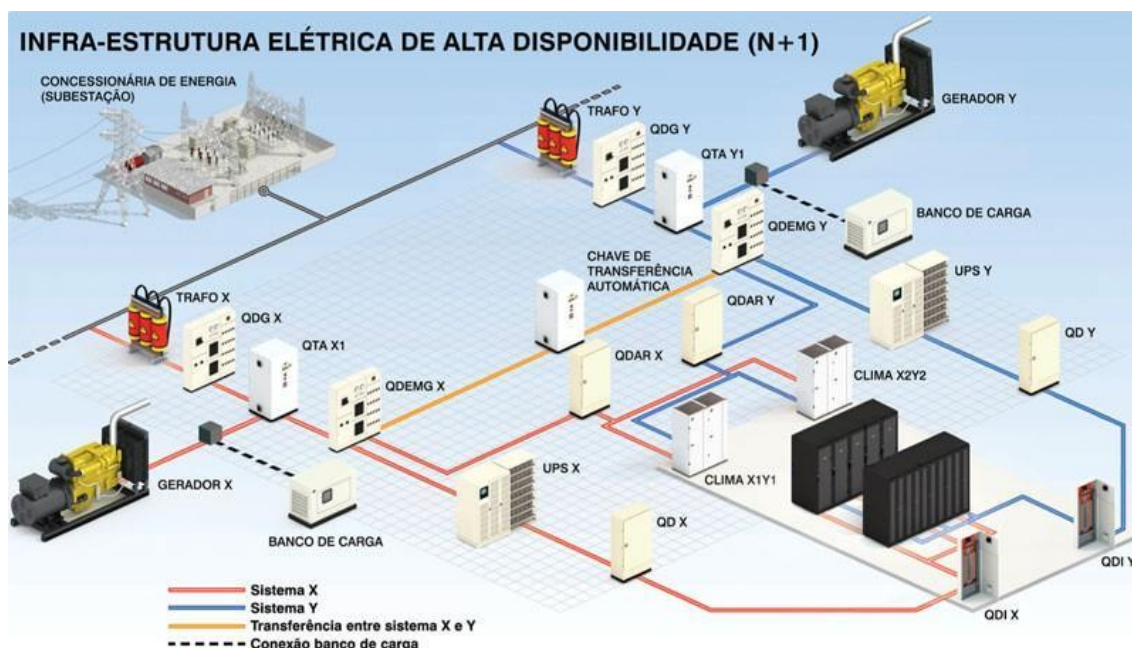
solução e com pelo menos o triplo da capacidade estimada em kVA para os racks de TI e Rede, bem como chave de transferência, quadro de energia e demais instalações elétricas, mesmo que não expressamente mencionadas neste termo, necessários a perfeita instalação e funcionamento de toda a solução e seus requisitos conforme norma TIA 942 no nível/ Tier 2 contratado.

10.2.1.2. A SOLUÇÃO deverá possuir 1 (uma) entrada de alimentação A/C em redundância, que serão conectadas a duas entradas nos módulos de UPS, garantindo a redundância de alimentação elétrica em caso de falha no fornecimento de energia

10.2.1.2.1. A SOLUÇÃO deverá ser tal que possua 01 (um) alimentador de concessionária em média tensão conectado a 01 (um) transformador de 380V, em paralelo a 01 (uma) entrada formada por 01 (um) alimentador proveniente do grupo gerador a ser fornecido na SOLUÇÃO. Esta entrada será comandada por 01 (um) quadro de transferência automática (QTA), 01 (um) quadros de distribuição de baixa tensão, 02 (dois) quadros de alimentação de PDU e A/Cs com entrada e saída dual, 04 (quatro) linhas de alimentação para o DCMS TIPO 1 e 02 (duas) linhas de alimentação para o DCMS TIPO2, PDU dual em todos os racks e Sistema Static Auto Tie anterior, ou solução equivalente, e posterior aos UPS de tal maneira que apenas 02 (dois) circuitos alimentem a SOLUÇÃO de DCMS, esta tecnologia deve permitir o cruzamento das linhas de alimentação "X" e "Y" á "montante" (antes) dos No-breaks deverão ser com tipo "QTA" (quadro de transferência automático), e o cruzamento das linhas "X e "Y" á "jusante" (depois) dos No-breaks deverão ser feitas, com chave estática que garanta a transferência em menor ou igual a 4ms. Todos os no-breaks deverão possuir chaves mecânicas para manutenção de forma a isolar totalmente dos circuitos alimentadores e de fornecimentos. Sendo que em caso de necessidade, um único gerador deverá suportar a carga total do DCMS.

10.2.1.2.2. No intervalo de tempo, entre o instante da interrupção do fornecimento de energia pela concessionária e o momento em que os geradores estarão em condições de assumir a carga elétrica da SOLUÇÃO, os equipamentos TIC serão atendidos pelos 02 (dois) UPS, um para a linha de alimentação X e outro para a linha de alimentação Y. Sendo que um único UPS e um único gerador deverão suportar a carga total de TI.

10.2.1.2.3. Para o DCMS TIPO 2 a SOLUÇÃO deverá seguir as especificações, contemplando somente a linha X ou a linha Y do diagrama abaixo:



10.2.1.3. Será de total responsabilidade da CONTRATADA intermediar, junto à concessionária de energia elétrica, a divisão (seccionar) da rede para atender a infraestrutura solicitada neste Projeto.

10.3. ADAPTAÇÕES CIVIS

10.3.1. A CONTRATADA deverá realizar, conforme norma ABNT NBR 6484:2001, análise do solo através da sondagem à percussão (ensaio SPT), cujo objetivo é fornecer informações sobre as características do terreno, como: tipo de solo (argila, areia, rocha, etc.), as camadas que constituem os solos, suas resistências, altura do lençol freático, comportamento do solo quando carregado, entre outras características que permitirão definir e dimensionar as adaptações necessárias a perfeita implementação do projeto especificado neste Projeto Básico.

10.3.2. A CONTRATADA deverá apresentar relatório completo contendo planta com a locação dos pontos onde foram, efetivamente, feitos os furos e os resultados obtidos, como a localização do lençol freático. A CONTRATADA será responsável pela contratação se necessário de um engenheiro geotécnico ou de um geólogo.

10.3.2.1. Deverá ser considerado no escopo da SOLUÇÃO, a execução dos serviços civis necessários para a implementação, conforme abaixo:

10.3.2.1.1. Execução de plataforma para acomodação do DCMS e GMCs, em dimensões que comportem os mesmos mais uma área ao seu entorno de no mínimo 60 (sessenta) centímetros, com no mínimo 20 (vinte) centímetros de altura, com base de concreto armado, sobre superfície nivelada, com sistema de captação, retenção e escoamento de água, caixas de passagem para energia elétrica e rede de dados;

10.3.2.1.2. Execução de Rampa de Acesso a Plataforma com corrimão e em concreto com inclinação máxima de 12%;



10.3.2.1.3. Construção de canaletas enterradas, em concreto ou Canaflex, para passagem de cabeamento ótico e elétrico, objetivando conectar a rede de dados da CONTRATANTE com o DCMS.

10.3.2.1.4. Qualquer outra adaptação necessária para a entrega do DCMS, como por exemplo – mas não se limitando a estes – deverão estar contempladas no projeto, tais como a eventual remoção de muros e entulho, retirada de portão, aterros, recuperação de grama, etc, e deverão correr por conta da CONTRATADA.

10.3.2.1.5. As conexões entre GMG e o DCMS, deverão ser realizadas por uma solução capaz de resistir a agressões, intempéries, inundação e incêndio. Não poderá existir nenhum cabo aparente, seja elétrico ou de dados.

10.3.2.1.6. As conexões elétricas e lógicas com o prédio sede devem ser independentes, subterrâneas e/ou áreas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a construção, passagem de cabos e interconexão elétrica e lógica à infra do prédio sede que podem estar a até 100 (cem) metros de distância.

10.4. SISTEMA DE GRUPO MOTOR GERADORES (GMG)

10.4.1. A SOLUÇÃO para o DCMS TIPO 1 deverá ser composta por 01 (uma) unidades de GMG, para o DCMS, movidos a diesel com capacidade mínima de pelo menos 90 kVA;

10.4.2. A SOLUÇÃO para o DCMS TIPO 2 deverá ser composta por 01 (uma) unidade de GMG, para o DCMS, movidos a diesel com capacidade mínima de pelo menos 60 kVA

10.4.3. A finalidade do GMG é o provimento de energia ao DCMS em caso de interrupção do fornecimento regular de energia pela Concessionária de Energia Elétrica. A duplicidade do sistema é necessária para que seja possível manter um plano de contingência e de processos de prevenção, e assim, reduzir os riscos de indisponibilidade de energia elétrica que podem afetar a disponibilidade do DCMS e dos serviços que serão providos através dos sistemas (software e hardware) suportados pelo DCMS.

10.4.4. Os GMG's diesel deverão ser instalados, obrigatoriamente, sobre base de concreto e em local definido pela CONTRATANTE.

10.4.5. Deverão fornecer 380VAC em circuito trifásico - em cabine super silenciada, para proteção de intempéries e para isolamento acústico, incluindo QTA, catalisador, tubulação de descarga de gases, tanque de combustível, controle eletrônicos e demais acessórios.

10.4.6. Deverão ser carenados com sistema de silenciamento de no máximo 84 decibéis a um metro e meio e devem possuir oxi-catalizador.

10.4.7. Deverá ser fornecida e instalada a chave de transferência automática.

10.4.8. As duas unidades de GMG, para cada DCMS, deverão ser conectadas em linhas totalmente separadas, com transformadores independentes de forma a garantir que qualquer sinistro em uma das linhas de alimentação não afete a outra linha.

10.4.9. Deverá ser realizado o intertravamento elétrico e mecânico entre as chaves comutadoras de entrada correspondentes a cada unidade de GMG, e as chaves comutadoras de interligação



dos barramentos (TIE).

10.4.10. O sistema de geradores deverá possuir todas as impermeabilizações necessárias para contenção de eventuais vazamentos de fluidos e combustíveis possuindo bandeja coletora de fluidos e calha de coleta de fluidos na base de sustentação dos GMCs.

10.4.11. O provimento do combustível fica a cargo da contratante.

10.5. MOVING (MOVIMENTAÇÃO FÍSICA DOS EQUIPAMENTOS DE TI) DCMS TIPO 1 e TIPO 2

10.5.1. A CONTRATADA deverá efetuar o MOVING, que é a movimentação física e lógica dos equipamentos de TI e Rede da CONTRANTE, do *DATA CENTERS* atual da CONTRATANTE, para o DCMS que será instalado em sua sede em local a ser definido pela CONTRATANTE.

10.5.2. O MOVING envolve a execução de trabalhos especializados para garantir a integridade física e lógica dos equipamentos, bem como a preservação dos serviços de TIC, suportados por esses equipamentos, durante todo o processo de mudança do DCMS.

10.5.3. A CONTRATADA deverá planejar e executar a retirada, acondicionamento, transporte apropriado e instalação física, no DCMS, dos equipamentos a serem migrados e que, atualmente estão instalados no *DATA CENTER* da CONTRATANTE.

10.5.4. A CONTRATADA será responsável pelo mapeamento completo e migração de todas as interconexões de cabeamento par metálico e fibras óticas dos DCMS atuais.

10.5.5. A CONTRATADA fará um levantamento dos equipamentos hoje existentes e fará um layout da disposição destes equipamentos nos DCMS.

10.5.6. Todos os materiais necessários, incluindo cabos de par metálico e fibras óticas, bem como fusões em fibras e mão de obra serão responsabilidade da CONTRATADA, não acarretando em nenhum ônus a CONTRATANTE.

10.5.7. A implementação tanto da migração dos equipamentos quanto da parte de conectividade somente será realizada após a aprovação do plano de migração pela CONTRATANTE.

10.5.8. A reinicialização dos equipamentos movidos durante essa tarefa será de responsabilidade da CONTRATADA.

10.5.9. A reinicialização lógica dos sistemas de TIC hospedados nos equipamentos movimentados, após a execução do MOVING, será de responsabilidade do CONTRATANTE.

10.5.10. A CONTRATADA deverá efetuar a retirada, acondicionamento apropriado, transporte e instalação física no DCMS dos equipamentos hoje instalados nos *DATA CENTERS* da CONTRATANTE. A retirada dos equipamentos deverá ser feita nos dias e horários determinados pela CONTRATANTE e comunicada à CONTRATADA com no mínimo 15 dias de antecedência à janela escolhida.

10.5.11. O MOVING poderá ser feito em até 02 (duas) etapas, onde cada etapa poderá ter duração máxima de até 02 (dois) dias, e deverá ser realizado em datas e horários determinados pela CONTRATANTE.

10.5.12. A lista de equipamentos a serem migrados para os DCMSs e os demais detalhes da migração, serão fornecidos pela CONTRATANTE no planejamento da migração e contemplará



todos os equipamentos da CONTRATANTE em volume condizente com o número de racks da solução especificada neste Projeto Básico.

10.5.13. As datas e horários para o MOVING serão aqueles que representarem menor impacto à CONTRATANTE, devido a interrupção dos serviços de TIC mantidos pelos equipamentos objeto da movimentação do *DATA CENTER*, ou seja, períodos fora de expediente comercial, final de semana e/ou feriados, além de horários noturnos.

10.5.14. O MOVING deverá contemplar, pelo menos, a execução das seguintes atividades descritas nos itens a seguir:

10.5.14.1. Levantamento e análise da situação existente;

10.5.14.2. A CONTRATADA deverá realizar visita técnica nas instalações dos atuais *DATA CENTERS* da CONTRATANTE, objetivando a realização de:

10.5.14.3. Levantamento fotográfico;

10.5.14.4. Levantamento do layout físico das instalações;

10.5.14.5. Levantamento da topologia física da rede;

10.5.14.6. Inventário dos equipamentos existentes nos atuais *DATA CENTERS*;

10.5.14.7. Levantamento das dimensões físicas e peso dos equipamentos;

10.5.14.8. Levantamento do plano de face dos racks;

10.5.14.9. Análise de posicionamento dos racks para operação e garantia;

10.5.14.10. Análise do alojamento de equipamentos nos racks;

10.5.14.11. Análise do estado físico dos equipamentos;

10.5.14.12. Levantamento da ordem de desligamento e religamento dos equipamentos;

10.5.14.13. Levantamento da prioridade de religamento dos equipamentos;

10.5.14.14. Identificação, em conjunto com a CONTRATANTE, dos sistemas considerados críticos;

10.5.14.15. Identificação, em conjunto com a CONTRATANTE, de eventuais pendências que possam existir no novo ambiente tecnológico, com posterior elaboração de relatório a ser encaminhado às áreas competentes;

10.5.14.16. Catalogação dos servidores de acordo com seu grau de criticidade;

10.5.14.17. Identificação dos equipamentos que apresentam problemas técnicos;

10.5.14.18. Deverão ser inventariados todos os equipamentos envolvidos na mudança;

10.5.14.19. Deverá ser realizado teste de conectividade entre o container e a sala de teleprocessamento;

10.5.14.20. Deverá ser entregue relatório de providências cabíveis para correção desvios antes da movimentação;

10.5.14.21. Deverá ser elaborado documento detalhado todos os riscos da operação específica;

10.5.14.22. Deverá ser definido junto a SUSEM/SUINF/SUEMA, a estratégia da mudança;

10.5.14.23. Deverá ser informado, para aprovação da CONTRATANTE o cronograma e o pessoal envolvido da CONTRATADA;



- 10.5.14.24. Deverão ser etiquetados pela CONTRATANTE todos os equipamentos e dispositivos envolvidos na movimentação;
- 10.5.14.25. Deverão ser instalados os equipamentos, assim como conectados e organizados todos os cabos inerentes aos equipamentos, conforme documento gerado de Face;
- 10.5.14.26. Deverão ser ligados os equipamentos e realizados testes de serviço;
- 10.5.14.27. Deverá ser desenhado o diagrama novo de rede, com Face dos switches.
- 10.5.14.28. Identificar e entregar relatório para que a CONTRATANTE providencie a correção de todos os problemas identificados.
- 10.5.14.29. Elaborar e entregar desenhos, utilizando software apropriado, da disposição dos equipamentos nos racks do DCMS, contendo a descrição das instalações físicas de rede de dados e de energia.
- 10.5.14.30. Análise de risco da mudança;
- 10.5.14.31. Elaboração de documento detalhando todos os riscos inerentes ao processo de movimentação (MOVING);
- 10.5.14.32. Classificação dos riscos identificados;
- 10.5.14.33. Definição das ações sobre os riscos classificados, junto à equipe da CONTRATANTE, para adequação da melhor estratégia de mudança.
- 10.5.14.34. Plano do MOVING:
- 10.5.14.34.1. O plano de MOVING deverá conter, além dos itens citados acima, o cronograma da mudança e os recursos técnicos envolvidos. O plano de MOVING deverá ser submetido à análise e aceite pela CONTRATANTE.
- 10.5.14.34.2. A pedido do CONTRATANTE o Moving de cada DCMS poderá ser executado em etapas a serem acordadas com a CONTRATADA.
- 10.5.14.34.3. Desmontagem dos equipamentos:
- 10.5.14.34.4. Identificação dos equipamentos e acessórios, inclusive cabos, com etiquetas de fácil remoção, com iconografia de fácil entendimento, objetivando, de acordo com a desmontagem e montagem;
- 10.5.14.34.5. Desconexão dos cabos dos equipamentos, incluindo cabos de energia, seguindo ordem de desligamento e prioridade;
- 10.5.14.34.6. Retirada dos equipamentos dos racks, incluindo desmontagem dos trilhos, seguindo ordem de desligamento e prioridade;
- 10.5.14.34.7. Desmontagem dos servidores e equipamentos de armazenamento de dados;
- 10.5.14.34.8. Execução de limpeza externa dos equipamentos utilizando produtos adequados;
- 10.5.14.34.9. Execução de limpeza interna através de aspiração, quando possível, ter acesso ao interior do equipamento;
- 10.5.14.34.10. Embalagem individual dos equipamentos e acessórios com material



antiestático e acondicionamento em caixas especiais;

10.5.14.34.11. Controle de saída dos equipamentos.

10.5.14.34.12. Montagem e religamento dos equipamentos;

10.5.14.34.13. Controle de entrada dos equipamentos;

10.5.14.34.14. Desembalagem dos equipamentos;

10.5.14.34.15. Montagem dos equipamentos nos racks do DCMS;

10.5.14.34.16. Conexão dos cabos, inclusive de energia, dos equipamentos conforme topologia determinada no Plano de Migração;

10.5.14.34.17. Conferência do posicionamento dos equipamentos nos racks e conexão do cabeamento;

10.5.14.34.18. Inicialização elétrica dos equipamentos;

10.5.14.34.19. Acompanhamento da inicialização dos equipamentos;

10.5.14.34.20. Acompanhamento da realização de testes dos sistemas;

10.5.14.34.21. Verificação e correção de possíveis problemas técnicos, relacionados à instalação da infraestrutura elétrica e de rede de dados, em conjunto com a equipe da CONTRATANTE, que possam surgir no momento de inicialização dos equipamentos no DCMS;

10.5.14.34.22. Realizar testes de homologação física e lógica do conjunto de equipamentos em operação simulada;

10.5.14.34.23. Realizar os testes de homologação da alta disponibilidade e continuidade de processamento automáticos entre os sites da CONTRATANTE, em operação simulada.

10.5.14.34.24. Documentação final:

10.5.14.34.25. Fotografia do ambiente instalado no DCMS;

10.5.14.34.26. Elaboração de desenhos finais do novo ambiente, contemplando os ajustes e modificações ocorridas;

10.5.14.34.27. Entrega de documentações em formato eletrônico, sendo:

10.5.14.34.28. Textos e documentos em MS-Word (.doc ou .docx)

10.5.14.34.29. Desenhos técnicos e Layouts em AutoCAD (dwg).

10.5.14.34.30. Suporte pós mudança:

10.5.14.34.31. Disponibilização pela CONTRATADA, de pessoal técnico qualificado, de forma presencial período de 05 (cinco) dias úteis, para apoiar a equipe técnica da CONTRATANTE, em reparos e configurações no novo ambiente do DCMS.

10.5.14.34.32. A execução do MOVING se restringe aos equipamentos incluídos e definidos no escopo especificado no Plano do Moving, não sendo possível a elaboração de outro plano para serviço de Movings posteriores, mesmo que os equipamentos definidos não preencham, em sua totalidade, os Racks ativados no DCMS.

10.5.14.34.33. Dada a importância, potencial de prejuízo e complexidade desta



atividade, a LICITANTE deverá comprovar sua capacidade técnica através de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica em projetos de Moving de equipamentos de TI e Rede identificando claramente que os serviços foram prestados “sem nada que os desabone” e “minimizando interrupções do serviço” e que cite pelo menos o MOVING de ativos de TI e Rede tais como Servidores, Storage, Backup e Switches.

10.6. TREINAMENTO

10.6.1. O objeto do treinamento serão todos os equipamentos e programas disponibilizados na solução, contemplando: DCMS e seus componentes tais como: sistema de resfriamento, combate a incêndio, UPS, e demais itens tais como: grupo motor gerador, monitoramento e o que mais a CONTRATADA achar pertinente.

10.6.2. Integração de funcionários diretos e indiretos para treinamento de funcionamento do DCMS e seus diversos componentes de infraestrutura. Simulações de emergências e soluções.

10.6.3. Serão treinados até 10 (dez) pessoas em uma turma de 10 (dez) alunos.

10.6.4. O treinamento deverá conter carga horária mínima 16 (dezesseis) horas, será suficiente para englobar todo o conteúdo programático sugerido pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE.

10.6.5. O treinamento deverá ser realizado em horário comercial, de segunda a sexta, em datas a serem definidas pela CONTRATANTE.

10.6.6. O treinamento será realizado nas instalações da CONTRATANTE ou local por ela indicado, na mesma cidade de instalação do DCMS.

10.6.7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

10.6.7.1. O conteúdo programático deverá ser aprovado previamente pela CONTRATANTE.

10.6.7.2. O treinamento deverá capacitar o uso de todas as funcionalidades da SOLUÇÃO.

10.6.7.3. O idioma utilizado nos cursos e recursos didáticos deverá ser necessariamente o Português.

10.6.7.4. O treinamento deve incluir aulas práticas em um ambiente com as configurações compatíveis com o SOFTWARE que será fornecido a CONTRATANTE.

10.6.7.5. Deverão ser fornecidos os materiais impressos abrangendo todas as funcionalidades da SOLUÇÃO para cada participante, além de uma cópia em meio magnético.

10.7. GARANTIA

10.7.1. CARACTERÍSTICAS DA GARANTIA DA SOLUÇÃO

10.7.2. Deverá ser projetado para, no mínimo, 10 (dez) anos de continuidade sendo que a CONTRATADA deverá prover extensão de garantia durante todo este período, se a CONTRATANTE assim exigir;

10.7.2.1. A SOLUÇÃO deverá ter garantia total de 36 (trinta e seis) meses para todos os itens, incluindo todos os componentes e equipamentos que compõe a SOLUÇÃO, sendo



que a garantia deverá ser “on site”, isto é, no local onde os itens estiverem instalados, contados a partir da emissão do termo de aceitação final do DCMS.

10.7.2.2. Os serviços de garantia deverão incluir o fornecimento de todos os materiais, produtos, insumos, equipamentos, ferramentas, infraestrutura, peças de reposição originais;

10.7.2.3. A Garantia engloba além do DCMS, todos os demais itens deste Projeto Básico tais como Geradores, Adaptações civis, cerca de perímetro e qualquer outro item aqui contemplado.

10.7.2.4. Ficará a cargo da CONTRATADA pelo período total de garantia todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento do DCMS evitando paradas não programadas. Estes serviços devem contemplar plantão 24x7x365 para correções ou troca de peças ou consumíveis e ainda um plano de visitas regulares objetivando prevenir falhas eminentes de componentes.

10.7.2.5. A LICITANTE deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove sua capacidade para a Monitoria de ambientes DCMS em Tier 2 por pelo período de pelo menos 36 (trinta e seis) meses ininterruptos. Desta forma, este atestado deverá obrigatoriamente contemplar que o DCMS estava instalado atendendo todos os requisitos na norma TIA942 no Nível 2 / Tier 2 como o especificado neste Projeto Básico, era mantido em caráter preventivo e corretivo em regime contínuo (24x7x365).

10.7.3. Serão consideradas manutenções corretivas todas aquelas que implicam em parada parcial ou total do ambiente. As demais manutenções deverão ser executadas durante as visitas programadas.

10.8. CARACTERÍSTICAS DA SUPERVISÃO REMOTA-MONITORIA

10.8.1. O serviço de monitoria de todos os objetos desse Projeto Básico, ficará a cargo da CONTRATADA por 36 (trinta e seis) meses.

10.8.2. A SOLUÇÃO fornecida deverá permitir o monitoramento de suas condições ambientais, permitindo que o conjunto de SINISTROS TOTAIS (conforme glossário deste Projeto Básico) possa ser monitorado.

10.8.3. A monitoração deverá permitir a integração com os demais sistemas e deverá emitir alarmes na ocorrência de qualquer evento considerado anormal.

10.8.4. A SOLUÇÃO deverá ser capaz de enviar mensagens de e-mail para, no mínimo, 02 (dois) destinatários distintos, traps SNMP para um servidor de gerenciamento a ser configurado e ainda o envio de mensagens SMS para celulares a serem configurados.

10.8.5. A LICITANTE deverá comprovar através de Atestado de Capacidade Técnica que já entregou sistemas de monitoria que usam o protocolo SNMP e permitem envio de mensagens Locais, Web, SMS e e-mail, se a SOLUÇÃO necessitar, toda tecnologia para monitoração e alarmes deverá ser entregue pela CONTRATADA sem qualquer tipo de ônus ou necessidade de complementação pela CONTRATANTE.

10.8.6. A CONTRATADA deverá prover serviço de monitoramento do ambiente em regime 24x7x365 durante o período contratado, ficando a contratada responsável por notificar qualquer



variação dos sensores ou acesso/tentativa de acesso físico ao ambiente.

10.8.7. A CONTRATANTE deverá disponibilizar link IP com as devidas permissões para fins de monitoramento remoto

10.8.8. A CONTRATANTE deverá permitir que o estado dos parâmetros e alarmes do ambiente sejam transmitidos via TCP/IP até o ponto focal do gerenciamento, através de estrutura centralizada. Isto deverá trazer como principal benefício o registro de todas as ocorrências no ambiente protegido.

10.8.9. O SISTEMA deverá permitir que os operadores no centro de monitoração possam ser avisados se algum alarme ocorrer e tomar ciência do tipo de alarme ou origem em tempo real, com atualizações no máximo a cada minuto.

10.8.10. O sistema deverá disponibilizar para a CONTRATANTE acesso remoto ao console de monitoramento.

10.8.11. A janela principal deverá trazer as informações para configuração e alertas quanto à situação de sensores instalados em cada unidade de supervisão apresentada e um “flag” deverá acender caso haja o recebimento de um “trap” de alarme proveniente de alguma unidade de supervisão instalada.

10.8.12. Além do alarme visual, outras formas de alarmes devem poder ser caracterizadas, como um som e envio automático de e-mails.

10.8.13. O sistema deverá manter um “log” das informações coletadas pela duração do contrato.

10.8.14. O sistema deverá monitorar, no mínimo, os itens abaixo:

10.8.14.1. Sensores de temperatura com leitura em graus Celsius (oC);

10.8.14.2. Sensor de Tensão e Corrente (Volts e Amperes), com “set points” ajustáveis para valores máximo e mínimo independentes;

10.8.14.3. Sensor umidade relativa do ar com “set points” ajustáveis para valores máximo e mínimo independentes;

10.8.14.4. Indicador de abertura de porta;

10.8.14.5. Sensor de presença de líquido – instalado em pontos onde há o risco de vazamento ou invasão de líquidos;

10.8.14.6. Sinal de Detecção de incêndio – Contato fornecido pela central de detecção de incêndio para indicação de fumaça ou por detector óptico de fumaça próprio;

10.8.14.7. Status dos equipamentos de refrigeração;

10.8.14.8. Status do UPS;

10.8.14.9. Status do Gerador.

10.8.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais de comunicações para abertura e acompanhamento dos chamados de suporte. Esses podem ser, Central de Atendimento 0800 ou equivalente à ligação local, web ou e-mail.

10.8.16. Itens de verificação preventiva em:

10.8.16.1. Porta Corta-Fogo: Serviço de inspeção, verificação e troca dos elementos desgastados das vedações, dobradiças, almofadas, fechadura e molas de tensão do



fechamento automático. Verificação e teste dos eletroímãs e do micro switch. Alinhamento da porta e posicionamento na soleira.

10.8.16.2. Blindagens: Inspeção e fechamento de todas as blindagens corta-fogo para cabos de energia, voz, dados e tubulação. Abertura e fechamento de blindagens de cabos para a entrada de novos equipamentos.

10.8.16.3. Luminárias: Verificação e teste das funções de fechamento automático da Porta, alarmes, luzes, luzes de emergência e leds de sinalização. Verificação completa das luzes e luzes de emergência e substituição de lâmpadas e reatores eletrônicos quando necessário.

10.8.16.4. Pannel de controle: Verificação de: régua de bornes, fusíveis (F1, F2 e F3), interruptor, disjuntores, temperatura da fonte, tensão de alimentação, tensão de saída do trafo e da fonte, tensão das baterias e da carga das baterias, funcionamento das baterias, temporizadores, fusíveis de reserva, leds de sinalização, fechaduras do pannel, contadores e funcionamento de botoeiras. Limpeza do pannel (interna e externa), lubrificação de cilindros das fechaduras com grafite. Verificação da pintura, da placa de acrílico e do folheto com telefones de emergência.

10.8.16.5. Piso Elevado: Realinhamento e nivelamento do piso, inspeção dos pedestais e cruzetas, reforçar os pontos onde novos equipamentos pesados tenham sido introduzidos, trocar placas danificadas, realinhamento e aperto dos leitos aramados de suporte a cabos.

10.8.16.6. Sistemas de Energia: Os Sistemas de energia são compostos de diversos elementos interligados entre si. O objetivo das manutenções preventivas, programadas e corretivas é não permitir que em caso de falta de energia elétrica da concessionária, o DCMS e a operação de TI venham a parar. É um elemento fundamental da infraestrutura de TI, cujos serviços de manutenção garantem o suprimento contínuo e ininterrupto de energia alternativa incluindo todos os sistemas aqui fornecidos tais como transformação, geração de emergência, sistemas ininterruptos, sistema de distribuição e energia auxiliar, assim como os diversos componentes integrados deste sistema.

10.8.16.7. Quadros de Força: Checagem da corrente de alimentação e da tensão e reaperto de régua de bornes, barramentos e terminais. Verificação dos disjuntores plug-in.

10.8.16.8. Aterramento: Medição da resistência do aterramento e verificação do aterramento dos equipamentos e da malha.

10.8.16.9. Pontos de Energia: Verificar as tomadas dos equipamentos, fixar e apertar suportes e instalar ou mudar os pontos de energia.

10.8.16.10. UPS: Verificação de tensão e corrente de alimentação por fase, ajuste de voltímetro e amperímetro de entrada e saída, verificação de tensão e corrente de saída por fase, verificação dos disjuntores, reaperto de bornes e terminais.

10.8.16.11. Grupo Motor Gerador: Verificar nível de óleo e nível de água do sistema de arrefecimento, verificação do filtro de ar, das tubulações e válvulas, medição da tensão das baterias, partida nos geradores, verificação da tensão e frequência e verificação do pannel de comando.



10.8.16.12. Sistemas de Climatização: Este serviço mantém os sistemas de climatização redundantes, funcionando sem interrupções. Por ser esta uma parte da infraestrutura extremamente exigida do ponto de vista do esforço mecânico é um elemento crítico da operação que carece de atenção e manutenções periódicas para garantir sua disponibilidade. Equipamentos de climatização são compostos de vários subsistemas que necessitam de manutenção e, assim, todas as máquinas fornecidas deverão contar com, pelo menos, os seguintes serviços:

10.8.16.13. Circuito Frigorígeno – medição de pressão do compressor, verificação do óleo, de sua corrente e tensão, da resistência do cárter e substituir o compressor em caso de falência;

10.8.16.14. Verificar e substituir filtros, inspecionar válvulas e vazamentos de gás refrigerante e óleo. Se necessário, fazer recarga do gás refrigerante e a reposição de óleo;

10.8.16.15. Evaporador – verificação e troca dos filtros de ar, medição de tensão e corrente, ajuste da tensão das correias. Alinhamento de Polias, verificação de válvulas e vazamentos e limpeza geral;

10.8.16.16. Condensador – medição de corrente e tensão, das temperaturas de entrada e saída, verificação de termostato, limpeza e lavagem do trocador de calor;

10.8.16.17. Quadro de Comando – inspeção e reaperto dos quadros elétricos de alimentação;

10.8.16.18. Medição das temperaturas do Ambiente TI – verificação, substituição ou conserto, conforme tecnicamente recomendável, de todos os componentes do sistema de climatização, visando manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento.

10.8.16.19. Painel de Alarmes: Testar sinalização visual e sonora e o intertravamento com outros painéis. Verificar o cabeamento e apertar bornes e terminais.

10.8.16.20. Sistema de Detecção e Combate de Incêndio: Verificar os parâmetros de configuração e de alarmes. Inspecionar e trocar filtros de ar, Inspecionar tubulações, orifícios e suportes. Verificar o sistema de intertravamento com outros painéis de controle, medir a tensão das baterias, inspecionar a continuidade dos laços e a sinalização no painel. Testar detectores e fixá-los.

10.8.16.21. Combate de incêndio com gás: Testar o intertravamento com a detecção precoce e a convencional, testar os alarmes e mediar a pressão dos recipientes. Verificar as válvulas solenoides, os bicos difusores, a tubulação. Verificar a data do teste hidrostático do recipiente.

10.8.16.22. Supervisão Remota do Ambiente: Inspecionar o cabeamento dos alarmes, conectores de interligação, o painel frontal e a comunicação TCP/IP. Analisar e tirar o relatório do log de eventos no software de controle. Verificar todos os parâmetros de configuração, os sensores de temperatura, umidade e da porta. Análise e geração de relatório do log de eventos no software de controle.

10.8.17. Sem apresentar qualquer ônus a CONTRATANTE, a garantia deverá abranger a



cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, inclusive a substituição de peças, partes, componentes e acessórios.

10.8.18. A CONTRATADA deverá fornecer um cronograma com visitas de garantia preventiva, sendo no mínimo 01 (uma) visita por mês;

11. SEVERIDADE E TEMPO DE ATENDIMENTO

11.1. A forma de atendimento e o prazo de resolução de problemas no funcionamento da SOLUÇÃO estarão relacionados à severidade do incidente, conforme tabela abaixo:

SEVERIDADE	DESCRIÇÃO DO ESTADO DA SOLUÇÃO	IMPACTO	TEMPO DE ATENDIMENTO TELEFONICO EM MINUTOS	TEMPO MÁXIMO (em horas) DE RESOLUÇÃO APÓS ABERTURA PARA UMA SOLUÇÃO PARCIAL	TEMPO MÁXIMO (em horas) DE RESOLUÇÃO APÓS ABERTURA PARA UMA SOLUÇÃO DEFINITIVA
1	Indisponível	Alto	5	04	08
2	Parcialmente Indisponível	Médio	15	08	24
3	Baixo Desempenho	Baixo	30	24	48
4	Dúvidas	Baixo	30	48	72

11.2. O atendimento deverá seguir os seguintes procedimentos:

11.3. Quando a SOLUÇÃO estiver indisponível a ponto de afetar todos os serviços de TIC, com alto impacto sobre os processos de negócio da CONTRATANTE, a severidade do incidente será classificada como “1”, portanto o tempo de atendimento deverá ser imediato. O técnico deverá oferecer uma solução parcial em até três horas para CONTRATANTE. A resolução definitiva deverá ser feita em no máximo oito horas e o técnico somente deverá encerrar o atendimento após a resolução completa do incidente.

11.4. Quando a SOLUÇÃO estiver parcialmente indisponível, com possibilidade de afetar todos os serviços de TIC, com médio impacto sobre os processos de negócio da CONTRATANTE, a severidade do incidente será classificada como “2” e o tempo de atendimento deverá ser imediato. O técnico deverá oferecer uma solução parcial em até seis horas para CONTRATANTE. A resolução definitiva deverá ser feita em no máximo doze horas e o técnico somente deverá encerrar o atendimento após a resolução completa do incidente.

11.5. Quando a SOLUÇÃO estiver com problemas intermitentes ou que afetem o desempenho dos serviços de TIC, mas com baixo impacto sobre os processos de negócio da CONTRATANTE, a severidade do incidente será classificada como “3” e o tempo de atendimento deverá ser imediato. O técnico deverá oferecer uma solução parcial em até vinte e quatro horas para CONTRATANTE. A resolução definitiva deverá ser feita em no máximo trinta e seis horas e o técnico somente deverá



encerrar o atendimento após a resolução completa do incidente.

11.6. Quando a operação e garantia da SOLUÇÃO depender da resposta sobre questionamentos de sua utilização, cujas dúvidas não provoquem impacto sobre os processos de negócio da CONTRATANTE, a severidade do incidente será classificada como “4” e o tempo de atendimento deverá ser imediato. O técnico deverá oferecer uma solução parcial em até quarenta e oito horas para CONTRATANTE. A resolução definitiva deverá ser feita em no máximo quarenta e oito horas e o técnico somente deverá encerrar o atendimento após a resolução completa do incidente.

12. TROCA DE PEÇAS

As trocas de peças poderão ocorrer no próximo dia útil (NBD – Next Business Day) após a abertura do chamado técnico, desde que a SOLUÇÃO se mantenha operacional, disponível e sem problemas de desempenho.

13. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA)

13.1. A CONTRATADA deverá manter um SLA para a disponibilidade da SOLUÇÃO não inferior a 99,95% ao mês.

13.2. Se a CONTRATADA, por problemas alheios a CONTRATANTE, ou considerados injustificáveis pela mesma, não cumprir o compromisso de disponibilidade estipulado, será aplicado multa proporcional, referente à parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item “Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas no Projeto Básico do Edital”, conforme tabela abaixo:

Índice Exigido	Fórmula de Cálculo Índice de Disponibilidade
Maior ou Igual a 99,95	$\text{Índice de Disponibilidade} = 100 - ((\text{Minutos de indisponibilidades} / (\text{número dias mês} \times 60 \times 24)) \times 100)$

13.3. PENALIDADE

Índice de indisponibilidade	1º Ocorrência	2º Ocorrência	3º Ocorrência
Índice entre 99,94 e 99,00, redução de 50%	- Multa contratual de 10% sobre o valor proporcional	- Multa contratual de 20% sobre o valor proporcional devido à reincidência	- Multa contratual de 50% sobre o valor proporcional devido à reincidência - Possibilidade de cancelamento do contrato
Índice menor que 99,00, redução de 60%	- Multa contratual de 20% sobre o valor proporcional	- Multa contratual de 30% sobre o valor proporcional devido a reincidência	- Multa contratual de 60% sobre o valor proporcional devido à reincidência



			- Possibilidade de cancelamento do contrato
--	--	--	---

14. ENTREGA DA SOLUÇÃO

14.1. A CONTRATADA deverá entregar a SOLUÇÃO em local indicado pela CONTRATANTE, se responsabilizando por seu transporte até os locais de instalação, sua movimentação dentro das instalações da CONTRATANTE e sua fixação no local onde será ativado. Deverá também, prover o transporte das soluções aos locais indicados pela CONTRATANTE, bem como o(s) guindaste(s) necessário(s) para o içamento e colocação do DCMS sobre a plataforma de concreto.

14.2. O prazo de entrega, em funcionamento, da solução deverá ser de no máximo 150 (cento e cinquenta) dias a partir da aceitação do Projeto Executivo por parte da CONTRATANTE. O referido projeto será elaborado pela CONTRATADA após assinatura do Contrato, obedecendo ao cronograma de entrega a ser fornecido pela CONTRATADA. O prazo máximo de entrega do projeto executivo pela CONTRATADA será de 30 (trinta dias), sendo que este prazo, o prazo de aprovação do projeto executivo por parte da CONTRATANTE e o prazo do MOVING não estão contemplados no prazo de entrega de 150 (cento e cinquenta dias).

14.3. Penalidades e Multas estipuladas na forma a seguir:

14.3.1. Multa diária de 0,3% (três décimos de por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sem motivo de força maior ou alheio ao controle da CONTRATADA, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

14.3.2. Multa diária de 0,5% (cinco décimos de por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sem motivo de força maior ou alheio ao controle da CONTRATADA, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

14.3.3. As multas acima tem um limite máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

Os Containers serão instalados nas seguintes localizações:

- a) Container DCM 01 - sala no subsolo (Anexo D deste Projeto Básico)
- b) Container DCM 02 - Espaço externo na Garagem do STM (Anexo D deste Projeto Básico)

15. INSTALAÇÃO E ATIVAÇÃO DA SOLUÇÃO

15.1. A CONTRATADA deverá:

15.2. Instalar a SOLUÇÃO deixando-a totalmente funcional, incluindo a ativação de sua energização, aterramento, refrigeração, alarmes, dutos elétricos e hidráulicos, monitoramento e conectividade.

15.3. Inicializar os sistemas e sensores da SOLUÇÃO deixando-os ativos. Todos os sensores deverão ser conectados ao Switch de monitoração.

15.4. O console de monitoração deverá ser ativado, de modo que os sensores do DCMS possam ser monitorados local e remotamente.

15.5. Realizar os testes de contingência de alimentação de energia e de refrigeração.



- 15.6. Ativar o sistema de segurança e sua monitoração.
- 15.7. Realizar os testes de detecção de intrusão, de acesso, de fumaça e fogo.
- 15.8. O sistema de prevenção e combate a incêndio deverá ser calibrado e configurado.
- 15.9. Os alarmes sonoros e visuais, bem como o intervalo de tempo entre os alarmes antes da liberação do gás deverão ser configurados e testados.
- 15.10. As UPS, os geradores e o transformadores serão instalados e testados, para verificação e configuração do processo de continuidade de negócios. A CONTRATADA deverá simular uma queda de energia da concessionária, testando a funcionalidade desejada pela CONTRATANTE para a SOLUÇÃO. As baterias das UPS irão alimentar a SOLUÇÃO, fazendo o acionamento do gerador que assumirá o fornecimento de energia até que a concessionária retorne seus serviços normais.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. Prestar os serviços no prazo, quantidade e especificações solicitadas conforme as características descritas na sua proposta e no edital;
- 16.2. Observar as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE no que se refere à segurança (Política de Segurança da Informação) e sigilo dos dados manuseados, bem como no que é pertinente à documentação (Termo de Confidencialidade, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que tiverem acesso às dependências do CONTRATANTE, e aos que possuem acesso remoto);
- 16.3. Colocar, nos prazos contratados, os profissionais à disposição do CONTRATANTE para execução dos serviços;
- 16.4. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos e contribuições sociais em vigor, obrigando-se a saldá-los nas épocas próprias, haja vista que os empregados da CONTRATADA não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 16.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.6. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em caso de fiscalização e/ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 16.7. Manter garantia contra defeitos de hardware e software, inclusive atualização de versões dos programas instalados durante o período de 12 (doze) meses, sendo este determinado como Garantia;
- 16.8. A entrega e instalação de todo o material deverá ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias corridos a contar da aceitação do Projeto Executivo por parte da CONTRATANTE. O referido projeto será elaborado pela CONTRATADA após assinatura do Contrato,
- 16.9. Dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 16.10. Fornecer à CONTRATANTE, no ato da homologação dos serviços, os manuais de usuário, técnico e operacional (Produção), contendo, no mínimo, os seguintes documentos (caso se aplique):



diagrama entidade-relacionamento, dicionário de dados, diagrama de classes, diagrama de componentes, diagrama de atividades, diagrama de sequência, diagrama de casos de uso, descrição dos casos de uso, procedimentos para instalação, diagrama de implantação, interfaces utilizadas de outros sistemas, interfaces disponibilizadas para outros sistemas;

16.11. Manter durante o curso do contrato e após o seu término, o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda informação de qualquer natureza referente às atividades do CONTRATANTE, das quais venha a ter conhecimento ou às quais venha a ter acesso por força do cumprimento do contrato, não podendo sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, invocar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento da obrigação assumida por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais, nos termos da Lei 4.595 de 31/12/1964 e demais leis, permitindo ainda que o CONTRATANTE, a qualquer tempo, fiscalize o seu uso;

16.12. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos provocados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas na execução dos serviços objeto deste contrato, bem como nas instalações e demais bens de propriedade do CONTRATANTE;

16.13. Colaborar com o CONTRATANTE no desenvolvimento de qualquer procedimento de auditoria que o CONTRATANTE decida realizar na área de tecnologia, permitindo que auditores, sejam eles internos ou externos, a Área de Segurança de TI ou outros prepostos designados pelo CONTRATANTE tenham amplo acesso a dados, informações, equipamentos, instalações, profissionais e documentos que julguem necessários à conclusão de seu trabalho;

16.14. Caso seja detectado qualquer problema na homologação do objeto do contrato, em qualquer uma das funcionalidades, a CONTRATADA deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

16.15. A homologação da SOLUÇÃO e emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Ordem de Serviço, isto é, do Termo de Aceite de Atividade (Anexo A deste Projeto Básico), ocorrerá após a conclusão e aceitação de todos os testes do serviço pelo CONTRATANTE;

16.16. Responsabilizar-se pelos empregados que colocar à disposição do CONTRATANTE se for o caso, observadas as legislações trabalhistas e a Lei Previdenciária Social;

16.17. Não ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do CONTRATANTE;

16.18. É vedada a participação de consórcio em qualquer uma de suas formas;

16.19. Não subcontratar, total ou parcialmente, a execução das atividades constantes no objeto deste Projeto Básico, a não ser em obras civis ou não ligadas ao DCMS, e nestes casos, assumira total responsabilidade pela entrega e qualidade do serviço.

16.20. Manter a guarda dos equipamentos e demais bens de propriedade da CONTRATANTE, quando utilizados, permitindo que este, a qualquer tempo, fiscalize o seu uso.

16.21. Informar ao CONTRATANTE, no ato da apresentação da proposta ou em um prazo não superior a 24 horas, contadas a partir de quando o CONTRATANTE solicitar que sejam executadas nas suas instalações, os equipamentos mínimos e documentação necessária para a realização das atividades,



inclusive para execução de testes integrados e/ou homologação.

16.22. A CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Contingência atualizado (anualmente, no mínimo) para os casos de incidentes que prejudiquem o andamento normal dos serviços contratados, num prazo de 30 dias corridos da aprovação do projeto de implantação. O referido Plano será avaliado pela ótica da Continuidade de Negócio do CLIENTE, e deverá ser mantido atualizado, sendo entregue, a cada nova versão, ao CONTRATANTE.

16.23. A CONTRATANTE poderá validar ou não o Plano de Contingência da CONTRATADA. No caso de não validação a CONTRATANTE poderá solicitar alterações/mudanças no mesmo, sempre em acordo com a CONTRATADA.

16.24. A CONTRATANTE também poderá solicitar a criação de Plano para cobrir um incidente ainda não contemplado do Plano de Contingência da CONTRATADA.

16.25. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

16.26. Manter toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.27. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

16.28. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.29. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo CLIENTE, contado da sua notificação.

16.30. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pelo CLIENTE.

16.31. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

17. CONTRATANTE

17.1. Designar gestor que efetuará sua representação perante a CONTRATADA para determinação, avaliação, acompanhamento e aprovação dos serviços por ela realizados;

17.2. Colocar à disposição da CONTRATADA os equipamentos mínimos e documentação necessários para a realização das atividades quando estas forem executadas nas instalações do CONTRATANTE, com exceção das licenças de software necessárias para os serviços, tais como licenças de ferramentas de desenvolvimento e outras, as quais deverão ser providenciadas pela própria CONTRATADA;

17.3. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, no que diz respeito ao contrato;

17.4. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;



17.5. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

17.6. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

17.7. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

17.8. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

17.9. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

18. SIGILO DAS INFORMAÇÕES

18.1. A CONTRATADA obriga-se, durante o curso do Contrato e após o seu término, ao mais completo e absoluto sigilo com relação a toda informação de qualquer natureza referente às atividades do CONTRATANTE, das quais venha a ter conhecimento ou venha a ter acesso por força do cumprimento do presente Contrato, não podendo sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, invocar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento da obrigação assumida por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais, nos termos da Lei 4.595 de 31.12.1964 e demais leis correlatas;

18.2. "Informações Confidenciais" significam os dados ou informações confidenciais desenvolvidas ou adquiridas pelo CONTRATANTE ou pela Licitante vencedora e cuja divulgação ou utilização não autorizada, por qualquer das partes, poderá ser prejudicial a um ou a outro;

18.3. O CONTRATANTE e a Licitante vencedora tratarão sigilosamente todas as informações confidenciais, produtos e materiais que as contenham, não podendo ser copiados ou reproduzidos, publicados, divulgados ou de outra forma colocados à disposição, direta ou indiretamente, de qualquer pessoa, a não ser empregados e agentes do CONTRATANTE e/ou da Licitante vencedora que deles necessitem para desempenhar as suas funções no CONTRATANTE, sem que para tanto seja devido o consentimento prévio do CONTRATANTE ou comunicado da empresa vencedora;

18.4. As partes se obrigam a instruir sua equipe e prepostos a respeito das presentes disposições, as quais deverão ser observadas mesmo após o término ou cancelamento do futuro CONTRATO.

19. DIREITOS DE PROPRIEDADE, MARCAS, PATENTES E DIREITOS AUTORAIS

Quaisquer reproduções ou cópias de produtos e/ou bens e direitos cujos direitos de propriedade, marcas, patentes ou direitos autorais estiverem sob a responsabilidade da LICITANTE vencedora resultantes dos Serviços, incluindo documentação a eles correlata, em qualquer idioma, que forem desenvolvidos especificamente pela Licitante vencedora (para o CLIENTE) sob os dispositivos do futuro CONTRATO são de propriedade exclusiva do CONTRATANTE e deverão: (I) ser claramente designados como confidenciais, (II) incluir todas as marcas e indicações que façam referência ao proprietário, conforme apropriado, e (III) ter o mesmo grau de confidencialidade, proteção e legitimidade do original.



20. DOCUMENTAÇÃO E CERTIFICADOS TÉCNICOS DAS CONTRATADAS

O projeto deverá prever a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), e o AS BUILT, o qual deverá apresentar toda a documentação do projeto (plantas, planilhas, relatórios, etc.) atualizada com todas as alterações realizadas no decorrer dos serviços.

21. DOCUMENTAÇÃO E CERTIFICADOS TÉCNICOS DAS LICITANTES

21.1. A equipe técnica da LICITANTE deverá ser constituída de no mínimo de 01 (um) Engenheiro Eletricista, o qual deverá apresentar registro no CREA como responsável técnico da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica vinculado ao acervo técnico do CREA por execução de DCMS Tier 2 ou Nível 2, contemplando de forma explícita na instalação a redundância de Geradores, UPS, transformadores, QTAs, QGBTs e Quadros de Alimentação e que os UPS além de redundantes possuam Static Auto Tie ou sistema similar instalados antes e depois dos UPS.

21.2. A comprovação de que trata o item acima, deverá ser feita por meio da apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

21.2.1. Apresentação da cópia da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social demonstrando o vínculo empregatício entre a empresa licitante e o profissional;

21.2.2. Apresentação da cópia do contrato social, e/ou alteração e/ou consolidação, demonstrando o vínculo societário entre a empresa licitante e o profissional(sócio);

21.2.3. Apresentação da cópia do contrato de prestação de serviço com firma reconhecida em cartório competente, mantido entre a empresa licitante e o profissional.

21.3. Adicionalmente aos Atestados e Certificados exigidos neste Projeto Básico em itens específicos, serão exigidos das Licitantes:

21.3.1. Comprovação Técnica: As licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) exclusivamente em seu nome, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove o seu satisfatório e empenho anterior em fornecimento compatível com o(s) objeto(s) licitado(s), conforme itens descritos abaixo:

21.3.1.1. Data Center Modular Seguro Outdoor ou Container Data Center;

21.3.1.2. Compatível com classificação TIER 2 / Nível 2 da norma TIA-942, este atestado deverá estar registrado no acervo técnico do CREA.

21.3.1.3. Escalável em capacidade elétrica e de refrigeração;

21.3.1.4. Revestimento com Proteção contra Fogo por 120 minutos, no quesito Para-Chama (PC120) e 60 minutos no quesito Corta Fogo (CF60) e ainda resistência estrutural de 120 minutos e estanqueidade aos efeitos do fogo por 120 minutos;

21.3.1.5. A LICITANTE deverá comprovar através de Atestado de Capacidade Técnica já ter implementado em DCMS ou Container Data Center a tecnologia Static Auto Tie ou equivalente em UPS redundantes e com instalação anterior e posterior ao UPS.



21.3.1.5.1. Esta tecnologia deve permitir o cruzamento das linhas de alimentação “X” e “Y” á “montante” (antes) dos No-breaks deverão ser com tipo “QTA” (quadro de transferência automático), e o cruzamento das linhas “X e “Y” á “jusante” (depois) dos No-breaks deverão ser feitas, com chave estática que garanta a transferência em menor ou igual a 4ms. Todos os no-breaks deverão possuir chaves mecânicas para manutenção de forma a isolar totalmente dos circuitos alimentadores e de fornecimentos.

21.3.1.6. A LICITANTE deverá fornecer carta ou declaração do fabricante que comprove que todas as colunas, travessas e demais componentes vazados serão revestidos deste mesmo material de forma a evitar o colapso da estrutura em caso de fogo externo;

21.3.1.7. Climatização 100% externa a área de Racks;

21.3.1.8. Sistema de Predição de Incêndio a Laser;

21.3.1.9. Sistema de Extinção de Incêndio por gás inerte;

21.3.1.10. Cabeamento Estruturado padrão CAT6a com pelo menos o número de pontos deste projeto;

21.3.1.11. 01 (um) gerador de pelo menos 90 kVA;

21.3.1.12. 01 (um) transformador de pelo menos 90kVA;

21.3.1.13. 02 (dois) sistemas de UPS redundantes com pelo menos 60KVA;

21.3.2. Serviço de moving de equipamentos de informática compatível com a quantidade de ativos deste edital especificando pelo menos ativos de TI do tipo Servidores, Storage, Backup e Rede; Dada a importância, potencial de prejuízo e complexidade desta atividade, a LICITANTE deverá comprovar sua capacidade técnica através de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica em projetos de Moving de equipamentos de TI e Rede identificando claramente que os serviços foram prestados “sem nada que os desabone” e “minimizando interrupções do serviço” e que cite pelo menos o MOVING de ativos de TI e Rede tais como Servidores, Storage, Backup e Switches.

21.3.3. A vida útil estimada para o DCMS deverá ser de no mínimo 10 (dez) anos, e para tanto a LICITANTE deverá fornecer declaração do fabricante de que a unidade não será descontinuada em 10 anos e que a mesma tem vida útil mínima de 10 (dez) anos, desde que feita a garantia recomendada pelo fabricante ou por pessoal credenciado deste.

21.3.4. A Licitante deve apresentar Declaração do Fabricante de garantia estrutural por no mínimo 10 anos;

21.3.5. Obras civis que contemplem pelo menos base de sustentação em concreto e encaminhamento elétrico e de fibra;

21.3.6. Quanto a comprovação de proteção contra fogo da paredes, além dos atestados de capacidade técnica deverá ser fornecido documento comprovando o material a ser utilizado e seus respectivos catálogos;



21.3.7. Quanto à comprovação de proteção contra fogo dos dutos (dumpers e passagens blindadas de cabeamento), deverão ser fornecidos os catálogos dos produtos e um certificado que comprove a proteção contrafogo no nível mínimo CF60;

21.3.8. O DCMS deverá possuir resistência lateral contra deformidades causadas por tração, compressão e impactos. A LICITANTE deverá fornecer carta do fabricante anexando cálculo estrutural que demonstre este quesito, assinado pelo engenheiro responsável.

21.3.9. Os Racks deverão ser suportados por uma base de inércia ou sistema de amortecimento de vibrações, independente da estrutura do DCMS através de amortecedores em sua base de modo a absorverem vibrações advindas de possíveis transportes e vibrações externas.

21.3.10. A LICITANTE deverá comprovar seu registro no CREA de seu responsável técnico, ambos válidos.

21.3.11. O(s) atestado(s), deverão ser devidamente datado(s) e assinado(s) e emitido(s) em papel timbrado do emitente, devendo conter o nome do representante, telefone e e-mail corporativo com domínio em nome da pessoa jurídica emitente.

21.3.12. As licitantes deverão apresentar documentos comprobatórios de requisitos técnicos expedidos em seu nome ou do fabricante da solução emitido(s) por entidade acreditada no mercado, para os itens descritos abaixo:

21.3.12.1. Corrosão por salinidade: A licitante deverá apresentar Laudo ou Relatório Técnico emitido por laboratório especializado em análises químicas, com conhecimento em pinturas especiais similares ao exigido neste Projeto Básico e que explicitamente mencionem os termos “aplicação externa” e “atmosferas altamente agressivas”.

21.3.12.2. Fogo externo (CP120min) e (CF60), até 1100 graus Celsius, conforme norma NBR10636. A LICITANTE deverá apresentar Relatório de Ensaio realizado pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) ou outro laboratório acreditado pelo INMETRO que comprove que sua parede corta fogo atende a esta norma e explicitando claramente atendimento ao nível mínimo de 120 minutos no quesito Para-Chama (PC120) e 60 minutos no quesito Corta Fogo (CF60) e ainda resistência estrutural de 120 minutos e estanqueidade aos efeitos do fogo por 120 minutos. Para este quesito, não serão aceitos certificações de materiais utilizados, uma vez que esta certificação não garante que os mesmos foram aplicados da forma correta.

21.3.12.3. IP (Ingress Protection ou International Protection), mínimo IP65 - Para resistência a intempéries: Poeira e Jatos de Água, a LICITANTE deverá apresentar Relatório de Ensaio realizado pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) ou outro laboratório acreditado pelo INMETRO, que comprove que seu Data Center Outdoor fornece proteção satisfatória contra poeira e jatos de água. Não serão aceitos ensaios técnicos que não mencionem explicitamente o Data Center Outdoor ou Container Data Center ou ainda realizados apenas com as paredes sanduiche ou similares pois estes não comprovam a estanqueidade do Data Center como um todo e sim apenas de suas paredes.



21.3.12.4. O DCMS deverá possuir características que permitam sua instalação ao ar livre. Sendo assim, a LICITANTE deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica com comprovação de pelo menos 01 (uma) instalação ao ar livre de DCMS ou Container Data Center;

21.3.12.5. Serão aceitos documentos individuais para cada um dos itens acima solicitados.

21.3.12.6. O(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) deve(m) ser entregue(s) em papel timbrado da empresa contratante e a via original com data de início e término do contrato, contendo as seguintes informações básicas:

21.3.12.6.1. Nome do contratado e do contratante;

21.3.12.6.2. Nome completo e telefone de contato do responsável pelo contrato na contratante (responsável pelo atestado);

21.3.12.6.3. Identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço);

21.3.12.6.4. Vigência do contrato;

21.3.12.6.5. Local da execução dos serviços;

21.3.12.6.6. Descrição dos serviços executados e parecer do contratante quanto à qualidade do serviço prestado.

22. ASPECTOS TÉCNICOS DAS PROPOSTAS

22.1. Todos os componentes necessários ao perfeito funcionamento de cada um dos itens da SOLUÇÃO deverão estar discriminados e especificados na proposta.

22.2. Entende-se como perfeito funcionamento: compatibilidade da SOLUÇÃO com todas as descrições deste Projeto Básico e seus anexos, bem como o atendimento às exigências da legislação vigente.

22.3. As propostas deverão conter toda documentação necessária para subsidiar o julgamento técnico das soluções ofertadas, incluindo manuais técnicos, laudos e outros documentos que a LICITANTE julgar necessário. No caso de entender tais documentos como insuficientes para a análise, poderá a CONTRATANTE, a seu critério, solicitar complementação a ser apresentada em até 48 horas.

22.4. Poderão, ainda, os LICITANTES apresentarem quaisquer considerações e informações importantes que julgarem necessárias e relevantes.

22.5. A proposta deverá conter os seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados em papel e em mídia eletrônica:

22.6. Declaração de Garantia da Não descontinuação dos equipamentos.

22.7. Folders e outros documentos de divulgação comercial dos equipamentos.

22.8. Memorial Descritivo Completo com detalhamento de todos os componentes da solução tais como, mas não se limitando as abaixo descritas:

22.8.1. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DO DCMS

22.8.2. NIVEIS DE PROTEÇÃO

22.8.3. CONSTRUÇÃO MECÂNICA

22.8.4. BASE E ESTRUTURA DO PISO

22.8.5. ESTRUTURA DAS PAREDES DIVISÓRIAS



- 22.8.6. ESTRUTURA DO TETO
- 22.8.7. PLACAS DE VEDAÇÃO VERTICAL - PISO E TETO
- 22.8.8. ÁREA DOS RACKS E ANTECÂMARA
- 22.8.9. PLACAS DE VEDAÇÃO HORIZONTAL INTERNAS E EXTERNAS
- 22.8.10. ESPECIFICAÇÃO DA MANTA DE ISOLAMENTO TÉRMICO
- 22.8.11. REVESTIMENTO E ACABAMENTO INTERNO
- 22.8.12. PINTURA E ACABAMENTO
- 22.8.13. PISO TÉCNICO
- 22.8.14. PORTAS DE ACESSO
- 22.8.15. SISTEMAS TRAVAMENTO
- 22.8.16. SISTEMA DE AR CONDICIONADO
- 22.8.17. RESUMO DAS ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA DE A/C
- 22.8.18. IMAGEM DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO SISTEMA DE A/C
- 22.8.19. TIPO DE CONTROLE MICROPROCESSADO
- 22.8.20. SISTEMA DE INSUFLAMENTO
- 22.8.21. ISOLAMENTO DE CORREDORES QUENTE E FRIO
- 22.8.22. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS DO SISTEMA ELÉTRICO
- 22.8.23. CONCEITO DO PROJETO ELÉTRICO
- 22.8.24. RESUMO DAS ESPECIFICAÇÕES ELÉTRICAS DO DCMS
- 22.8.25. DESCRIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ELÉTRICA
- 22.8.26. PAINÉIS ELÉTRICOS
- 22.8.27. ESPECIFICAÇÃO DOS CONDUTORES ELÉTRICOS
- 22.8.28. INFRAESTRUTURA MECÂNICA – INVÓLUCROS DE CIRCUITOS
- 22.8.29. SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA – NO BREAKS
- 22.8.30. RESUMO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS NO-BREAKS
- 22.8.31. GRUPO GERADOR DIESEL
- 22.8.32. SISTEMA DE ATERRAMENTO
- 22.8.33. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS
- 22.8.34. ESPECIFICAÇÕES DO CABEAMENTO ESTRUTURADO
- 22.8.35. DESCRIÇÃO DA REDE DE CABEAMENTO LÓGICO
- 22.8.36. ESPECIFICAÇÃO DOS RACKS
- 22.8.37. SISTEMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL
- 22.8.38. SISTEMA DE CFTV
- 22.8.39. SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO
- 22.8.40. SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
- 22.8.41. SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO
- 22.8.42. SISTEMAS DE DETECÇÃO DE ALTA SENSIBILIDADE A LASER
- 22.8.43. SISTEMAS DE SUPRESSÃO POR GÁS INERTE
- 22.8.44. OBRAS NO LOCAL DE INSTALAÇÃO



22.8.45. NORMAS TÉCNICAS ATENDIDAS

22.9. Desenhos Técnicos dos seguintes itens:

22.9.1. Diagrama Unifilar

22.9.2. Diagrama Trifilar

22.9.3. Layout do DCMS demonstrando claramente a antessala, a sala de servidores e a sala técnica.

22.9.4. Desenho técnico demonstrando o sistema de insuflação de Ar Frio e a disposição dos Ar Condicionados, Dutos e Grelhas e retorno.

22.10. Todas as especificações constantes deste Projeto Básico deverão ser consideradas com mínimas necessárias para a qualificação das propostas. Assim, a LICITANTE pode apresentar em sua proposta equipamentos, serviços ou sistemas que superem as características técnicas aqui descritas, tanto em dimensionamento quanto em funcionalidades. Entretanto, como se trata de contratação pelo melhor preço, será tal proposta julgada em condições de igualdade com a de outros LICITANTES que apresentarem propostas habilitadas. Para efeitos de mitigação de dúvidas futuras ao quanto a funcionalidades técnicas e dimensionamento da capacidade de equipamentos deverão ser adotados os termos do presente Projeto Básico, salvo quando a proposta da LICITANTE apresentar equipamentos com características técnicas ou desempenho superiores às aqui exigidas. Nessa situação prevalecerá, a critério da CONTRATANTE, o que lhe for mais vantajoso.

23. PROPOSTA COMERCIAL

23.1. A proposta deverá obedecer rigorosamente ao descritivo dos itens, sem qualquer alteração quanto à ordem e às características, sob pena de desclassificação.

23.2. A proposta deverá conter preços, expressos em reais, com 02 (duas) casas decimais, à vista, compreendendo a cada etapa ou marco definido.

23.3. O desembolso ocorrerá seguindo as etapas do projeto através da execução de acompanhamento e emissão dos devidos relatórios. Será desclassificada a proposta com preço manifestamente inexequível ou superior aos praticados no mercado, nos termos do artigo 48, II, da Lei número 8.666/93 e suas alterações.

23.4. Nos preços propostos deverão ser considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ISS e outros), garantia, comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão de obra, hospedagem, alimentação, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta licitação.

24. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E ENTREGÁVEL DCMS TIPO 1 e TIPO 2

24.1. Os pagamentos serão vinculados ao aceite das entregas de cada etapa pela CONTRATANTE, conforme:

24.2. A etapa 01 (um) deverá ser executada após a assinatura do contrato com prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos:



Etapa 01: Elaboração do Projeto Executivo e do cronograma de trabalho de implantação da SOLUÇÃO.

24.3. As etapas 02 (dois) a 06 (seis) deverão ser executadas após a aprovação por parte da CONTRATANTE do Projeto Implantação, elaborado pela CONTRATADA, cujo o período máximo de execução das mesmas será de 90 dias corridos para o lote 02 e de 150 dias corridos para o lote 01:

Etapa 02: Obras civis

24.3.1. Etapa 03: Entrega dos Geradores

24.3.2. Etapa 04: Entrega dos Transformadores

24.3.3. Etapa 05: Entrega do DCMS

24.3.4. Etapa 06: Finalização da montagem do DCMS

24.3.5. Etapa 07: Ativação do DCMS

24.4. Etapa 08: Início dos Serviços da garantia 24x7x 365 pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas neste Projeto Básico.

24.5. Etapa 09: Serviço de Treinamento para no mínimo 10 (dez) pessoas com carga horária mínima suficiente e matérias didáticas em língua portuguesa abrangendo todas as funcionalidades, impressos e com cópia em meio magnético.

24.6. Etapa 10: Moving - Após a TOTAL conclusão das etapas 02 (dois) a 09 (nove) deve-se executar o serviço de migração (Moving) de equipamentos do atual DATA CENTER para os DCMS, conforme condições estabelecidas neste Projeto Básico, juntamente com os seus respectivos softwares e acessórios.

24.7. Etapa 11: Emissão do Termo de Entrega Definitiva.

24.8. As etapas serão consideradas concluídas após a conferência do material e/ou do serviço entregue pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

24.9. Caso o serviço e/ou material entregue esteja de acordo com este Projeto Básico, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Aceite (Anexo A deste Projeto Básico) à CONTRATADA e o pagamento da respectiva etapa será EFETUADO.

24.10. Caso o serviço e/ou material entregue não esteja de acordo com este Projeto Básico, a CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECUSA (Anexo B deste Projeto Básico) e o pagamento correspondente à respectiva etapa NÃO SERÁ EFETUADO até que a situação seja regularizada mediante a emissão do Termo de Aceite (Anexo A deste Projeto Básico).

25. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO DCMS TIPO 1 e TIPO 2

25.1. O pagamento será efetuado, de acordo com as etapas do item 25, nos seguintes percentuais, com relação ao valor total do contrato:

25.1.1. **15%** (quinze por cento) após a execução total da Etapa 1;

25.1.2. **10%** (dez por cento) após a execução total da Etapa 2;

25.1.3. **10%** (dez por cento) após a execução total da etapa 3;

25.1.4. **5%** (cinco por cento) após a execução total da Etapa 4;

25.1.5. **15%** (vinte por cento) após a execução total da Etapa 5;



25.1.6. **10%** (dez por cento) após a execução total da Etapa 6.

25.1.7. **5%** (cinco por cento) após a execução total da Etapa 7.

25.1.8. **20%** (vinte e cinco por cento) após início da Etapa 8.

25.1.9. **1%** (um por cento) após a execução total da Etapa 9.

25.1.10. **2%** (dois por cento) após a execução total da Etapa 10.

25.1.11. **7%** (sete por cento) após a execução total da Etapa 11.

25.2. As etapas serão consideradas concluídas após a conferência do material e/ou do serviço entregue pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

25.3. Caso o serviço e/ou material entregue esteja de acordo com este Projeto Básico, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Aceite (Anexo A deste Projeto Básico) à CONTRATADA e o pagamento da respectiva etapa será EFETUADO.

25.4. Caso o serviço e/ou material entregue não esteja de acordo com este Projeto Básico, a CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECUSA (Anexo B deste Projeto Básico) e o pagamento correspondente a respectiva etapa NÃO SERÁ EFETUADO até que a situação seja regularizada mediante a emissão do Termo de Aceite (Anexo A deste Projeto Básico).

25.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução total do objeto/etapa ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

25.6. Em casos excepcionais, quando por motivos alheios ao controle da CONTRATADA, uma das etapas não puder ser concluída totalmente, a CONTRATANTE poderá a seu critério determinar um pagamento parcial da etapa em questão que será complementado quando da entrega total da referida etapa.

25.7. Caso a entrega de uma ou mais etapas ocorra em ordem diferente da prevista neste Projeto Básico, a mesma terá seu pagamento liberado desde que cumpra todas as demais condições previstas neste Projeto Básico.

25.8. Toda documentação exigida deverá ser apresentada em original ou copia simples acompanhada do original para autenticação ou ainda cópia autenticada ou por email quando tenha sido emitida por internet, mas neste caso só será aceita após a confirmação de sua identidade.

26. CONSIDERAÇÕES GERAIS

26.1. A equipe técnica envolvida na prestação dos serviços deverá possuir conhecimento e experiência conforme os requisitos técnicos para a prestação dos serviços descritos neste Projeto Básico;

26.2. A CONTRATADA, às suas expensas, deverá disponibilizar um profissional destacado para a gestão do relacionamento com a CONTRATANTE, o qual, além de possuir conhecimentos e capacidade profissionais necessários, deverá ter competência para resolver imediatamente todo e qualquer assunto relacionado com os serviços contratados;

26.3. A ausência ou omissão da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades oriundas deste contrato;

26.4. Todos os softwares e recursos computacionais utilizados pela CONTRATADA, necessários para o atendimento do objeto do contrato, deverão ser devidamente legalizados, em conformidade com as leis



de Software (nº 9.609/98) e do Direito Autoral (nº 9.610/98);

26.5. Caso haja a necessidade de alocar equipamentos de informática nas dependências do CONTRATANTE, de propriedade da CONTRATADA, como computadores, switches, hubs, roteadores e impressoras, estes, obrigatoriamente, antes de conectar-se com a rede corporativa, deverão estar de acordo com a Política de Segurança da CONTRATANTE.

26.6. Caso haja necessidade de acessos remotos, por parte dos funcionários da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá ser informado, por escrito, da necessidade de utilização do referido meio e a CONTRATADA deverá ratificar que está de acordo com a Política de Segurança da Informação e o Termo de Confidencialidade, respectivamente;

26.7. Em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir da data de contratação, a CONTRATADA deverá apresentar um plano de ação que contemple o período de transição, onde ocorrerá o repasse do conhecimento sobre a SOLUÇÃO atual. A partir do 6º dia se dará início da etapa 01 do item 27.

27. PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

27.1. O prazo máximo para a realização da etapa 01 (um) será de 30 (trinta) dias.

27.2. As etapas 02 (dois) a 07 (sete) tem prazo máximo de realização de 150 (cento e cinquenta) dias para o DCMS TIPO1 e 90 (noventa) dias para o DCMS TIPO2.

27.3. A etapa 8, serviços de monitoração e garantia, previstos neste Projeto Básico tem prazo de execução de 36 (trinta e seis) meses.

27.4. As etapas 9 e 10 serão executados em data a ser definida pela CONTRATANTE dentro do prazo máximo de 30 dias após início da garantia (Etapa 8).

27.5. A CONTRATANTE terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após aceite da etapa 7 para emitir um aceite parcial do projeto com uma lista completa dos itens em desacordo com este Projeto Básico e que serão objeto de ajustes e complementação por parte da CONTRATADA.

27.6. Após realizados os ajustes constantes do aceite parcial a CONTRATADA emitirá documento de entrega do projeto a CONTRATANTE.

27.7. A CONTRATANTE então terá outros 15 (quinze) corridos dias para analisar e emitir aceite definitivo do projeto e conclusão da Etapa 11.

28. VISTORIA

28.1. A Licitante poderá realizar Vistoria Técnica onde obterá a Declaração de Vistoria (Anexo C deste Projeto Básico), expedida pelo STM, comprovando que tomou ciência dos serviços, características, condições especiais e dificuldades que possam existir na execução dos trabalhos, admitindo-se, consequentemente, como certo o prévio e total conhecimento dos serviços.

28.1.1. A visita técnica deverá ocorrer por horário marcado, e deverá ser agendada pela Licitante junto à COTEC, através do telefone 61 3313-9422, ou pelo e-mail cotec@stm.jus.br, até o dia útil anterior à abertura da sessão pública do pregão.



28.2. Caso a empresa não realize vistoria, deve apresentar Declaração de Conhecimento dos Serviços, assumindo integralmente os riscos e custos advindos de eventual incompatibilidade entre a solução e o ambiente do STM.

29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

29.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato caberão à Equipe de Gestão do Contrato, que será instituída pelo Diretor-Geral, após a assinatura das partes;

29.2. No momento da assinatura do Contrato, a Contratada indicará um preposto para representá-la, sendo este responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

29.3. Assinado o contrato, o Diretor-Geral do Contratante instituirá a Equipe de Gestão da Contratação, composta por:

29.3.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato, para coordenar, supervisionar e controlar a execução do contrato, a fim de garantir o atendimento dos objetivos do Contratante;

29.3.2. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Diretoria de Tecnologia da Informação, competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;

29.3.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área da Diretoria de Tecnologia da Informação, competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

29.3.4. Fiscal Administrativo do Contrato, servidor representante da Área Administrativa, competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.

29.4. A existência e a atuação da fiscalização pelo Contratante em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do contrato.

30. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

30.1. A Equipe de Planejamento desta contratação é composta pelos servidores Wilson Marques de Souza Filho (Integrante Demandante), Marcio Coelho Marques (Integrante Técnico) e Ubiratã Muniz da Silva (Integrante Administrativo).

30.2. A indicação do Integrante Administrativo consta do Documento de Oficialização da Demanda – DOD, de acordo com o inc. III, do § 5º, do art. 12, da Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

30.3. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Senhor Diretor-Geral, em conformidade com o inc. IV, do § 7º, do art. 12, da mesma Resolução.

31. EQUIPE DE APOIO À CONTRATAÇÃO

A Equipe de Apoio à Contratação é composta pelos integrantes da Equipe de Planejamento da



Contratação e tem como finalidade subsidiar a Área de Licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes (redação dada pelo inc. XI, do art. 2º, da Resolução nº 182/13, do CNJ).

32. VIGÊNCIA DO CONTRATO (art. 55, inc. IV, da Lei nº 8.666/93)

32.1. A vigência do contrato será de, para o lote 01, 300 (trezentos) dias; e para o lote 02, 240 (duzentos e quarenta) dias, contados da data de sua assinatura.

32.1.1. A fiscalização, até 90 dias do término da vigência contratual, deverá expedir comunicado à Contratada para que esta manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, o seu interesse na prorrogação do contrato;

32.2. Na ocorrência de prorrogação do contrato, deverá ser elaborada nova Análise de Viabilidade da Contratação, conforme exposto no parágrafo único do inc. V do art. 14, da Resolução nº 182/13, do CNJ.

33. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

33.1. Realizar reunião inicial, convocada pelo Gestor do Contrato, com a participação dos Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo do Contrato, do representante da Contratada e demais intervenientes por ele identificados, cuja pauta incluirá esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato;

33.2. Exigir da Contratada o cumprimento integral das obrigações assumidas;

33.3. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas expostas pela Contratada, mediante a apresentação formal de fatos consistentes à Equipe de Gestão de Contrato, no que couber;

33.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto do presente Projeto Básico, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;

33.5. Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Projeto Básico;

33.6. Conferir os equipamentos reportando ao descrito no Projeto Básico, efetuando o seu atesto na nota fiscal de material quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

34. PAGAMENTO

34.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal, acompanhada das informações quanto aos seus dados bancários e de cópia da nota de empenho, para atestação e posterior liquidação e pagamento da despesa pelo Contratante, em Brasília-DF, mediante ordem bancária creditada em conta corrente.

34.2. Informações sobre notas fiscais ou recibos encaminhados à Diretoria de Finanças (DIFIN) para pagamento somente serão prestadas por intermédio do correio eletrônico difin@stm.jus.br ou pelo fax no (61) 3313-9516:



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 34.2.1. Na consulta, deverão ser informados o nome do interessado, com CNPJ ou CPF, o número da nota fiscal ou recibo e o número do protocolo no STM, com a respectiva data.
- 34.3. No caso de a Contratada ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), ela deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.
- 34.4. No ato da efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.
- 34.5. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.
- 34.6. O Superior Tribunal Militar reserva-se o direito de se recusar ao pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, o objeto deste Projeto Básico não estiver de acordo com o licitado, proposto e contratado.
- 34.7. É vedado à Licitante vencedora, sob pena de rescisão contratual, negociar ou caucionar a nota de empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto deste edital.
- 34.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente:

$$AF = I \times B \times VP, \text{ onde}$$

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

- 34.9. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

34.9.1. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

35. RESCISÃO CONTRATUAL

- 35.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei no 8.666/93:



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

35.1.1. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

35.2. A rescisão do contrato poderá ser:

35.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

35.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o Contratante;

35.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

35.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

36. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A despesa ocorrerá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2018, Encargo do Plano de Ação: Segurança Física para Data Center; Programa de Trabalho: MTGI; Natureza de despesa: 3.3.90.40 e 4.4.90.52, mediante emissão de nota de empenho.

37. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

37.1. A critério da Administração, o objeto desta licitação poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% do valor inicial contratado atualizado, observado o disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

37.2. O acréscimo ou supressão contratual não poderá exceder os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, salvo a supressão decorrente de acordo celebrado entre as partes.

38. GARANTIA CONTRATUAL

38.1. A Contratada prestará garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do instrumento contratual, na forma do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação de penalidade.

38.2. A garantia prestada pela contratada terá validade de, no mínimo, 03 (três) meses após o término do prazo de vigência contratual, somente sendo liberada após o esgotamento de tal prazo.

38.3. Se a garantia for prestada em dinheiro, o respectivo depósito deverá ser feito na Caixa Econômica Federal (CEF), tendo como beneficiário o Superior Tribunal Militar e como caucionário a Contratada.

38.4. Se a garantia for prestada na modalidade de Seguro-Garantia, deverá ser observada a forma prevista na Circular nº 477, de 30 de setembro de 2013, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

38.5. Quando houver acréscimo contratual, em conformidade com o art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993, será prestada garantia adicional seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, a contar da assinatura do Termo Aditivo.

39. GLOSSÁRIO

CONTRATANTE – CLIENTE



CONTRATADA – Empresa ou organização responsável pelo fornecimento da SOLUÇÃO a CONTRATANTE.

DCMS (ou CONTAINER DATA CENTER) – Invólucro em aço, estrutura, arquitetura e infraestrutura com características de um *DATA CENTER*, mas que permita sua instalação em pontos remotos sem necessidade de infraestrutura civil a não ser de apoio. Para efeito dos Atestados de Capacidade Técnica serão aceitos os termos “*DATA CENTER MODULAR OUTDOOR*”, “*CONTAINER DATA CENTER*” OU “*SALA SEGURA OUTDOOR*”. Termos incompletos como “*DATA CENTER*” OU “*SALA SEGURA*” quando não claramente mencionados como OUTDOOR não serão aceitos pois consideram soluções de *DATA CENTER* tradicional interno e que portanto não contemplam toda a complexidade e abrangência das instalações externas (OUTDOOR) consideradas neste Projeto Básico.

CONTAINER – Invólucro, espaço físico, módulo, conjunto que abriga e hospeda a SOLUÇÃO. Seu envoltório protetor e isolante do ambiente externo, com ou sem as medidas padrões de Containers marítimos.

DATA CENTER – Conjunto integrado de componentes de alta tecnologia que permitem fornecer serviços de infraestrutura, processamento e armazenamento de dados, em larga escala, de alto valor agregado, para que organizações de qualquer porte possam ter ao seu alcance grande capacidade e flexibilidade com alta segurança para processar e armazenar informações.

HARDWARE – Artefatos físicos associados às TICs. Compreende os equipamentos mais comuns como computadores, Appliances, servidores, roteadores e também seus componentes, peças, cabos, conectores e mídias.

LICITANTE – Empresa que participa do processo licitatório. As exigências a LICITANTE são devidas na fase de licitação ou habilitação, conforme descritas neste termo.

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Um dos maiores institutos de pesquisas do Brasil, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados, atuando basicamente em quatro grandes áreas - inovação, pesquisa & desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento & apoio metrológico, e informação & educação em tecnologia.

PROTEÇÃO IP – (Ingress Protection ou International Protection) – Graus de proteção baseados e referenciados em normas internacionais IEC, IEC 60529, DIN 40050 para proteção contra partículas e líquidos.

PDU – (Power Distribution Unit) – Dispositivo que distribui energia elétrica e possui mecanismos de proteção contra sobrecarga e Power-Strips para facilitar a conexão de diversos equipamentos eletrônicos, diminuindo a complexidade na instalação de equipamentos e facilitando a distribuição de energia entre equipamentos eletrônicos.

RACKS PADRÃO – Racks de tamanho compatível com o padrão de mercado, com largura capaz de receber os servidores de medidas “U”, com prateleiras ajustáveis aos diversos modelos de servidores do mercado.

SINISTROS E EVENTOS AMBIENTAIS – Água (PROTEÇÃO IP grau IP65 contra poeira e jatos de água), Alagamentos, Ar Industrial, Bolor, Campos Eletromagnéticos, Chuva, Corrosão por Salinidade,



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Exposição ao Sol, Fogo externo por no mínimo 120 minutos, Fumaça, Gases, Gases Tóxicos, Gases Corrosivos, Granizo, Incêndios internos, Inundações, Maresia, Neve, Poeira, Radiações, Terra, Umidade e Ventos de até 100 Km/h.

SINISTROS E EVENTOS HUMANOS – Acesso Indevido, Arrombamento, Incêndio, Roubo, Vandalismo.

SINISTROS TOTAIS – Conjunto de SINISTROS E EVENTOS AMBIENTAIS e SINISTROS E EVENTOS HUMANOS.

SOLUÇÃO – Toda a tecnologia que será fornecida para a CONTRATANTE, incluindo equipamentos, mídias magnéticas, materiais, conectores, Hardware, Sensores, e demais componentes que permitam que o serviço e o produto a ser contratado sejam operacionalizados.

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação, incluindo servidores, Storage, Backups, Switches, Roteadores, Appliances e demais equipamentos de automação de processos e de processamento de informação.

UPS – (Uninterruptible Power Supply) – Equipamento elétrico que prove energia emergencial para oferecer uma carga tal que permita que equipamentos cujo fornecimento de energia elétrica tenha interrompido possam continuar energizados. Diferente de um gerador um UPS oferece energia instantânea, evitando a interrupção da alimentação de energia elétrica por tempo determinado.

SNMP – (Simple Network Management Protocol) – Protocolo da camada de aplicação criado para transportar informações de gerência de rede entre os dispositivos gerenciados e os sistemas de gestão de redes, ele possibilita que administradores de rede gerenciem o desempenho da uma rede monitorando interfaces, processadores, memórias de equipamentos como roteadores, switches, dispositivos wireless e servidores.

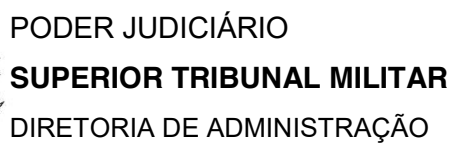
40. FUNDAMENTO LEGAL

A elaboração deste Projeto Básico fundamenta-se no disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Em cumprimento ao exposto no § 1º do art. 13 da Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, a Equipe de Planejamento da Contratação submete os Estudos Preliminares e o Projeto Básico à aprovação do Diretor de Tecnologia da Informação, titular da Área Demandante.		
INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE DEMANDANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Marcio Coelho Marques (titular) Claudio de Oliveira Melo (substituto)	Wilson Marques de Souza Filho	Ubiratã Muniz da Silva (titular) Luiz Augusto Soares de Castro (substituto)

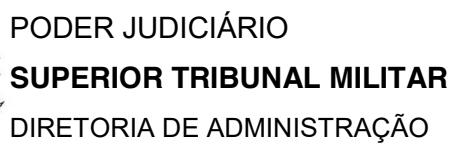


VALIDAÇÃO DO PROJETO BÁSICO
Autoridade da Área Demandante - Ianne Carvalho Barros - Diretor da DITIN
APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PELO SENHOR DIRETOR-GERAL
<p>Tendo em vista que a demanda foi incluída no Plano de Contratações de TIC para o exercício de 2018, Aprovo a Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação e integração, em regime “turnkey” (a entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942, de solução DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR, considerando sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos institucionais e às necessidades da Área Demandante.</p> <p style="text-align: center;">EDER SOARES DE OLIVEIRA Diretor-Geral.</p>



Anexo A do Projeto Básico DITIN/COTEC
TERMO DE ACEITE DE ATIVIDADE

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR DITIN/COTEC		TERMO DE ACEITE DE ATIVIDADE	
<input type="checkbox"/> Instalação	<input type="checkbox"/> Treinamento	<input type="checkbox"/> Corretiva nº Chamado ()	
<input type="checkbox"/> Outra:			
Descrição da atividade:			
Data			
Equipe de Contratação	Matrícula	Assinatura	
Funcionário Contratada	Identificação	Assinatura	



Anexo B do Projeto Básico DITIN/COTEC
TERMO DE RECUSA DE ATIVIDADE

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR DITIN/COTEC		TERMO DE RECUSA DE ATIVIDADE	
<input type="checkbox"/> Instalação	<input type="checkbox"/> Treinamento	<input type="checkbox"/> Corretiva nº Chamado ()	
<input type="checkbox"/> Outra:			
Descrição do motivo da recusa:			
Data			
Equipe de Contratação		Matrícula	Assinatura
Funcionário		Identificação	Assinatura



Anexo C do Projeto Básico DITIN/COTEC
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (VISTORIA) (FACULTATIVO)

Atestamos, para fins de comprovação, relativamente ao edital do Pregão Eletrônico para Registro de preços nº 104/2018, que o Sr.(a)

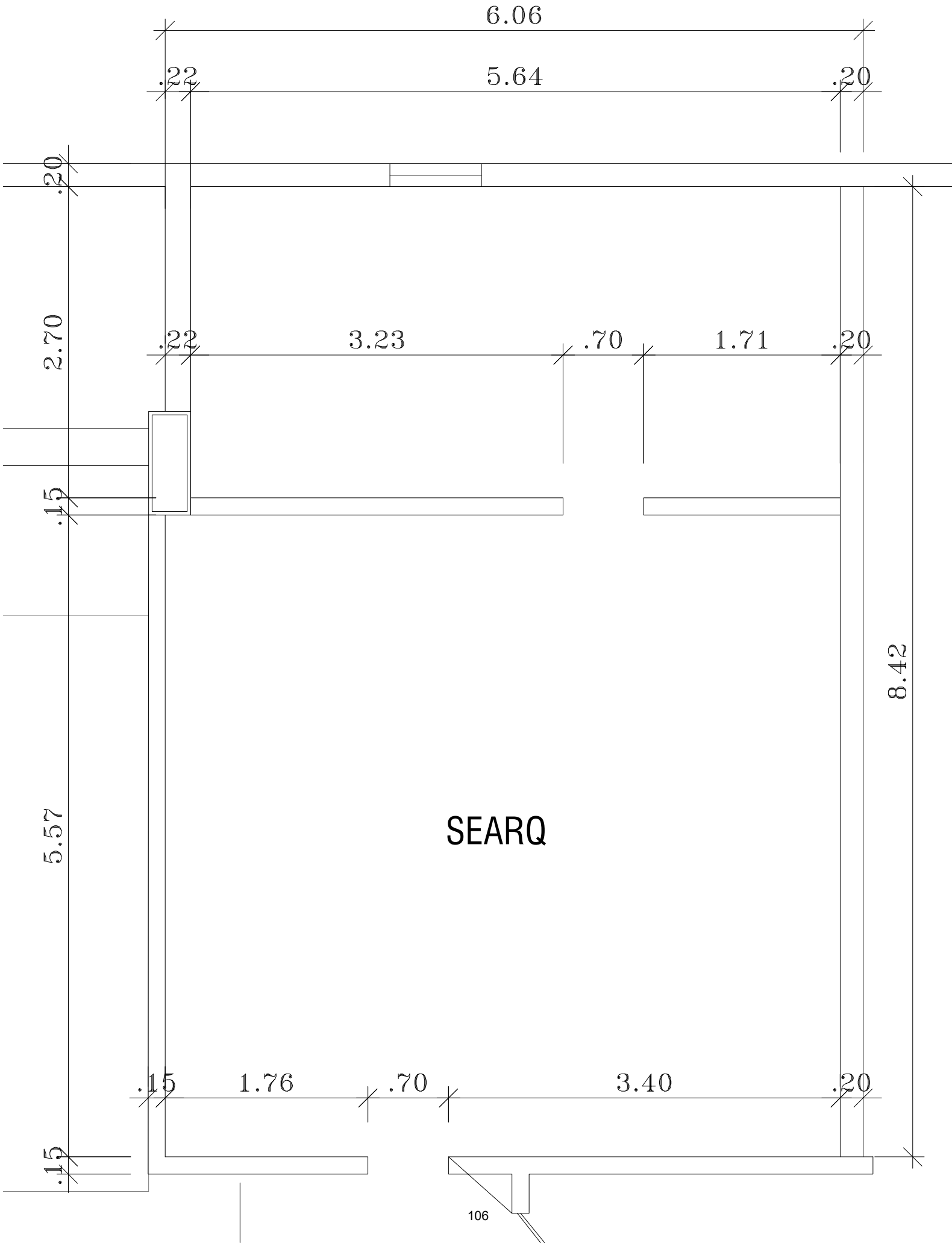
_____,
CPF _____, representante da empresa
_____, inscrita no CNPJ.:
_____ visitou e vistoriou na data abaixo, as instalações físicas que serão instalados os *containers*, visando obter subsídios para elaboração de sua proposta comercial onde esclareceu todas as dúvidas sobre o objeto da licitação em questão.

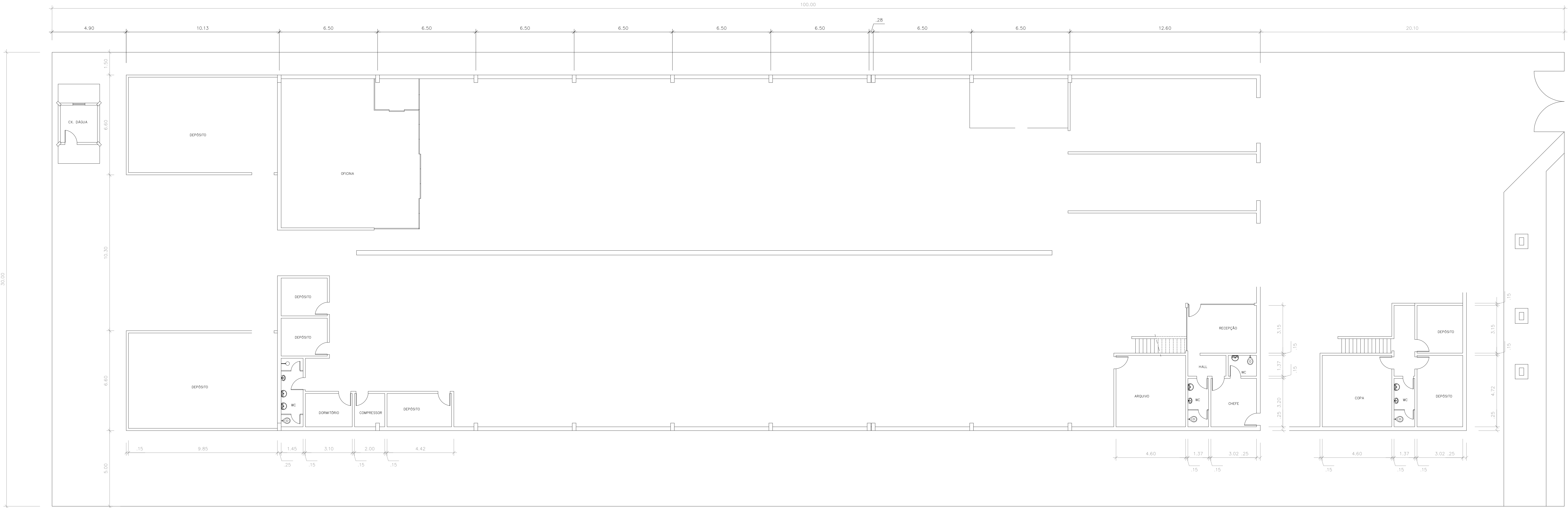
_____, _____ de _____ de _____.
Local e Data

Representante da CONTRATANTE
CPF

Representante do LICITANTE
CPF

Anexo D do Projeto Básico DITIN/COTEC PLANTAS
Localidade 1







ANEXO II
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 104/2018

O **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (ÓRGÃO GERENCIADOR)**, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, na cidade de Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.497.560/0001-01, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Eder Soares de Oliveira, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, nº 104/2018, para registro de preços, publicado no Diário Oficial da União de *dd/mm/2018*, processo administrativo SEI nº 018771/18-00.07, resolve registrar os preços da **NOME DA CONTRATADA (FORNECEDOR BENEFICIÁRIO)**, registrada no CNPJ/MF sob o nº....., com sede na, telefone nº....., fax nº....., correio eletrônico....., Dados Bancários: Banco:, Agência:, Conta Corrente:, neste ato representada por, portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, de acordo com a classificação por ela alcançada, e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 8.538, de 6 de outubro 2015 e nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e alterações posteriores, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de sociedade empresária especializada para fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, de acordo com o Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 104/2018, que é parte integrante desta ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

2. DOS PREÇOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto e as quantidades ofertadas na proposta são as que se seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO
1	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 1.	1	
2	Transformação.	1	
3	Adaptações civis.	1	
4	Geradores DCMS tipo 1.	1	
5	Moving.	1	
6	Treinamento.	1	



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

7	Garantia DCMS tipo 1.	1	
8	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 2.	1	
9	Transformação.	1	
10	Adaptações civis.	1	
11	Geradores DCMS tipo 2.	1	
12	Moving.	1	
13	Treinamento.	1	
14	Garantia DCMS tipo 2.	1	

3. DO CADASTRO DE RESERVA

Fornecedor: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos do representante)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO
1			
2			
3			
4			
5			

4. DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2018, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0001 0004 - MTGI*, mediante emissão de nota de empenho.

5. DA VALIDADE DA ATA

A validade desta ata de registro de preços será de doze meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. Será realizada periodicamente pesquisa de mercado visando à comprovação da vantagem dos preços registrados, exigência contida no inciso XI, do art. 9º, do Decreto nº 7.892/13.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

6.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O Fornecedor Beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ata, por intermédio de procedimento administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

7.1.1. a pedido, quando:

7.1.1.1. comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

7.1.1.2. o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

7.1.2. por iniciativa do Órgão Gerenciador, quando:

7.1.2.1. o fornecedor:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

c) não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

d) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da ata de registro de preços;

e) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável, como previsto no inciso II, do art. 20 do Decreto nº 7.892/13;

f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

7.1.3. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ata de registro de preços ou nos pedidos dela decorrentes;

7.1.4. houver razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

7.2. A ata de registro de preços será cancelada automaticamente:

7.2.1. por decurso do prazo de vigência;



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 7.2.2. quando não restarem fornecedores registrados;
- 7.2.3. quando a totalidade de seus itens for fornecida ao Órgão Gerenciador, esgotando-se, assim, seu objeto.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações do Órgão Gerenciador e do Fornecedor Beneficiário registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo ao edital.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

EDER SOARES DE OLIVEIRA
DIRETOR-GERAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

SÓCIO-GERENTE DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO



ANEXO III

(minuta do contrato)

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Contrato n.º celebrado entre o **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a para fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, de acordo com o Processo SEI n.º 018771/18-00.07.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Eder Soares de Oliveira, com fundamento no Manual de Organização do STM, aprovado pela Resolução nº 241, de 09 de maio de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Superior Tribunal Militar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a, registrada no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na, telefone n.º, fax n.º, correio eletrônico, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e alterações posteriores, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Pregão Eletrônico nº 104/2018, têm entre si justo e contratado o fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Contratação de sociedade empresária especializada para fornecimento, implantação e integração de solução *DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR*, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com garantia na modalidade “on site” por 36 meses e aderência à norma TIA942, de acordo com o Projeto Básico DITIN/COTEC, e proposta apresentada pela Contratada em / / .



GRUPO 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 1.	un	1
2	Transformação.	un	1
3	Adaptações civis.	un	1
4	Geradores DCMS tipo 1.	un	1
5	Moving.	un	1
6	Treinamento.	un	1
7	Garantia DCMS tipo 1.	un	1
GRUPO 2			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
8	Data Center Modular Seguro (DCMS) tipo 2.	un	1
9	Transformação.	un	1
10	Adaptações civis.	un	1
11	Geradores DCMS tipo 2.	un	1
12	Moving.	un	1
13	Treinamento.	un	1
14	Garantia DCMS tipo 2.	un	1

Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Fornecer, implantar e integrar solução DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR, em regime “turnkey” (entrega da solução em condições de pleno funcionamento), com aderência à norma TIA942, nas condições, prazos e especificações contidas no Projeto Básico DITIN/COTEC, em especial:

- 1.1. Indicar preposto para representá-la, sendo este responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 1.2. Entregar a solução em local indicado pelo Contratante, se responsabilizando por seu transporte até os locais de instalação, sua movimentação dentro das instalações do Contratante e sua fixação no local onde será ativado.
- 1.3. Prover o transporte das soluções aos locais indicados pelo Contratante, bem como o(s) guindaste(s) necessário(s) para o içamento e colocação do DCMS sobre a plataforma de concreto.
- 1.4. Instalar a solução deixando-a totalmente funcional, incluindo a ativação de sua energização, aterramento, refrigeração, alarmes, dutos elétricos e hidráulicos, monitoramento e conectividade.
- 1.5. Cumprir os prazos estabelecidos no cronograma de execução (subitem 24 do Projeto



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Básico DITIN/COTEC).

- 1.6. Efetuar o recolhimento das Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART) do projeto e da execução dos serviços e registrar o projeto no Acervo Técnico do CREA em, no máximo de 120 dias após a ativação da unidade.
- 1.7. Fornecer todos os documentos necessários que comprovem a adequação do DCMS às Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), às leis de abrangência nacional e estadual no que diz respeito à segurança contra incêndio/pânico e iluminação de emergência, e como consequência a certeza da emissão do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (A.V.C.B.) pelo Corpo de Bombeiros do DF.
- 1.8. Dar garantia de continuidade da solução de, no mínimo, 10 anos, sendo que a Contratada deverá prover extensão de garantia durante todo este período, se o Contratante assim exigir.
- 1.9. Prestar garantia de 36 meses para todos os itens, incluindo todos os componentes e equipamentos que compõe a solução, sendo que a garantia deverá ser "on site", isto é, no local onde os itens estiverem instalados, contados a partir da emissão do termo de aceitação final do DCMS.
- 1.10. Observar as normas e procedimentos internos do Contratante no que se refere à segurança (Política de Segurança da Informação) e sigilo dos dados manuseados, bem como no que é pertinente à documentação (Termo de Confidencialidade, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que tiverem acesso às dependências do Contratante, e aos que possuem acesso remoto).
- 1.11. Colocar profissionais à disposição do Contratante para execução dos serviços.
- 1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em caso de fiscalização e/ou acompanhamento pelo Contratante.
- 1.13. Manter garantia contra defeitos de hardware e software, inclusive atualização de versões dos programas instalados durante o período de 12 (doze) meses, sendo este determinado como garantia.
- 1.14. Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
- 1.15. Fornecer ao Contratante, no ato da homologação dos serviços, os manuais de usuário, técnico e operacional (produção), contendo, no mínimo, os seguintes documentos (caso se aplique): diagrama entidade-relacionamento, dicionário de dados, diagrama de classes, diagrama de componentes, diagrama de atividades, diagrama de sequência, diagrama de casos de uso, descrição dos casos de uso, procedimentos para instalação, diagrama de implantação, interfaces utilizadas de outros sistemas, interfaces disponibilizadas para outros sistemas.
- 1.16. Manter durante o curso do contrato e após o seu término, o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda informação de qualquer natureza referente às atividades do Contratante, das quais venha a ter conhecimento ou às quais venha a ter acesso por força do cumprimento do



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

contrato, não podendo sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, invocar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento da obrigação assumida por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais, nos termos da Lei nº 4.595, de 31/12/1964, e demais leis, permitindo ainda que o Contratante, a qualquer tempo, fiscalize o seu uso.

1.17. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos provocados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas na execução dos serviços objeto deste contrato, bem como nas instalações e demais bens de propriedade do Contratante.

1.18. Colaborar com o Contratante no desenvolvimento de qualquer procedimento de auditoria que o Contratante decida realizar na área de tecnologia, permitindo que auditores, sejam eles internos ou externos, a área de segurança de TI ou outros prepostos designados pelo Contratante tenham amplo acesso a dados, informações, equipamentos, instalações, profissionais e documentos que julguem necessários à conclusão de seu trabalho.

1.19. Efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para o Contratante, caso seja detectado qualquer problema na homologação do objeto do contrato, em qualquer uma das funcionalidades.

1.20. Não ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do Contratante.

1.21. Manter a guarda dos equipamentos e demais bens de propriedade do Contratante, quando utilizados, permitindo que este, a qualquer tempo, fiscalize o seu uso.

1.22. Apresentar Plano de Contingência atualizado (anualmente, no mínimo) para os casos de incidentes que prejudiquem o andamento normal dos serviços contratados, num prazo de 30 dias corridos da aprovação do Projeto de Implantação. O referido Plano será avaliado pela ótica da continuidade de negócio do cliente, e deverá ser mantido atualizado, sendo entregue, a cada nova versão, ao Contratante.

1.23. Criar plano para cobrir um incidente ainda não contemplado do Plano de Contingência da Contratada, caso seja solicitado pelo Contratante.

1.24. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.25. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Projeto Básico DITIN/COTEC, no prazo fixado pelo Contratante, contado da sua notificação.

1.26. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do Contratante.

1.27. Manter atualizados, junto à Coordenadoria de Segurança Institucional (COSEG), os dados pessoais de seus empregados em serviço nas dependências do Tribunal, que deverão usar os crachás fornecidos em lugar visível.

1.28. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, previdenciários, fiscais e comerciais



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

resultantes da contratação.

1.29. Manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Contratante e ao SICAF, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou se tornem desatualizados.

1.30. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o Contratante, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

1.30.1. Constatada qualquer irregularidade, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

1.30.2. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Efetuar o pagamento no prazo estipulado neste contrato.
2. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
3. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
4. Recusar o serviço que não estiver de acordo com as especificações.
5. Solicitar a substituição do material e/ou rejeição do serviço que apresentar vícios, defeitos ou incorreções ou que não estiver de acordo com o objeto.
6. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, no que diz respeito ao contrato.
7. Designar gestor que efetuará sua representação perante a Contratada para determinação, avaliação, acompanhamento e aprovação dos serviços por ela realizados.
8. Colocar à disposição da Contratada os equipamentos mínimos e documentação necessários para a realização das atividades quando estas forem executadas nas instalações do Contratante, com exceção das licenças de software necessárias para os serviços, tais como licenças de ferramentas de desenvolvimento e outras, as quais deverão ser providenciadas pela própria Contratada.
9. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
10. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

Cláusula Quarta - DO VALOR

O valor do contrato é de R\$ (.....).



Cláusula Quinta - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

1. A critério do Contratante, o objeto deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% do valor inicial contratado atualizado, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/1993.
2. O acréscimo ou supressão contratual não poderá exceder os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, salvo a supressão decorrente de acordo celebrado entre as partes.

Cláusula Sexta - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal, acompanhada das informações quanto aos seus dados bancários e de cópia da nota de empenho, para atestação pelo órgão responsável e posterior liquidação e pagamento da despesa pelo Contratante, em Brasília-DF, mediante ordem bancária creditada na conta corrente nº____, Agência nº____, do Banco____, no prazo máximo de trinta dias, a contar do recebimento definitivo do produto, pela atestação da respectiva nota fiscal, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.

1.1. O pagamento será efetuado de acordo com as etapas indicadas no item 25 do Projeto Básico DITIN/COTEC, nos seguintes percentuais, com relação ao valor total do contrato:

- a) 15% (quinze por cento) após a execução total da Etapa 1;
- b) 10% (dez por cento) após a execução total da Etapa 2;
- c) 10% (dez por cento) após a execução total da etapa 3;
- d) 5% (cinco por cento) após a execução total da Etapa 4;
- e) 15% (vinte por cento) após a execução total da Etapa 5;
- f) 10% (dez por cento) após a execução total da Etapa 6.
- g) 5% (cinco por cento) após a execução total da Etapa 7.
- h) 20% (vinte e cinco por cento) após início da Etapa 8.
- i) 1% (um por cento) após a execução total da Etapa 9.
- j) 2% (dois por cento) após a execução total da Etapa 10.
- k) 7% (sete por cento) após a execução total da Etapa 11.

2. Informações sobre notas fiscais ou recibos encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) para pagamento somente serão prestadas por intermédio do correio eletrônico dorfi@stm.jus.br ou pelo telefone nº (61) 3313-9516:

2.1. na consulta, deverão ser informados o nome do interessado, com CNPJ ou CPF, o número da nota fiscal ou recibo e o número do protocolo no STM, com a respectiva data.

3. No caso de a Contratada ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

4. No ato da efetivação do pagamento será efetuado a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) e suas alterações.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

5. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

6. Em atendimento ao artigo 55, XIII, da Lei 8.666/1993, juntamente com o documento fiscal, caberá à Contratada para si e para cada pessoa física e/ou jurídica que, vinculada por relação de trabalho e/ou por outra relação jurídica com a Contratada, tenha atuado diretamente na execução do Contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital/contrato, apresentar, conforme o caso, as comprovações atualizadas.

- a) das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS).
- b) da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) do Portal da Transparência;
- c) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ; e
- d) da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.

7. O Contratante reserva-se o direito de se recusar ao pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, o objeto deste contrato não estiver de acordo com o licitado, proposto e contratado.

8. É vedado à Contratada, sob pena de rescisão contratual, negociar ou caucionar a nota de empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto deste contrato.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente.

$$AF = I \times N \times VP$$

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

10. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

10.1. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

Cláusula Sétima - DO REAJUSTE



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Na forma da legislação vigente, não haverá reajuste de preços.

Cláusula Oitava - DA VIGÊNCIA

1. Para o objeto descrito no Grupo 1, o contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de até **300 dias**:

1.1. Prazo para a elaboração do Projeto Executivo e do cronograma de trabalho de implantação da solução de até **30 dias**, contados da assinatura do contrato;

1.2. Prazo para execução das etapas 2 a 7 descritas no Projeto Básico de até **150 dias**, a contar da aprovação do Projeto de Implantação pelo Contratante;

1.3. Prazo para registro do projeto no CREA de, no máximo, **120 dias**, a partir da conclusão da etapa 7 descrita no Projeto Básico.

1.3.1. No prazo de 120 dias previsto no subitem 1.3 estão inclusos os prazos de treinamento (etapa 9) e *moving* (etapa 10), cujo prazo de execução é de, no máximo, 30 dias após o início da garantia (etapa 8).

2. Para o objeto descrito no Grupo 2, o contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de até **240 dias**:

2.1. Prazo para a elaboração do Projeto Executivo e do cronograma de trabalho de implantação da solução de até **30 dias**, contados da assinatura do contrato;

2.2. Prazo para execução das etapas 2 a 7 descritas no Projeto Básico de até **90 dias**, a contar da aprovação do Projeto de Implantação pelo Contratante;

2.3. Prazo para registro do projeto no CREA de, no máximo, **120 dias**, a partir da conclusão da etapa 7 descrita no Projeto Básico.

2.3.1. No prazo de 120 dias previsto no subitem 2.3 estão inclusos os prazos de treinamento (etapa 9) e *moving* (etapa 10), cujo prazo de execução é de, no máximo, 30 dias após o início da garantia (etapa 8).

Cláusula Nona - DA GARANTIA

1. A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual, nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

1.2. seguro-garantia; ou

1.3. fiança bancária.

2. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, limitado a 30 dias.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

3. O atraso superior a 30 dias autoriza o Contratante a promover, discricionariamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

3.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

4. A garantia prestada pela contratada terá validade de, no mínimo, três meses após o término do prazo de vigência contratual, somente sendo liberada após o esgotamento de tal prazo, observando ainda:

4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das obrigações nele previstas;

4.2. prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada;

4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

4.5. prejuízos indiretos causados ao CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5. A garantia prestada pela Contratada, seja na modalidade seguro-garantia ou na modalidade fiança bancária, deverá contemplar todos os eventos indicados nos subitens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5.

6. O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o Contratante e a Contratada.

7. Se a garantia for prestada na modalidade caução, a Contratada deverá:

7.1. caso a opção seja pela prestação em dinheiro, o respectivo depósito deverá ser feito na Caixa Econômica Federal (CEF), tendo como beneficiário o Contratante e como caucionário a Contratada; ou

7.2. caso a opção seja pela utilização de títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

9. Se a garantia for prestada na modalidade de Seguro-Garantia, deverá ser observada a forma prevista na Circular nº 477, de 30 de setembro de 2013, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

10. A Contratada obriga-se a apresentar garantia complementar ou substitutiva da original, nos seguintes casos:

10.1. alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, devendo ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, a contar da assinatura do Termo Aditivo; ou

10.2. utilização do valor da garantia, total ou parcialmente, por qualquer motivo, a contar da data em que foi notificada.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

11. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 10 e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou reposto, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

12. O atraso superior a 30 dias, na prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 10, autoriza o Contratante a discricionariamente promover, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

12.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

13. Será considerada extinta a garantia:

13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante (Administração), mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso o Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

Cláusula Décima - DAS PENALIDADES

1. A Contratada, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, sem prejuízo da aplicação da penalidade de **multa** de 5% sobre o valor da contratação, da rescisão unilateral do contrato, das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos e prazos:

1.1. pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, quando:

1.1.1. apresentar documentação falsa;

1.1.2. fraudar a execução do contrato;

1.1.3. cometer fraude fiscal;

1.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

1.1.4.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

1.2. pelo período de **3 (três) meses**, quando:

1.2.1. deixar de prestar garantia prevista no termo de referência.

2. A Contratada, com fundamento nos arts. 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos casos de retardamento ou de falha na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades, além de implicar no descredenciamento no SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005):



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.1. **advertência**, nos casos em que ocorrerem:

- 2.1.1. irregularidades de pequena monta, para as quais tenha o Contratante concorrido;
- 2.1.2. descumprimentos das obrigações contratuais que não acarretem prejuízo para o Contratante;
- 2.1.3. execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa.

2.2. **impedimento** de licitar e contratar com a **União** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em casos, dentre outras situações, de inexecução total ou parcial das obrigações;

2.3. **suspensão temporária** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o **Superior Tribunal Militar**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir ao Superior Tribunal Militar os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 2.3;

2.4.1. Dão ensejo à aplicação de declaração de inidoneidade condutas graves da Contratada, bem como as descritas nos arts. 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 transcritas abaixo, e desde que devidamente comprovado o seu dolo ou a sua culpa grave no processo administrativo:

- a) obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, de modificações ou prorrogações contratuais para as quais comprovadamente concorreu;
- b) fraudar, em prejuízo do Superior Tribunal Militar, contrato para aquisição ou venda de bens ou mercadorias:
 - b.1) vendendo como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;
 - b.2) entregando uma mercadoria por outra;
 - b.3) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - b.4) tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução do contrato.
- c) celebrar contrato com o Superior Tribunal Militar mesmo tendo sido declarada inidônea.

2.5. **multas**:

2.5.1. **multa compensatória**:

- a) de 15% sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total;
- b) de 15% sobre o saldo contratual, em caso de inexecução parcial da contratação, que também estará configurada quando:
 - b.1) a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do subitem 2.5.7, respeitada a graduação de infrações conforme



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

tabela 1 do mesmo subitem, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente;

b.2) a Contratada deixar de regularizar as suas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, no prazo determinado pela Fiscalização, nos termos do item 1.30 da cláusula segunda deste contrato.

2.5.2. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na entrega do projeto executivo e/ou do cronograma de trabalho de implantação da solução, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 1, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;
- b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 1, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

2.5.3. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na entrega da solução ou no saneamento de desconformidades verificadas pela Fiscalização, sem motivo de força maior ou alheio ao controle da Contratada, de:

- a) 0,3% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o 30º dia;
- b) 0,5% ao dia sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, após o 31º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação, sendo que a aplicação desta multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

2.5.3.1. As multas acima tem um limite máximo de 10% sobre o valor total do contrato.

2.5.4. **multa**, nos casos de atraso na resolução de problemas no funcionamento da solução, no período de garantia, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MULTA	INCIDÊNCIA
1	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 1	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
2	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 1	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
3	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

	solução, nos casos de Severidade 2	remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
4	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 2	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
5	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 3	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
6	Atraso na resolução de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 3	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao dobro do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
7	Atraso na resolução parcial de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 4	0,5% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
8	Atraso na resolução definitiva de problemas de funcionamento da solução, nos casos de Severidade 4	0,6% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma ocorrência.
9	Atraso na resolução de problemas de funcionamento da solução, nos casos em que os defeitos, erros,	0,4% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"	Por ocorrência, sendo que cada período de atraso equivalente ao triplo do prazo máximo estabelecido para resolução será considerado uma



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

deficiências e omissões não ocasionarem indisponibilidade		ocorrência.
---	--	-------------

2.5.4.1. A multa aplicada não poderá ultrapassar o percentual de 8% sobre a parcela equivalente a 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x35 e garantia pelo período de 36 meses"

2.5.5. A Contratada deverá manter um Service Level Agreement (SLA) para a disponibilidade da solução não inferior a 99,95% ao mês.

2.5.5.1. Se a Contratada, por problemas alheios a Contratante, ou considerados injustificáveis pela mesma, não cumprir o compromisso de disponibilidade estipulado, será aplicada multa proporcional, referente à parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item "Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas no termo de referência do edital, conforme tabela abaixo:

ÍNDICE EXIGIDO	FÓRMULA DE CÁLCULO ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE
Maior ou igual a 99,95	$\text{Índice de Disponibilidade} = 100 - ((\text{Minutos de indisponibilidade} / (\text{número de dias mês} \times 60 \times 24)) \times 100$

PENALIDADES

ÍNDICE DE INDISPONIBILIDADE	PRIMEIRA OCORRÊNCIA	SEGUNDA OCORRÊNCIA	TERCEIRA OCORRÊNCIA
Índice entre 99,94 e 99,00, redução de 50%	Multa de 10% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 20% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 50% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses
Índice menor de 99%, redução de 60%	Multa de 20% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 30% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses	Multa de 60% sobre a parcela equivalente de 1/36 avos sobre o item Serviço de monitoração remota 24x7x365 e garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.5.6. A cada três advertências aplicadas em desfavor da Contratada, aplicação de **multa** com Grau 3, conforme Tabelas 1 e 2 do subitem 2.5.7.;

2.5.7. **multas**, conforme as infrações cometidas, o grau e os pontos respectivos, indicados nas tabelas abaixo:

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 50,00
2	R\$ 80,00
3	R\$ 200,00
4	R\$ 350,00
5	R\$ 800,00
6	R\$ 1.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Suspender ou interromper os serviços contratuais de plantão relacionados a garantia, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito. Obs. Cada dia será considerado uma ocorrência.	5	Por ocorrência
2	Atrasar para entregar à Fiscalização a ART/RRT e demais documentos pertinentes à execução do contrato. Obs. Cada dia será considerado uma ocorrência.	1	Por ocorrência
3	Obstaculizar o envio de representante da Contratada para acompanhar a realização dos testes e comprovar a efetiva funcionalidade do DCMS antes de seu embarque definitivo para as instalações da Contratada	4	Por ocorrência
4	Atrasar para transferir as licenças necessárias para o	2	Por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

	funcionamento dos recursos da solução, após o período de garantia. Obs. Cada período de até 05 dias será considerado uma ocorrência.		
5	Obstaculizar procedimento de auditoria que o Contratante decida realizar na área de tecnologia	4	Por ocorrência
6	Atrasar, injustificadamente, o atendimento aos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de assinatura ou devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, se for o caso.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
8	Permitir situação que cause prejuízos ao STM ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.	5	Por empregado
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

10	Observar as normas e procedimentos internos do Contratante no que se refere à segurança e sigilo dos dados manuseados, bem como no que é pertinente à documentação (Termo de Confiabilidade, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que tiverem acesso às dependências do Contratante e aos que possuem acesso remoto.	6	Por ocorrência
11	Apresentar, juntamente com o documento fiscal, as comprovações atualizadas das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS), da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS) do Portal da Transparência, da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro de Licitantes Inidôneos disponível no Portal do TCU.	1	Por ocorrência
12	Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.	2	Por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização sobre quaisquer outras obrigações acessórias contratuais não previstas nesta tabela.	4	Por ocorrência
----	--	---	----------------

2.5.8. **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na execução do treinamento, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 9, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;
- b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 9, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

2.5.9 **multa moratória**, nos casos de atrasos injustificados na execução do moving, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 10, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, até 15 dias;
- b) 10% sobre o valor de desembolso previsto após a execução total da Etapa 10, constante do Cronograma de Desembolso Financeiro, após o 16º dia, se persistir o interesse da Administração na manutenção da contratação.

3. Na aplicação das penalidades, serão observados os seguintes balizamentos:

- 3.1. os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- 3.2. a atuação da contratada em eliminar, minorar ou reparar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- 3.3. a execução satisfatória das demais obrigações contratuais;
- 3.4. a não existência de efetivo prejuízo material à Administração ou a terceiros; e/ou
- 3.5. a reincidência do descumprimento contratual, que, para ser determinada, serão considerados os últimos doze meses de antecedentes da Contratada, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

4. Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no subitem 3 e 8.

5. A Administração do Superior Tribunal Militar poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

5.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a:

5.1.1. R\$ 300,00, para obras e serviços de engenharia;

5.1.2. R\$ 160,00, para compras e serviços não referidos no inciso anterior.

5.2. Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

5.3. Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 5.4. Caso não ocorra a reincidência nos últimos doze meses, contados a partir da primeira ocorrência, ou a vigência contratual encerre antes desse período, a multa suspensa deve ser convertida na penalidade de advertência.
6. O valor da(s) multa(s) será(ão) descontado(s) das faturas devidas à Contratada.
- 6.1. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da(s) multa(s), a diferença será descontada da garantia contratual, se esta tiver sido prevista no contrato.
- 6.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes ou se os valores das faturas forem insuficientes e a Contratada tiver sido dispensada da apresentação da garantia, a(s) multa(s) deverá(ão) ser recolhida(s) como receita da União, no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.
7. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar com a União, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o STM e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
8. Na apuração dos fatos, o Superior Tribunal Militar atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à Contratada a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.
- 8.1. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia na forma do art. 87, § 2º e recurso nos termos do art. 109, ambos da Lei nº 8.666/1993.
- 8.2. O Superior Tribunal Militar deverá formar sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.
9. Na hipótese de atribuição de efeito suspensivo a recurso e posterior manutenção da penalidade pela Autoridade recursal, o novo registro da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Superior Tribunal Militar envolverá apenas o saldo do período de restrição imposto ao Contratado.
- 9.1. Será considerado para o cálculo do período residual que um mês possui 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira – DO RECEBIMENTO, FISCALIZAÇÃO E ATESTAÇÃO

1. O recebimento, a fiscalização e atestação do serviço caberão a servidor designado pelo Diretor-Geral do Contratante, nos termos do Ato Normativo nº 238, de 31 de outubro de 2017.
2. O servidor designado é responsável pelo fiel cumprimento do contrato, bem como pela anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas competentes.

Cláusula Décima Segunda - DA DESPESA



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2018, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0001 0004 - MTGI*, mediante emissão de nota de empenho.

Cláusula Décima Terceira - DA COMUNICAÇÃO

Durante a vigência deste contrato, quaisquer comunicações entre as partes deverão ser feitas por escrito.

Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80, da Lei n.º 8.666/1993:

1.1. os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2. A rescisão do contrato poderá ser:

2.1. determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n.º 8.666/1993;

2.2. amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o Contratante; e

2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Décima Quinta - DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se em Pregão realizado em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos Decretos nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis à espécie.

Cláusula Décima Sexta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Independentemente de sua transcrição, farão parte integrante deste contrato todas as condições estabelecidas no Edital, na proposta apresentada pela Contratada e nos documentos por ela juntados ao processo da licitação.

2. O presente contrato poderá sofrer alterações posteriores, totais ou parciais, decorrentes da adoção, pelo Governo Federal, de medidas e normas financeiras com força de lei.

3. Fica expressamente proibido à Contratada:

3.1. subcontratar o objeto deste contrato, exceto a subcontratação parcial devidamente autorizada pelo Contratante, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais;

3.2. veicular publicidade comercial acerca do objeto deste contrato, sem prévia autorização do Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

4. Os casos omissos ocorridos durante a vigência deste contrato serão resolvidos pela Administração do Contratante, com base na legislação em vigor.

Cláusula Décima Sétima - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim de presente acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Brasília, de de 2018.

EDER SOARES DE OLIVEIRA
DIRETOR-GERAL DO STM

CONTRATADA